

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUAMANAS

Ricardo Lanzarini Gomes Silva

**JORGE: EMPRESÁRIO DE FORA, CASADO E VERSÁTIL
HOMOEROTISMO NO ANONIMATO DAS VIAGENS**

Tese de Doutorado

Florianópolis/SC
2013

Ricardo Lanzarini Gomes Silva

**JORGE: EMPRESÁRIO DE FORA, CASADO E VERSÁTIL
HOMOEROTISMO NO ANONIMATO DAS VIAGENS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Carmen Silvia de Moraes Rial

Coorientadora: Prof^a Dr^a Margarita Nilda Barretto Angeli

Florianópolis/SC
2013

Para citações utilizar: LANZARINI, Ricardo.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca
Universitária da UFSC.

Lanzarini-Gomes-Silva, Ricardo

Jorge: empresário de fora, casado e versátil [tese] :
homoerotismo no anonimato das viagens / Ricardo Lanzarini;
orientadora, Carmen Rial; co-orientadora, Margarita Barretto.
- Florianópolis, SC, 2013.
255 p. ; 21cm

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

1. Interdisciplinar em Ciências Humanas. 2. Viagem. 3.
Sexualidade e homoerotismo. 4. Homens. 5. Espaço urbano
e ciberespaço. I. Rial, Carmen. II. Barretto, Margarita. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado

“JORGE: EMPRESÁRIO DE FORA, CASADO E VERSÁTIL – HOMOEROTISMO NO ANONIMATO DAS VIAGENS”

POR

Ricardo Lanzarini Gomes Silva

Orientadora: Profª. Drª. Carmen Sílvia de Moraes Rial

Co-orientadora: Profª. Drª. Margarita Nilda Barretto Angeli


Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor em Ciências Humanas* e aprovada em sua forma final no dia 27 de fevereiro de 2013, atendendo as normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

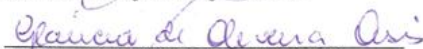

Prof. Dr. Selvíno José Assmann – Coordenador do Programa

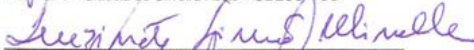
Banca Examinadora:



Profª. Drª. Carmen Sílvia de Moraes Rial – Orientadora – UFSC-SC


Prof. Dr. Miguel de Matos Castanheira do Vale de Almeida – ISCTE - IUL


Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godói Trigo – USP - SP


Profª. Drª. Gláucia de Oliveira Assis – UDESC - SC


Profª. Drª. Luzinete Simões Minella – UFSC/SC


Prof. Dr. Tito Sena – UFSC – SC


Profª. Drª. Margarita Nilda Barretto Angeli – Co-orientadora - FURB – SC

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2013.

À Tereza, minha inspiração,
luz e amor.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um esforço que foi ancorado pela co-participação de importantes colaboradores, a quem devo agradecimentos e honras:

Às Instituições que sediram esta pesquisa, incluindo a Universidade Federal de Santa Catarina e o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, onde trabalhei a maior parte do tempo em que realizei meu doutoramento; e o Instituto Universitário de Lisboa, que abrigou meu estágio doutoral no exterior e me deu todo suporte necessário para a realização da minha pesquisa.

À CAPES pelo apoio financeiro durante todo o meu doutoramento, tanto no país quanto no exterior, sem o qual essa pesquisa não teria sido possível.

Aos/Às minhas Professoras e meus Professores que me repassaram seus conhecimentos durante minha formação nos estudos das Ciências Humanas, incluindo os Programas de Pós-Graduação: Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), Geografia (PPGG), Antropologia Social (PPGAS) e Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ) da UFSC.

Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC pelo suporte intitucional, bem como a todos(as) aqueles(as) que fazem dele um curso de excelência, incluindo secretários(as), Professores(as) e alunos(as), com quem tive a honra de conviver e aprender a cada dia.

À Banca Examinadora de Qualificação

composta no ano de 2010 pelas Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro (UFSC) e Dr.^a Adriana Garcia Piscitelli (UNICAMP), que colaboraram grandemente com o desenvolvimento e direcionamento da pesquisa de campo.

À Banca Examinadora de Defesa de Tese

composta pelos(as) Professores(as) Dr. Miguel Vale de Almeida (ISCTE-IUL), Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo (USP), Dr.^a Gláucia de Oliveira Assis (UDESC), Dr. Tito Sena (UDESC), Dr.^a Luzinete Simões Minella (UFSC), Dr.^a Julia Silvia Guivant (UFSC), e Dr. Luiz Fernando Scheibe (UFSC), pelas contribuições, reflexões e debates.

Às /Aos amigos no Brasil

que acompanharam minha trajetória e me deram todo apoio para chegar ao fim dessa jornada, Prof. Dr. Auri Matos Frübel (UFMS), Prof.^a Dr.^a Luzia Neide Coriolano (UECE), Prof.^a Dr.^a Juracy Tonelli (UFSC), Viviane Silveira, Sandra Rigatto, Patrícia Rosa, Liliani Masselli, Carolina Maria da Silva, Evertom Magalhães, Marcelo de Souza e Paulo Tessari.

Às/Aos amigos em Portugal

Ericka Amorim, Isabela Pessoa e João Gonçalves, pelo companheirismo e apoio durante o período em que lá estive.

Aos meus padrinhos

Eládio Recalde e Carolina da Rosa Recalde, pelo apoio, estímulo e valiosas orações.

Ao Prof. Dr. Miguel M. C. do Vale de Almeida

do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), que me acolheu e orientou durante oito meses em meu estágio doutoral no exterior, no ano de 2012.

À Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro

quem me acolheu como coordenadora do PPGICH e amiga, pessoa que aprendi a admirar, respeitar e que esteve presente em diversos momentos de dificuldade e conquistas nesses quatro anos.

E, finalmente, às minhas orientadoras

Prof.^a Dr.^a Carmen Rial, pelos ensinamentos e desafios aos quais me instigou a sempre melhorar meu desempenho acadêmico e meus conhecimentos do fenômeno turístico por meio das Ciências Humanas, especialmente pela Antropologia e Sociologia, direcionando e enriquecendo meu trabalho e vida acadêmica; e

Prof.^a Dr.^a Margarita Barretto, pela grande dedicação e comprometimento com esta pesquisa, bem como pelos valorosos ensinamentos e orientações profissionais que auxiliaram minha tese, carreira acadêmica e vida pessoal.

A todos e todas o meu muito obrigado!

A verdadeira arte de viajar...

A gente sempre deve sair à rua
como quem foge de casa,
Como se estivessem abertos diante de nós
todos os caminhos do mundo.
Não importa que os compromissos,
as obrigações, estejam ali...
Chegamos de muito longe,
de alma aberta e o coração cantando!

(Mário Quintana)

RESUMO

Esta tese é uma etnografia de homens de identidade pública heterossexual atestada pelo casamento que, durante viagens a trabalho, buscam novas interações sexuais, diferentes de suas práticas cotidianas, a partir de sociabilidades homoeróticas que são encontradas no ciberespaço, por intermédio dos *chats*. Trata-se de uma pesquisa participante realizada durante três anos consecutivos, entre 2010 e 2012, por meio da *flânerie*, com incursões em espaços virtuais e físicos de capitais brasileiras (São Paulo/SP, Florianópolis/SC, Campo Grande/MS, Porto Alegre/RS e Curitiba/PR) e em Lisboa, Portugal. Os dados foram coletados também por meio de entrevistas semi-estruturadas com viajantes e residentes em grandes centros urbanos. Os principais resultados encontrados remetem a um senso de “comunidade” estabelecida por homens que se reconhecem como semelhantes, onde prevalece um senso de proteção pelo segredo e pela ausência de identificação pública durante as viagens e os encontros sexuais, que são únicos e dissociados do cotidiano. Identifiquei, ainda, a demarcação de uma masculinidade plenamente ajustada à heteronormatividade, que, porém, encontra no homoerotismo anônimo prazeres que representam uma inversão de poder masculino, onde a passividade sexual é o principal desejo. A viagem, que sempre permitiu essa situação de liberdade para o viajante, aparece aqui como um processo liminar de homens que, em lugar de terem uma aventura amorosa heterossexual, correspondendo ao estereótipo do homem de negócios, têm uma aventura homoerótica esporádica e clandestina, sem comprometimentos cotidianos que alterem suas relações sociais. Esta etnografia pode, assim, contribuir para um novo olhar a respeito da sexualidade, homoerotismo e liminariedade nas viagens.

Palavras-chave: Homens. Viagem. Sexualidade. Homoerotismo. Ciberespaço.

ABSTRACT

This is an ethnography on men whose heterosexual identity is certified by marriage bonds and who, during business travel seek new and diverse from day-to-day sexual experiences, through homoerotic sociabilities which start in chats at cyberspace. A participatory field research was held from 2010 to 2012 including *flânerie* at both cyberspace and public places in capital cities of Brasil (São Paulo/SP, Florianópolis/SC, Campo Grande/MS, Porto Alegre/RS e Curitiba/PR) as well as in Lisbon, Portugal. Data were also collected through semi structured interviews held with travellers and dwellers in great cities. The main results point to the existence of a sense of community among men who recognize themselves as similar, who feel protected by secrecy and absence of public identification when travelling and in sexual encounters, which are unique and dissociated from every day life. It was also detected that their masculinity is totally adjusted to heteronormativity and that they find in anonymous homoeroticism the pleasure of inverting masculine power, seeking mainly to be sexually passive. Travelling, that has always permitted that kind of freedom to travelers, in this case offers a liminoid situation to men who, instead of having heterosexual adventures – matching the stereotype of business man – have an homoerotic sporadic and clandestine adventure, with no commitments with everyday life which could endanger their social position. This ethnography is meant to contribute with a different approach on sexuality, homoeroticism and liminality in travel situations.

Keywords: Men. Travel. Sexuality. Homoeroticism. Cyberspace.

RESUMEN

Esta es una etnografía de hombres con identidad pública heterosexual afirmada por el casamiento y que, durante viajes de trabajo buscan nuevas interacciones sexuales, diferentes de sus prácticas cotidianas; sociabilidades homoeróticas que encuentran en el espacio virtual utilizando los *chats*. Se trata de una investigación participante llevada a cabo durante tres años consecutivos, de 2010 a 2012, por medio de la *flânerie*, con incursiones en espacios virtuales y físicos de capitales brasileñas (San Pablo/SP, Florianópolis/SC, Campo Grande/MS, Porto Alegre/RS y Curitiba/PR) y en Lisboa, Portugal. La recolección de datos se dió también con entrevistas semi-estructuradas con viajantes y residentes en grandes centros urbanos. Los principales resultados se refieren a un sentimiento de “comunidad” entre hombres que se reconocen como semejantes, donde prevalece una sensación de protección por el secreto y por la no identificación pública durante los viajes y los encuentros sexuales, que son únicos y dissociados de lo cotidiano. Identifiqué también la demarcación de una masculinidad plenamente ajustada a la heteronormatividad que, sin embargo, encuentra en el homoerotismo anónimo placeres que representan la inversión del poder masculino, en los cuales la pasividad sexual es el principal deseo. El viaje, que siempre permitió esa situación de libertad para el viajante, aparece aquí como un proceso liminal de hombres que, en lugar de tener una aventura amorosa heterosexual, de acuerdo al estereotipo del hombre de negocios, tienen una aventura homoerótica esporádica y clandestina, sin compromisos cotidianos que alteren sus relaciones sociales. Esta etnografía puede así contribuir para nuevos enfoques sobre sexualidad, homoerotismo y liminalidad en los viajes.

Palabras clave: Hombres. Viaje. Sexualidad. Homoerotismo. Espacio virtual.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Roteiro de ruptura sexual.....	138
Figura 2	<i>Chat</i> UOL São Paulo.....	255

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Sujeitos encontrados por Chat e Região entre 2010 e 2012.....	146
Tabela 2	Entrevistas realizadas com viajantes na “zona de transição”.....	161
Tabela 3	Entrevistas realizadas com residentes na “zona de transição”.....	161

LISTA DE SIGLAS

BR	Brasil
EA	Entrevista Agência
ER	Entrevista Residente
EV	Entrevista Viajante
H	Homem
HH	Homem com homem
IG	Internet Grátis
ISCTE-IUL	Instituto Universitário de Lisboa
MS	Mato Grosso do Sul
MTur	Ministério do Turismo
POA	Porto Alegre
PPGICH	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
PR	Paraná
PT	Portugal
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SP	São Paulo
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UOL	Universo On-Line

SUMÁRIO

Parte I	ARRUMANDO AS MALAS.....	27
1	CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	29
1.1	OBJETIVOS E PROPOSIÇÕES.....	30
1.2	INSPIRAÇÕES TEÓRICAS.....	31
1.3	O CAMPO DE TRABALHO.....	36
2	VIAGEM, COTIDIANO E MORALIDADE SOCIAL.....	43
2.1	A VIAGEM.....	43
2.2	O COTIDIANO.....	50
2.3	MORALIDADE E HETERONORMA.....	58
3	O URBANO E O ANONIMATO.....	67
4	SEXUALIDADE.....	79
4.1	IDENTIFICAÇÃO E PRÁTICA SEXUAL.....	79
4.2	SER “HOMEM”?.....	86
4.3	ENTRE “IGUAIS” E DIFERENTES.....	92
4.4	DESEJO E PRAZER.....	97
5	COTIDIANO E SEXUALIDADE NA VIAGEM.....	101
5.1	O SEXO DURANTE A VIAGEM.....	105
Parte II	A VIAGEM.....	119
6	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	121
7	AS ZONAS LIVRES.....	133
7.1	A ZONA LIVRE VIRTUAL.....	138
7.2	A ZONA LIVRE PRESENCIAL.....	154
7.3	A ZONA DE TRANSIÇÃO.....	163

Parte III	ECOS DA VIAGEM.....	175
8	OS ENCONTROS.....	177
8.1	AS ENTREVISTAS.....	180
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	213
	REFERÊNCIAS.....	225
	APÊNDICES.....	245
A	Roteiro de entrevistas com viajantes.....	247
B	Roteiro de entrevistas com residentes.....	249
C	Roteiro de entrevista com proprietário de agência de viagens e turismo.....	251
	ANEXO.....	253
A	<i>Chat</i> UOL São Paulo.....	255

PARTE I

ARRUMANDO AS MALAS

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A cotidianidade do “íntimo” escondido no coração do cotidiano se identifica com a rápida e fugaz recuperação dos dias, semanas, meses que passaram após a fadiga. Para todos o sentido da vida é a vida desprovida de sentido; realizar-se é ter uma vida sem história, a cotidianidade perfeita. Mas é também não vê-la e fugir dela assim que for possível.

Henri Lefbvre, 1968.

Viajar é uma prática social recorrente desde os primórdios da humanidade, seja pela busca de alimentos e novas moradas que propiciassem melhores condições de vida, seja para a manutenção da vida social; destacando-se ao longo da história das civilizações com múltiplas funções, dentre as quais estão o descanso e o lazer, as interrelações socioculturais e comerciais, intelectuais, econômicas e tecnológicas. Inerente à condição social, a mobilidade compõe um dos principais eixos de relações humanas estabelecidas ao longo dos séculos, que recortei, neste trabalho de tese de doutoramento, a partir das motivações profissionais dos viajantes, que geram possibilidades de socialização momentâneas e privadas para além do sistema social de pertencimento.

As viagens a trabalho, presentes em praticamente todos os ramos produtivos mundais, desde o mercantilismo do século XV, condensam deslocamentos de pessoas, principalmente entre e para grandes centros urbanos, locais de maior concentração de infraestrutura, força de trabalho e riquezas monetárias. As grandes cidades abrigam praticamente todas as possibilidades de interação comercial, econômica e financeira das quais dependem as sociedades complexas¹.

¹ Conforme dados divulgados pelo SEBRAE (2012), em 2011 as viagens profissionais representaram uma receita de R\$ 13 bilhões e 56,9% do transporte aéreo no Brasil, concentrado nas capitais. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/setor/turismo/segmentos-turisticos/outros-segmentos/211-29-turismo-de-negocios-gera-mais-de-r-47-bilhoes/BIA_21129>. Acesso em: 18 nov. 2012.

Viajar, então, compõe a rotina de muitas profissões e ocupações. Independentemente do tipo de trabalho, a viagem representa para o viajante uma extensão da vida cotidiana, em que se reproduz o tempo de trabalho, lazer e descanso diários, mas também um momento de afastamento do grupo social fixo, normalmente, breve e solitário. Quem viaja a trabalho mantém praticamente seu ritmo habitual de horários, encontrando um espaço de tempo livre utilizado para o descanso e lazer proporcional ao que se tem no dia-a-dia.

Na viagem, contudo, ao invés de voltar para casa e para os laços cotidianos de convívio social, o viajante encontra outro contexto sociocultural e geográfico, com pessoas e dinâmicas de interação diferenciadas, rompendo a construção habitual de sua estrutura social e familiar que padroniza e moraliza seu comportamento social, profissional e sexual para que possa manter seu pertencimento em determinado grupo. Este, por sua vez, é responsável pelos julgamentos morais que mantém a ordem social e o indivíduo em constante vigilância. Nessa perspectiva, o afastamento das relações fixas pode causar uma sensação de liberdade pela ausência da vida pública, um estado de moralidade relativa, como um vácuo no cotidiano, que remete a liberação de desejos e apetites mais íntimos, antes controlados ou suprimidos em nome do bem-viver social.

1.1 OBJETIVOS E PROPOSIÇÕES

Esta tese consiste na investigação de homens brasileiros com identidade pública heterossexual comprovada por relacionamentos estáveis e monogâmicos que, durante viagens motivadas pelo trabalho, se apropriam do anonimato e da invisibilidade social ocasionada pelo afastamento do grupo social cotidiano para estabelecerem interações homoeróticas facilitadas por novas tecnologias em meio ao aglomerado urbano no Brasil e em Portugal. Rompem-se, durante a viagem, as estruturas sociais, familiares e culturais através de dinâmicas de sociabilidade homoerótica estabelecidas na clandestinidade, sem comprometimentos com a vida pública.

Desse modo, busquei analisar as motivações que levam homens plenamente ajustados às normas sociais dominantes a experienciar sociabilidades divergentes, bem como os códigos e estruturas de autodefesa que delimitam a entrada e pertencimento ao círculo sócio-sexual fazem com que se reconheçam como semelhantes.

Para esta viagem, as principais indagações desta tese se referem ao significado da liberação sexual e a busca de um prazer que rompe as normas sociais e coloca em questão temas como gênero e masculinidade, identificação sexual, moralidade, cotidiano e estudos do fenômeno das viagens a partir de uma perspectiva interdisciplinar das Ciências Humanas e Sociais. Parto da premissa que viagem e sexo são complementares na construção de uma rede de sociabilidades sexuais específicas, cujas relações de invisibilidade nos grandes centros urbanos proporcionam oportunidades e tranquilidade emocional para a ruptura do cotidiano normatizador.

1.2 INSPIRAÇÕES TEÓRICAS

Nesta bagagem, alguns conceitos fundamentais inspiraram meu trabalho, como as relações de gênero e sexualidades estruturadas principalmente nos movimentos feministas contemporâneos, na busca pela igualdade e desconstrução da heteronormatividade que naturaliza a dominação dos homens em praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, onde se instituem as relações de poder.

Com expressivo destaque aos estudos de Michel Foucault em História da Sexualidade, adotei como parâmetro de análise a sexualidade como um elemento mutável e utilizável no maior número de manobras de articulação às mais variadas estratégias políticas e morais de dominação, que envolvem a vida social de todas as pessoas, na conjuntura de estruturas predominantemente heterossexuais e historicamente baseadas no modelo reprodutivo que naturaliza a relação conjugal e sexual entre o homem e a mulher, como salienta Miguel Vale de Almeida em seus trabalhos sobre masculinidade hegemônica em Portugal

(2000), representada pelo “machão”: homem forte e viril, bem-sucedido e sexualmente ativo; modelo que serve, ainda hoje, de padrão para as sociedades ocidentais.

A sexualidade é entendida como um aparato de interações sociais e coletivas, padronizada por relações heterossexuais nas quais o comportamento ativo do homem é determinante para exercer superioridade frente ao prazer passivo. Logo, a passividade sexual é encarada como algo inferior, que deve obedecer as leis do dominante e que gera, na sociedade, uma série de preconceitos contra mulheres e homossexuais, fato que reflete diretamente no comportamento dos sujeitos aqui analisados, que evitam quaisquer semelhanças ou proximidades com a imagem pejorativa do homossexual.

O entendimento a respeito das noções de preconceito e comportamento sexual na vida adulta me remetem aos estudos John Gagnon (2006) sobre a conduta sexual aprendida desde a iniciação sexual na infância, que varia conforme a cultura; e que gera diferentes formas de violência e repressão por meio de normas que induzem a vida sexual das pessoas a partir da instituição de roteiros que modelam a sexualidade com base na moral heterossexual.

Essa dominância da heterossexualidade na vida cotidiana é entendida por Samuel Chambers (2003) como base estrutural da heteronormatividade, que reproduz, no seio da sociedade contemporânea, as regulações de gênero e comportamento social e sexual, onde predominam a dominação masculina heterossexual. A sexualidade se apresenta, desse modo, como um mecanismo de coerção, repressão e fortalecimento de ideologias impostas por relações de poder, cujas práticas contrárias são abordadas por Gilberto Velho (2003a) a partir do conceito de divergência social: um comportamento que diferencia determinado indivíduo frente a seu grupo social, em conformidade com os apontamentos de Howard Becker (2008) para o que chama de comportamento desviante, amplamente difundida no senso comum das sociedades ocidentais.

O conceito de “desvio” em Becker foi fundamental na compreensão dos fenômenos sociais que encontrei no campo de pesquisa. Partindo do pressuposto de que esses fenômenos de

ruptura das normas constituem processos políticos de sociabilidade paralela, compreendo que eles tomam forma somente na interação entre a ação e a reação de atos que envolvem grupos dominantes – o grupo social fixo – e as minorias – os sujeitos aqui analisados –.

Quando se busca a compreensão do ocultamento de sociabilidades “desviantes”, o principal fator que vem a justificar a clandestinidade de comportamentos sociais e sexuais se refere ao temor da estigmatização, que Erving Goffman (1988) trata como os traços e condutas que diferenciam e segregam as pessoas que não estão em plena conformidade com os padrões sociais dominantes. O estigma, é assim, uma demarcação da diferença individual que alimenta preconceitos a partir daquilo que é considerado inferior, limitado ou imoral, estendendo-se a traços físicos, sociais, culturais e psicológicos.

Tanto as noções de predominância social heterossexual quanto a noção de “desvios” e “estigmas” estão envoltas da formação da moral social ocidental, que Friedrich Nietzsche (2009), em sua clássica obra *A Genealogia da Moral* compreende como a dominância da vida pública, com base naquilo que o grupo social considera correto e “bom” para a manutenção da ordem coletiva. De igual modo, é relativa a cada grupo e contexto social. Michel Foucault (1994a), inspirado no trabalho de Nietzsche, salienta que a moral social consiste em um conjunto de valores e regras que são propostas aos indivíduos e grupos por meio de aparelhos prescritivos, representados pela família, Igreja e/ou instituições educativas, moldando o comportamento e a vida cotidiana.

Busquei nos estudos sobre o cotidiano as reflexões dessa moralidade e do comportamento sexual que se rompe na viagem. O cotidiano se manifesta como lugar onde se estabelecem as relações de poder e reprodução de práticas coletivas, capazes de agrupar pessoas por intermédio de costumes, crenças, ideologias e percepções da sociedade, em que se destacam as obras de Michel de Certeau sobre *A Invenção do Cotidiano* e Erving Goffman sobre a comparação da vida cotidiana ao teatro. Ambos expressam as regulações e opressões do comportamento individual em benefício da coletividade, onde a teatralização da

vida social garante e legitima o pertencimento a determinado grupo.

A viagem constitui, então, um momento de evasão e fuga das pressões cotidianas pelo afastamento do grupo social fixo, como demonstra Jost Krippendorf em sua análise sociológica do fenômeno turístico, criando no imaginário social a ideia de liberdade, prazer e revigoramento, ou ainda, de compensação de frustrações diárias. Nessa perspectiva, o viajante se permite a liberação moral de seus comportamentos, agindo, em muitos casos, de modo diferente em relação ao que costuma praticar em seu perímetro social de referência. Entretanto, a viagem propicia um espaço transitório e liminar, em que é possível manter a vida cotidiana e todas as relações sociais que a envolvem salvaguardadas dos estigmas e quaisquer conflitos ocasionados por comportamentos que, embora divergentes, acontecem esporadicamente.

Além da viagem, o que oportuniza aos homens pesquisados as buscas sexuais são os grandes centros urbanos, onde as relações sociais são mais dinâmicas, fluídas e invisibilizadas pelo anonimato, como afirma Collete Pétonnet (1987), que trata das cidades como espaços de circulação de pessoas e bens, onde uma multidão de estranhos se encontra e se relaciona constantemente. Desse modo, os locais públicos por onde transita a multidão alimentam um anonimato de relações e impessoalidades, que se complementam mas que não interferem na vida pessoal, protegendo a todos.

Um importante categorizador do espaço urbano é Milton Santos (2006), que aborda a cidade como lugar onde há maior mobilidade e encontros, integrando o espaço que abrange a maior variedade de grupos por interesses distintos. Relaciona as grandes cidades, mesmo na homogeneidade dos processos globais de crescimento, a espaços que podem constituir ou abrigar individualidades, principalmente em virtude do alto índice de mobilidade e fluidez de relações que constituem a vida urbana.

Na mesma perspectiva, encontrei em Michel Maffesoli (2000) o estudo de grupos sociais que se estabelecem a partir de traços semelhantes, e que formam nas cidades, grupos menores

que se protegem a partir de um senso de comunidade que mantém o vitalismo de uma vida pública, por intermédio do pertencimento a uma “tribo”, que vem substituir a autonomia do movimento burguês individualista pelo retorno ao senso afetivo e passional de identificação comunitária, seja nas ruas, nos bairros, no trabalho e nas relações sociais gerais.

Em consonância ao meu objeto de análise, pesquisei nos espaços urbanos os viajantes que buscam alguma proximidade sexual com semelhantes, como que buscando uma “comunidade” durante esse período de afastamento do grupo social fixo. Por sua vez, a cidade oferece a todos que nela transitam, espaços de sociabilidade temporária e não-fixa, onde as pessoas têm a oportunidade de escolher suas relações e locais por onde desejam transitar, que Robert Park (1979) intitula regiões morais: locais onde o comportamento social formador do grupo específico depende normalmente de um desejo subjetivo e oculto em contraposição à opressão cotidiana, a exemplo das práticas sexuais que divergem do padrão heterossexual monogâmico ocidental, como casas de sexo grupal e troca de casais, entre outros.

A região moral forma um espaço subjetivo na cidade onde é possível se aventurar e experimentar as ações limitadas no cotidiano, além de se estabelecerem relações de satisfação e contentamento sem prejuízo das adequações sociais do grupo social de origem. Em seguida, busquei a compreensão do fenômeno das viagens que tem no sexo e na sexualidade uma motivação para a formação desses espaços urbanos segregados, onde as pesquisas do antropólogo Arim Soares do Bem (2005) têm expressiva representatividade em seu relato a respeito de turistas alemães que vêm ao Brasil em busca de sexo e constroem relações de poder e dominação entre países e gêneros, bem como nos estudos sobre homossexuais que encontram na viagem o momento de liberação das amarras sociais que aprisionam suas vidas cotidianas, tema que venho trabalhando desde 2010, em pesquisas sobre o comportamento sexual de turistas na homossexuais na Ilha de Santa Catarina, no Sul do Brasil.

Minhas análises, contudo, vão além da formação de grupos não-fixos e, por vezes, marginalizados. Chamei de “zonas livres” os espaços simbólicos em que ocorrem as rupturas e as sociabilidades homoeróticas de homens heterossexuais que não constituem um grupo organizado para tal fim, nem pertencem a grupos paralelos a seus cotidianos e ou frequentam regiões morais, limitando-se à liberação moral individual somente no breve espaço de tempo em que cumprem suas obrigações sociais de trabalho em viagens a grandes centros urbanos, mas de modo totalmente individualizado, tanto na busca quanto no encontro de pares sexuais.

1.3 O CAMPO DE TRABALHO

Ao longo de três anos, entre 2010 e 2012, assumi dois papéis: primeiro, o de Jorge: funcionário público de 30 anos, casado há dois anos, sem filhos, que preza por discrição e que, em viagens a trabalho, busca nos *chats* – que constitui a “zona livre virtual” – sociabilidades homoeróticas com outros viajantes ou residentes igualmente casados, personagem que inspirou o título desta tese. Na mesma perspectiva, Jorge também era o residente casado em busca de sexo com viajantes.

No campo virtual, Jorge era exatamente igual ao “João”, “Marcos”, “José”, “Antônio” e outros tantos personagens criados para manterem o anonimato daqueles que buscam sociabilidades sexuais. A figura virtual de personagens fictícios é própria desta “zona livre” e pode não corresponder as pessoas que os criam, já que em inúmeros casos as interações ficam apenas no mundo virtual. Nesse sentido, Jorge não era propriamente uma mentira ou um personagem fantasioso: sua função era poder pertencer às sociabilidades que são selecionadas a partir de semelhanças e interesses em comum.

A figura de Jorge me possibilitou transitar de forma anonimada pela “zona livre virtual”, o que fiz inspirado também na etnografia realizada por Richard Miskolci (2009) nos *chats* de São Paulo, onde encontrou um espaço de liberação das normas sociais e repressões que condicionam muitos homens

homossexuais a buscarem sociabilidades fora das relações sociais fixas. O autor faz um valioso relato de campo para a compreensão das dificuldades metodológicas e acesso a informação, as quais se reproduziram durante minhas análises, embora, mais intensamente, pelo campo transitório das viagens que me impediam identificar, como ele, perfis recorrentes no ciberespaço.

Na *ciberflânerie* foram encontrados casos e histórias de vida a respeito das relações entre sexualidade e cotidiano, tendo sido coletadas sete entrevistas com homens durante suas viagens a trabalho; quatro com homens residentes de grandes centros urbanos e que buscavam sexo com viajantes; uma entrevista com o proprietário de uma agência de viagens e turismo que atende diversas empresas em viagens a trabalho; além de uma série de diálogos virtuais entre Jorge e os sujeitos encontrados nos *chats* selecionados a partir do critério de regionalidade, onde optei pelas “capitais estaduais”, do provedor Universo On-Line (UOL), que conforme minhas observações, é o mais usual entre os pesquisados (Anexo A).

As capitais estaduais foram selecionadas a partir da possibilidade das entrevistas, pois houve duas situações distintas e contraditórias: a primeira, facilitada pela abrengência geográfica da pesquisa no ciberespaço; e a segunda, limitada por uma relação de locomoção imediata, visto que, por se tratar de uma abordagem a homens em trânsito por trabalho, o tempo de permanência em cada lugar era pequeno e condicionado ao tempo livre após o trabalho. Nessas condições, uma entrevista presencial com viajantes somente seria possível logo após o encontro virtual, inviabilizando grandes mobilidades, considerando-se, ainda, os raros casos em que se dispunham a conceder uma entrevista, pois se encontravam num momento propício à atividade sexual que depende da boa oportunidade ocasionada pelo trabalho, que não é constante.

As capitais brasileiras relacionadas com a pesquisa foram: Florianópolis/SC, local de minha residência por ser sede da Universidade onde a investigação foi realizada; Campo Grande/MS, meu estado de origem, onde minha rede social facilitou o processo de aproximação em alguns casos, incluindo o

acesso ao proprietário de uma agência de viagens e turismo; São Paulo/SP, que concentra um elevado número de viajantes a trabalho, sendo recorrentemente encontrados nos *chats* das outras capitais; Porto Alegre/RS e Curitiba/PR, pela proximidade geográfica, comercial e turística com Florianópolis/SC, onde minha circulação também era facilitada. Além do Brasil, pesquisei também a mesma prática de brasileiros na cidade de Lisboa, Portugal, onde realizei meu estágio de doutoramento no exterior durante oito meses, no ano de 2012.

As entrevistas realizadas foram codificadas para garantirem o anonimato dos entrevistados e facilitarem a logística de leitura. Os brasileiros encontrados em Lisboa foram identificados com o acréscimo da sigla PT (Portugal). Assim designou-se: a) sete entrevistas com viajantes (Entrevista Viajantes = EV1, EV2, EV3, EV4, EV5, EV6-PT e EV7-PT); b) quatro entrevistas com residentes (Entrevista Residentes = ER1, ER2, ER3 e ER4-PT); c) uma entrevista com o proprietário de agência de viagens e turismo (Entrevista Agência = EA1); e os diálogos informais realizados pela ciberespaço, nos *chats* em que Jorge aparece como residente ou viajante, diferenciado por estados diferentes do *chat* em que se estabelece o contato: em Florianópolis, por exemplo, utilizo “Jorge_SP” ou “Jorge_RS”, além do *nickname* – apelido virtual – utilizado pelo interlocutor, variável a cada encontro.

Na “zona livre virtual” o contato foi consideravelmente rápido, mais objetivo e menos rico em detalhes e informações. Raramente duravam mais que três minutos, pois, assim que um dos interlocutores percebia que a conversa não levaria ao encontro sexual, o descarte era imediato, encerrado pelo bloqueio ou falta de respostas. Logo, as discussões mais densas estão direcionadas pelas entrevistas pessoais concedidas por sujeitos cujas características descrevo detalhadamente, a seguir:

- EV1 – Homem de 45 anos, empresário procedente de Brasília/DF e casado há 23 anos, com dois filhos. Encontrado em Florianópolis/SC por intermédio do *chat*, com entrevista concedida num restaurante, em 23 de maio de 2011, em encontro único e imediato;

- EV2 – Homem de 53 anos, funcionário público federal procedente de São Paulo/SP, no segundo casamento há 15 anos, com três filhos, também encontrado no *chat*. Entrevista concedida em Florianópolis/SC, em 17 de agosto de 2011, em um bar frequentado majoritariamente por homens para assistirem jogos de futebol. Encontro único e imediato;
- EV3 – Homem de 38 anos, empresário residente em São Paulo/SP, casado há 12 anos, sem filhos. Entrevista realizada em Campo Grande/MS em 30 de setembro de 2011. Encontro único e agendado numa reunião de amigos cujo anfitrião promoveu o encontro por indicação;
- EV4 – Homem de 62 anos, advogado procedente de Curitiba/PR, casado há trinta anos, com um filho. Entrevista concedida no Aeroporto de Congonhas/SP, em 17 de outubro de 2011. Encontro único e imediato via *chat*;
- EV5 – Homem de 37 anos, procedente de Brusque, interior de Santa Catarina, casado há cinco anos, com um filho. Encontrado no *chat*, concedeu entrevista em 10 de novembro de 2011 em um bar de Florianópolis/SC. Encontro único e agendado;
- EV6-PT – Brasileiro de 46 anos, empresário casado, pai de dois filhos, residente em São Paulo/SP e encontrado por intermédio do *chat* a negócios em Lisboa. Entrevista realizada num bar em julho de 2012, em encontro único e imediato;
- EV7-PT – Brasileiro procedente do Rio de Janeiro/RJ. Funcionário de uma multinacional, 33 anos, casado, com um filho. Encontrado no *chat* de Lisboa, concedeu entrevista numa cafeteria tipicamente brasileira no centro lusitano, em 30 de julho de 2012, em encontro único e imediato;
- ER1 – Homem de 44 anos, casado pela quinta vez há dois anos, com três filhos, residente em Porto Alegre/RS e encontrado a partir da rede pessoal. Entrevista concedida em 02 de maio de 2011, numa cafeteria da cidade de Porto Alegre/RS, por agendamento;

- ER2 – Homem de 31 anos, residente em Florianópolis/SC, comerciante e casado há quatro anos, com dois filhos, encontrado no *chat*. Entrevista agendada e realizada em 10 de agosto de 2011 durante um almoço num estabelecimento comercial voltado para o turismo, onde já marcou encontros com alguns homens;
- ER3 – Homem de 41 anos, comerciante, casado há 17 anos e pai de três filhos, residente em Campo Grande/MS, encontrado por meio da rede pessoal. Entrevista agendada concedida em Campo Grande/MS em 15 de outubro de 2011, numa cafeteria tradicional da cidade;
- ER4-PT – Brasileiro de Ribeirão Preto/SP, 39 anos, casado com uma mulher portuguesa há 8 anos, com quem tem um filho de um ano, reside em Lisboa há 10 anos, onde trabalha numa empresa de segurança privada. Presença recorrente no *chat*, dispôs-se a entrevista agendada em agosto de 2012, numa típica churrascaria brasileira;
- EA1 – Homem de 55 anos, empresário do setor de viagens e turismo, também de Campo Grande/MS, cuja agência trabalha diretamente associada a uma série de empresas de diversos setores da economia para o atendimento de viagens de negócios por todo país e exterior. Entrevista concedida a partir da rede pessoal, realizada em 13 de outubro de 2011, em seu estabelecimento, com agendamento.

Por se tratar de um tema que envolve a vida pessoal e íntima dos pesquisados, havia sempre o cuidado de manter um ambiente amigável e pouco comprometedor. Neste aspecto, a comida e bebida, a música ambiente e toda a movimentação do local colaborava com o bem-estar e acolhimento de ambos: entrevistados e entrevistador, sem demasiadas formalidades. Considerando-se que os sujeitos estavam sempre em trânsito, cada tentativa de entrevista era como um jogo que, quase sempre, resultava em frustração.

Além da dificuldade do tempo dispendido e grande parte das tentativas frustradas, era preciso lidar com os medos referentes à identificação e reconhecimento social desses

sujeitos que buscavam sempre o anonimato, nunca autorizando a utilização de recursos audiovisuais; somente papel e caneta. As interlocuções realizadas na “zona livre virtual” foram mais direcionadas aos gostos e formas de abordagem, tipo de anúncio feito na busca sexual e para os primeiros contatos que levaram a uma fonte de relações que permitiram a maioria das entrevistas acima citadas e a identificação de uma sociabilidade entre iguais, mas não organizada, como segue.

2 VIAGEM, COTIDIANO E MORALIDADE SOCIAL

(...) toda a ação moral integra uma relação com a realidade em que se efetua e uma relação com o código ao qual se refere; mas implica também uma certa relação a si; este não é apenas “consciência de si”, mas constituição de si como “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele próprio que constitui o objeto dessa prática moral, define a sua posição em relação ao preceito que segue, fixa-se nem certo modo de ser que valerá como realização moral de si próprio; e, para o fazer, atuará sobre ele mesmo, procurará conhecer-se, controlar-se, experimentar-se, aperfeiçoar-se, transformar-se.

Michel Foucault, 1994b.

2.1 A VIAGEM

Viajar é parte integrante da rotina de muitas profissões, abrangendo praticamente todos os setores da economia mundial, majoritariamente entre e/ou para grandes centros urbanos. Compondo o cotidiano do profissional a partir da repetição do ato de viajar, não necessariamente para o mesmo lugar, proporciona atividades diferenciadas do dia-a-dia e novas relações sociais: há sempre a possibilidade de se conhecer novos lugares e pessoas pelo afastamento momentâneo das relações sociais fixas.

Ao passo que novas sociabilidades e lugares causam estranhamento e quebra na ordem social e cultural, esse afastamento pode gerar conforto e liberdade frente às convenções sociais impostas pelo grupo do qual procede o viajante. A sensação de liberdade é motivada pela ausência da identificação pública, uma quebra no tempo e no espaço que convencionei chamar de “zona livre”: um espaço simbólico em que é possível romper estruturas morais que condicionam a conduta pública e privada de cada pessoa, onde reside, entre outras, sua sociabilidade sexual habitual e seus desejos sexuais

insatisfeitos, tal qual Victor Turner (1974) remete ao comportamento liminar do turista, que come e bebe em demasia, fala alto e toma sol em excesso, o que não lhe é habitual da vida cotidiana.

Quando a viagem passou a ser estudada pela Ciência, adquiriu inúmeras representações coletivas, desde a necessidade pura de se viajar a trabalho até a produção do *status* social refletido pelo consumo dos lugares. Sua representação social é fundamental para a compreensão dos fenômenos coletivos e dos indivíduos (re)produtores do fenômeno turístico. Dentre suas modalidades, a viagem passa a ser reproduzida e comercializada em escala industrial, desde o século XIX, por intermédio do agenciamento.

Em termos conceituais, John Urry (1999, p. 17) define o fenômeno turístico como “uma atividade de lazer, que pressupõe seu oposto, isto é, um trabalho regulamentado e organizado, (...) uma ruptura limitada com rotinas e práticas bem estabelecidas” e que permite que as pessoas se sintam estimuladas por um conjunto de práticas que contrastam o cotidiano. Trata da mudança no “olhar do turista”, que agora tem mais acesso ao mundo do consumo por conta de uma rede de informações e imagens – a *Internet* – capaz de proporcionar ao olhar uma prévia dos lugares, dos espaços e dos produtos. Assim, as pessoas que viajam podem saber exatamente o que irão encontrar. Isso aumentou a exigência e a competição dos lugares turísticos em todo o mundo. Outra mudança interessante consiste no processo de “patrimonização” dos lugares turísticos, da criação de espaços que reproduzem e revitalizam culturas para serem comercializadas. De modo geral, a ideia do “olhar do turista” pela valorização do visual tem sido reforçada pelas novas tecnologias e pelo mercado global.

Urry destacou que existem dois tipos de olhar do turista: um “romântico” e outro “coletivo”. O romântico enfatiza a natureza, a paisagem, o campo, o bucólico, a privacidade, o intocado e a introspecção – é notadamente individual. A ênfase é colocada na solidão, na privacidade e em relacionamento pessoal e semi-espiritual com o objeto do olhar. O olhar coletivo, por sua vez, precisa de um grande número de pessoas para se

desenvolver, pois as pessoas que estão vendo e sendo vistas é que dão sentido a esse tipo de olhar. Ao contrário do olhar romântico, o coletivo solicita lugares que tenham fluxo de pessoas, pois é necessário ver e ser visto. A maior crítica e a linha seguida por Urry é o estudo das transformações dos lugares, que são motivadas pelo olhar do turista, ou seja, os anseios do turista e de seu olhar condicionam a padronização dos destinos, a fim de receber mais turistas e gerar mais renda e lucro.

Para Margarita Barretto (2003), o fenômeno turístico consiste numa prática de lazer fora dos limites territoriais das cidades de origem de cada pessoa, em que se utilizam equipamentos e serviços pagos. Já Augustín Santana (2009) o define como atividade que perpassa a esfera do comércio e pode ser, inclusive, de ordem emocional ou afetiva, originado da curiosidade pelo novo ou diferente, onde se negociam espaços e prestações de serviços.

A viagem se funda no imaginário social como um processo de liberação que gera satisfação e contentamento, como um mecanismo de evasão – e, por vezes, um processo de fuga – das tensões sociais diárias. Em consonância a ideia de liminaridade de Turner, Jost Krippendorf (1989) analisa o comportamento de turistas, afirmando que o turismo pertence ao ciclo de funcionamento industrial que reproduz a sociedade moderna, onde a viagem – em férias – ocasiona uma forma de “escapismo”, já que as pessoas têm a necessidade de se desfazerem temporariamente das pressões impostas pela vida cotidiana, saindo do ciclo que ele chama de “condição normal” do indivíduo, isto é, o local onde reside e trabalha. Entretanto, o autor salienta que esse “escapismo” não funciona como um processo consciente e livre, mas sim, induzido pela ordem social dominante, com base no consumo.

Para Krippendorf a viagem comercializada – principalmente pelas férias – consiste em um fato social que cumpre um papel fundamental na manutenção da ordem social cotidiana, apresentando pesquisas realizadas na Suíça e Alemanha da década de 1980, em que aparece um senso comum de “cotidiano” ligado sempre a algo negativo ou ao

trabalho, enquanto que a viagem exerce uma função de positividade e motivação frente à vida cotidiana, pela agregação de *status* social. Contudo, lembra que mesmo num processo transitório de afastamento, o turista leva em sua bagagem todo o aparato cultural e social que lhe pertence, exemplificando que em qualquer viagem, há uma bagagem repleta de itens usados na vida cotidiana, pois ela também requer familiaridade.

Há evidentes diferenças entre o turista que viaja em férias nessa expectativa de “escapismo” e aquele que viaja comprometido com as relações cotidianas, neste caso referente às viagens a trabalho, estendidas a locais não-habituais, mas que mantém a continuidade dos compromissos profissionais. Ao analisar as diferenciações entre o turista em férias e o homem que viaja a negócios, Barretto (1996) expõe que a viagem motivada pelo trabalho é uma extensão da vida cotidiana, diferenciada apenas pelo tempo disponível após o trabalho onde, ao invés de retornar para sua família, o homem vai para o hotel e não tem suas relações sociais fixas no breve espaço que pode destinar ao lazer. Salienta que a troca de infraestrutura da vida cotidiana pode lhe causar muito mais transtornos e inconvenientes extras pelas tensões e acontecimentos não esperados do que está acostumado, fato comum em qualquer tipo viagem, mas que tensionam ainda mais a rotina do trabalhador que pode ter, nesse momento, mais desgastes físicos e emocionais do que se voltasse para casa depois de um dia de trabalho. “As viagens de negócios, viagens de estudo, viagens para visitar parentes em ocasiões especiais, como doença ou morte, podem ser, mais que um prazer, compromissos sociais” (*ibidem*, 2006, p. 13), pois, mesmo utilizando os serviços turísticos, acumulam obrigações que constituem o verdadeiro motivo da viagem.

O homem que viaja a trabalho, como em seu ritmo habitual, encontra um espaço de tempo livre, utilizado para o descanso e lazer. Na viagem, contudo, ele encontra outro lugar, outras pessoas e dinâmicas de interação sociocultural diferentes. Assim, o tempo livre do viajante trabalhador aproxima-o do turista convencional, que pode experimentar interações sociais diversas como quebra do cotidiano, por encontrar-se afastado do seu

grupo de origem. Mas em que medida ele se reconhece neste espaço liminar?

As teorias sobre o comportamento de viajantes pouco se aproximam das particularidades daqueles que viajam a trabalho, que apenas em alguns momentos do dia reservam seu tempo livre para lazer e entretenimento. Notadamente, as classificações referem-se às viagens de férias e lazer, engessando os viajantes em grupos sociais que, conforme Guilherme Lohmann e Alexandre Panosso Netto (2008), não são capazes de explicar a diversidade de fatores determinantes e motivadores das viagens, tais como alterações de renda, saúde, tempo de lazer, estrutura familiar e compromissos profissionais.

De modo geral, há uma diferenciação básica entre “ser turista” – que viaja a lazer – e estar em viagens ocasionadas por motivos profissionais, o que acontece tanto no senso comum quanto na mídia e na literatura, a exemplo do romance americano *O Turista Acidental*² de Anne Tyler (1987), que retrata a vida de um metódico escritor de guias turísticos que detesta viajar e ensina homens de negócios a se comportarem como se não estivessem fora de casa, reproduzindo uma ideia de vazio existencial na atividade turística, que é completamente negada.

O turista é pré-concebido como um “ser vazio”, desprovido de sentido e altamente consumista, tal qual Jean-Didier Urbain (2002) aborda em sua obra *O Idiota que Viaja*³. Sua narrativa surge a figura do anti-herói turista em oposição ao viajante. O viajante é classificado como pessoa dotada de conhecimento e finalidade, que não se relaciona com ócio ou lazer, mas sim, reforça a ideia de utilidade e aprimoramento cultural. Em contrapartida, o anti-herói representa a generalização do conhecimento e a massificação dos espaços reproduzidos sem finalidade, que degradam a viagem e os lugares.

Outra importante obra que faz a diferenciação entre o lazer e o trabalho na viagem pertence a Daniel Boorstin (1987) que, ao analisar os pseudo-eventos americanos, faz a distinção entre viagem e turismo a partir da imagem do viajante

² Tradução livre de: “The Accidental Tourist”.

³ Tradução livre de: “L’idiot du Voyage”.

aventureiro, que é “ativo” e faz sua própria viagem; e do turista “passivo”, que espera que tudo seja feito para e por ele, reafirmando o estereótipo de que o turismo é uma viagem puramente comercial, em forma de pacote. Em crítica a essa ideia, Dean MacCannell (1976) alude a experiência turística como uma mentira, que não pode ser comparada à dos intelectuais – viajantes – capazes de fazer outra leitura da realidade evidenciada em cada local, não sendo o turista, culpado por isso, mas sim, o sistema capitalista de mercado que transforma as férias em mercadoria. Fez alusão ao crescente fluxo de turismo internacional que despontava nos EUA por volta de 1975, como uma atividade que era organizada pelo próprio viajante, a partir de um conceito *do-it-yourself*.

A depreciação da imagem do turista expõe o descontentamento de uma elite social, antes detentora do privilégio da viagem, desde a época do *Grand Tour*⁴. Assim, Urbain (2002) critica a massificação da viagem que lhe concede a reprodução sem sentido e identidade, como um consumo vazio. O estigma do “turismo-mercadoria” constituiu-se a partir do preconceito e desdém social das grandes elites ao movimento turístico massificado. Nesse processo, conforme MacCannell (1976), não somente a experiência turística em si, mas o turista enquanto sujeito é também mistificado.

Quando o viajante critica o turista e lhe atribui a banalização do mundo, Urbain evidencia o jogo de interesses que se estabelece pela imagem do herói viajante e do anti-herói turista, pois fazer do outro sua antítese é demonstrar suas incontestáveis qualidades. Logo, o viajante se coloca como útil e benéfico. Igualmente, argumenta que há uma espécie de reprodução dessa imagem na sociedade em geral, inclusive no próprio comércio, onde por interesse e dependência econômica da atividade, o menosprezo pelo turista fica menos evidente. Em

⁴ O *Grand Tour*, viagem tradicional pela Europa, foi firmemente estabelecida para os filhos da classe média urbana melhor situada, formada por burgueses prósperos e emergentes do setor de serviços e da indústria, com duração de meses ou anos, para fins de enriquecimento cultural e *status* (UNY, 1991).

suas análises sobre o lazer nas viagens, Krippendorf (1989) também registra a ridicularização do turista como o ingênuo, organizado e dependente, detestável e inculto, explorador e poluidor dos espaços, ou ainda, o rico que pode comprar tudo e todos, conceituando o viajante relatado por Urbain de turista alternativo, aquele que viaja evitando o turismo de massa e outros turistas.

Cabe ressaltar que esses autores expõem classificações binárias rígidas que estão enraizadas no senso comum, mas que não dão conta de explicar a complexidade de relações existentes entre turista/viajante e viagem/turismo, que cito para que o leitor possa compreender as relações sociais que os viajantes a trabalho adotam em suas autoidentificações, como apresentarei na segunda e terceira partes. A viagem representa um prolongamento do cotidiano, onde as normas que regulam os comportamentos, a sexualidade e a vida social de todos têm menos força. Desse modo, o distanciamento do grupo de origem concebe à pessoa a oportunidade de experimentar prazeres, sentimentos e sociabilidades diversas.

O espaço urbano tem papel fundamental na construção dessa dinâmica de circulação de viajantes por canalizar a maior parte das relações comerciais que motivam viagens a trabalho. A grande cidade funciona como catalisadora desse público, bem como ameniza o sentimento de vigilância social: quanto maior o espaço urbano, menor é a sensação de se estar sendo observado e cobrado com base em condutas morais. Consequentemente, maior é a sensação de segurança para se romper as convenções sociais sem riscos de condenação ou estigmas. A viagem a trabalho, cujo destino é um grande centro urbano, é capaz de cumprir suas funções técnicas referentes ao trabalho e, ainda, ocasionar a ruptura de paradigmas, estruturas e normas relacionadas principalmente a vida privada e a sexualidade daqueles que assim desejarem.

A viagem aqui realizada pelo “eu” pesquisador, o “você” leitor e os sujeitos analisados envolve todo o aparato social que moraliza as sociabilidades cotidianas e as relações que se estabelecem entre “iguais” e diferentes. Mas por que entender o cotidiano? Uma viagem qualquer, por mais longa que seja, não é

capaz de anular os princípios socioculturais que regem a vida do viajante. Ao contrário, acredito que essas rupturas pontuais reafirmam o sujeito muito mais do que o modificam.

Neste início de viagem, convido o leitor a compreender como se constitui a figura do “homem” social pela reafirmação cotidiana de sua identidade pública expressa pela heterossexualidade, bem como de que forma os grandes centros urbanos possibilitam ao viajante encontrar novas sociabilidades sexuais, fora das normas regidas pela sociedade, sem, contudo, exporem suas vidas e relações sociais cotidianas ao julgamento de seus grupos sociais fixos.

2.2 O COTIDIANO

A compreensão das viagens e dos fenômenos comportamentais que nela ocorrem dependem, num primeiro momento, do entendimento a respeito das relações habituais do viajante: o cotidiano, que inclui o modo de vida das pessoas, a cultura, os costumes e a maneira como cada indivíduo apreende seu meio e com ele interage e se socializa.

Desde os primeiros passos desta pesquisa, a compreensão do cotidiano, enquanto representação do modo de vida dos sujeitos analisados, foi fundamental para que eu pudesse identificar e analisar os comportamentos esporádicos que constituem o rompimento das estruturas sociais fixas durante as viagens. O cotidiano me permitiu, ainda, compreender os processos pelos quais os sujeitos aqui relatados se afastam de suas relações sociais, familiares e profissionais, sem, contudo, causar conflitos ou estranhamentos no seio de sua vida social. Para tanto, duas análises foram fundamentais: a construção e manutenção da imagem de “homem” na sociedade e sua representação cotidiana no espaço social, que articula falas e modos de vida, dentro e fora de seu lugar habitual.

Por cotidiano entendo o espaço de representação coletiva no qual as pessoas são socializadas a partir de elementos coletivos que se inserem na vida de cada indivíduo como um roteiro de comportamentos, ideias, costumes e crenças que

moldam as sociedades e dão forma aos indivíduos socializados, que passam a reproduzir tudo que lhes é ensinado e, não obstante, imposto, reproduzindo automaticamente objetos e pessoas padronizadas a partir de um senso comum de igualdade e julgamentos coletivos que moralizam as ações humanas em cada sociedade.

Minha análise repousa exatamente na quebra desses padrões, que chamo de rupturas da vida cotidiana, mais especificamente direcionado à sexualidade, que também compõe o quadro de regras e normas que devem ser seguidas para a formação e manutenção da identidade masculina heterossexual com a qual os sujeitos pesquisados se autoidentificam e se socializam.

Ao examinar o modo como as pessoas individualizam a cultura e dela se apropriam a partir de elementos que lhes são comuns, como objetos utilitários, linguagem e rituais, Michel de Certeau define o cotidiano como o espaço animado pelo conjunto de movimentos que se entrecruzam num lugar praticado, “aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime” (*ibidem*, 1996, p. 31).

De Certeau (1994) critica as Ciências Sociais nos estudos da vida cotidiana pela falta de formalismo de se examinar como as pessoas se reapropriam dos elementos que lhes são dados pela sociedade, criando estereótipos e retratos de pessoas que não criam nem produzem nada, sendo apenas consumidoras. O autor propõe, então, o termo “usuários”, que é expandido a “procedimentos e táticas de consumo”. Em contraposição às normas sociais, afirma que a vida comum compreende uma luta subconsciente e diária contra as instituições que regulam a sociedade que ele define como “estratégicas”, onde são desenvolvidas “táticas” de sobrevivência individual pelas pessoas comuns, mas mascarada pela conformidade que evita conflitos diretos entre o indivíduo e a sociedade, preenchendo a falta de sentido do cotidiano como mero consumo. Essa falta de sentido corresponde à busca do vivido, dos projetos de vida que podem ou não se realizar, das paixões, frustrações e anseios que são experienciados no cotidiano (*ibidem, et al*, 1996).

O autor reconhece a entidade estratégica como uma autoridade, que pode ser uma instituição ou mesmo um indivíduo dominante do grupo. Como força ordinária que advém de grupos dominantes, se manifesta fisicamente ao que o autor chama de “sítios de operação”, correspondentes a escritórios, matrizes ou quartéis-generais; e seus “produtos”, as leis, linguagens, rituais, produtos comerciais, literatura e arte, invenções e discursos cotidianos, tudo já determinado ao longo do tempo e do espaço, seja pelos bens materiais construídos pela sociedade, seja pela história e tradições de cada grupo. Dadas essas características, a entidade estratégica se apresenta como uma constante, relativamente inflexível. Seu objetivo principal é a produção em massa e a homogeneidade do seu público-alvo, criando seus produtos e mercados consumidores por intermédio da uniformidade e de um senso comum de necessidade.

Já no modelo tático, De Certeau descreve indivíduos e grupos fragmentados no tempo e no espaço, sem uma base de operação: o quartel-general. Os procedimentos táticos correspondem, então, a agrupamentos flexíveis, que variam no tempo e no espaço, conforme sua necessidade, baseada no improviso, que o autor chama de *gift economy*: que espera pelos recursos que não possui e explora as falhas dos sistemas estratégicos, sem causar dominação ou enfrentamentos, preenchendo as necessidades individuais enquanto se esconde numa aparente conformidade. Por consequência, a tática neutraliza a influência de uma estratégia dominante de forma anônima, o que legitima seu poder e eficiência⁵.

Já Henri Lefebvre (1968) compreende o cotidiano como aquilo que é aparentemente insignificante e insatisfatório, mas

⁵ As reflexões de De Certeau (1994) sobre a opressão que as entidades estratégicas exercem na vida individual, bem como as os recursos táticos que podem ser empregados por grupos que aprendem a conviver com as regulações dos grupos dominantes, se aproximam dos impasses que encontrei no cotidiano de homens que se encontram plenamente ajustados ao bom convívio social e moral de seus grupos sociais, mas que em quebras temporais e espaciais de suas rotinas, encontram a oportunidade de experienciar outras sociabilidades, suprindo as pressões e deficiências que lhes impõe a coletividade.

articulado, "o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo" (*ibidem*, p. 31), e gera a cotidianidade como cultura e hábito, moldando a sociedade e a vivência social num espaço cheio de signos representativos de ordem, prisma de sustentação para o cotidiano. A cotidianidade se refere a tudo que verdadeiramente acontece mas que não se percebe na vida cotidiana por ser aparentemente insignificante e fugaz. É "a alienação filosófica, verdade sem realidade, corresponde ainda e sempre a alienação cotidiana, realidade sem verdade" (*ibidem*, p. 20), onde reforça a ideia de vida esvaziada de sentido pelo consumo alienador do tempo e do espaço.

Ao comparar as sociedades atuais com as antigas, afirma que o cotidiano é um fenômeno típico das sociedades modernas, visto que em sociedades tradicionais, como aldeias camponesas e a Roma antiga, predominava-se um "estilo" coerente de organização da vida social onde as pessoas tinham liberdade. Em contrapartida, o cotidiano moderno é ambíguo e contraditório, apresentando riquezas – a apropriação do corpo, do desejo, da moradia, do espaço e do tempo, a criação – e misérias – trabalhos enfadonhos, a vida da subalternidade, o repetitivo da rotina operária – que se complementam. Como exemplo, Lefebvre relata que na França há uma política de organização e planejamento do cotidiano como uma estratégia de dominação e hegemonia, tendência internacional dos países capitalistas após a II Guerra Mundial, remetendo ao cotidiano como uma máquina reguladora da vida e da ordem social, típica da cultura burguesa.

Ao avançar na discussões marxistas do cotidiano baseadas no consumismo e alienação, Agnes Heller (1970) salienta que o cotidiano não é fixo nem delimitado, pois é heterogêneo, tal como a vida humana, onde se coloca em prática "todos os sentido da vida humana, todas as capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, paixões, idéias e interesses. A vida cotidiana é a vida do homem inteiro" (*ibidem*, p. 17).

Conforme a autora, o homem nasce inserido na vida cotidiana que é reproduzida por todos os membros de seu grupo, sem nenhuma exceção. Não há quem esteja fora dela, que

compõe o homem inteiro na sua individualidade, na medida em que coloca em funcionamento todos os sentidos, capacidades intelectuais, sentimentos e ideologias. Logo, a vida cotidiana consiste na verdadeira essência da substância social, que compõe o indivíduo particular e genérico, adaptado ao viver social. Entende o homem, então, como um ser individual, que não pode expressar a essência humana, sendo a unicidade e a ineliminabilidade os fatores que caracterizam essa particularidade, o que também me remete ao trabalho de George Simmel (1977) sobre a vida urbana, interpretando o cotidiano como o espaço preenchido de vida social e moral que insere cada indivíduo num grupo.

Enquanto manifestação sociocultural, o direcionamento das ações, normas e padrões de comportamento coletivo e sociabilidade instituem performances sociais com base no discurso social. A performance compreende uma atuação: o modo como determinado indivíduo atua frente aos seus familiares, amigos, vizinhos, colegas de profissão e estranhos que, de alguma forma, estejam inseridos na vida cotidiana e que legitimam seu pertencimento ao grupo. Nesse sentido, o discurso social atua como normatizador da cultura, pois, “o discurso é em primeiro lugar aquilo que faz os crentes se moverem. (...) Fazer crer é fazer fazer” (DE CERTEAU, 1994, p. 241), haja vista que as normas por ele estabelecidas tomam corpo e forma no dia-a-dia por intermédio de relatos e signos que perpetuam regras e condicionam a formação da moralidade social.

No trabalho de Erving Goffman (2002) a vida cotidiana é comparada ao teatro, onde a atuação dos indivíduos contempla uma situação social ideal. Diante das outras pessoas, o comportamento individual tende a incorporar e reafirmar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade, tal qual a representação de um ator que persuade a platéia para que seu personagem seja aceito por todos, a partir de padrões coletivos, “mantendo-os por uma viva crença de que uma platéia invisível está presente, a qual punirá os desvios desses padrões” (*ibidem*, p. 80). Há uma vantagem que persuade simbolicamente e obriga cada pessoa a aparecer sempre sob um prisma moral constante, como um personagem de palco, socializado numa peça que

constitui a vida real. O palco, comparado ao cotidiano, é o lugar público onde todas as pessoas, como atores, representam os papéis que lhes cabe na peça social, suprimindo, na vida privada, as características consideradas inadequadas à sociedade, cuja aceitação e acolhimento coletivo são os principais desafios das performances sociais.

O conceito de público e privado, utilizados para caracterizar as relações sociais entre pessoas e o Estado desde as sociedades antigas, é adotado aqui a partir da concepção de Jean Cohen e Andrew Arato (1994), em que o “público” se refere a algo sempre aberto, de ordem coletiva e definida a partir do empirismo; e o “privado” como o domínio de juízo autônomo, exclusivo do indivíduo. Assim, relaciono a ideia de “público” como referente a tudo que corresponde à vida social exposta ao julgamento coletivo; e “privado” o que se refere exclusivamente ao indivíduo, incluindo desejos e sociabilidades sexuais.

A comparação da vida pública ao teatro se refere ao fato que tudo que é público é propenso ao julgamento do grupo social dominante: a platéia, que detém o poder de decisão sobre agradar ou repudiar o ator e sua performance. Nessa perspectiva, o que pertence a ordem pública deve estar em conformidade com as referências coletivas de moralidade para serem devidamente aceitas e legitimadas pela sociedade. Ao contrário, a vida privada é íntima, regida por desejos e ações que podem se manter secretas, subjetivas e individuais, onde residem desejos sexuais, prazeres e angústias não compartilhados nem mesmo entre familiares. Desse modo, as pessoas são submetidas a regras públicas que interferem diretamente na vida privada como, por exemplo, a moralização da sexualidade e constituição da família ocidental com base na heterossexualidade, padrões que agem diretamente na vida íntima e sexual do indivíduo em detrimento de sua subjetividade.

A vida cotidiana se apresenta, assim, como o processo de regulação da subjetividade para a reprodução de sistema social homogêneo. De Certeau (1994) faz alusão ao esquema de operações e manipulações de técnicas coletivas regulatórias, onde se inserem, inclusive, problemas gerados por conflitos de identidade, sexualidade e julgamento moral chamados por ele de

procedimentos comportamentais. Entendo que são esses procedimentos corriqueiros, diários e, muitas vezes, reproduzidos inconscientemente, que justificam o discurso social que naturaliza a heterossexualidade como padrão moral de comportamento sexual.

Estes procedimentos, contudo, são disformes e inconstantes, variado de acordo com cada época, cultura e grupo social, e sua compreensão somente é possível a partir da captação de processos de repetição e fragmentação de ações diárias, que Michel Maffesoli (2000), em seu estudo sobre grupos urbanos define como “perduração da socialidade”, onde os vínculos sociais permitem capturar facetas culturais formadoras da identidade coletiva que caracterizam as pessoas e as colocam em determinados grupos capazes de segregar, limitar e estereotipar o que lhes é diferente, formando agrupamentos específicos: as “tribos”, onde as pessoas acabam por se agrupar entre semelhantes, entre aqueles que são capazes de repetir o mesmo comportamento. O comum, conhecido do dia-a-dia, somente se concretiza a partir do que é fixo, que pode ser repetido.

Repetir o que está socialmente instituído é, portanto, sinal de aptidão ao pertencimento neste ou naquele grupo social. Mas o espaço entendido como lugar de vivência coletiva também é capaz de revelar seu oposto: um lugar de práticas esporádicas e, por vezes, pouco convencionais, cujas relações sociais não são conhecidas e reconhecidas em seus grupos de origem, a partir de uma sociabilidade paralela, afastada da vida pública. Neste sentido, a viagem tem papel fundamental como atividade que propicia o estranhamento do cotidiano numa lacuna de tempo, oportunizando sociabilidades momentâneas que se manifestam e se mantêm apenas na esfera privada.

Ao estudar o comportamento de turistas em férias, Krippendorf (1989) salienta que a viagem é o espaço de compensação para as tensões comuns da sociedade, incluindo suas privações, desejos, fugas do cotidiano, desejo de felicidade e liberdade, de conhecimento, autonomia e de interações sociais novas. O ambiente estranho da viagem atua como libertador e propicia ao viajante a liberdade de se comportar de maneira

estranha à sua cultura de origem ou seu meio familiar, fato que provavelmente ocasionaria sanções ao indivíduo se tomado o conhecimento de seu grupo de origem ou se realizado em sua vida cotidiana.

As sociabilidades momentâneas e esporádicas ocorridas durante uma viagem pouco ou nada interferem nas relações sociais fixas do viajante, podendo ser uma maneira de contrabalançar as deficiências e privações pessoais limitadas pelas normas, julgamentos e cobranças sócio-morais. Ao se materializarem sociabilidades atípicas – fora de todo o sistema que envolve a vida individual – cada pessoa tem a oportunidade de se inserir num espaço social cujas relações instâneas lhes permitem experienciar outras realidades, outras condições morais, novas sensações e, até mesmo, prazeres desejados mas suprimidos no cotidiano.

De acordo com José Machado Pais (2010), os dilemas cotidianos têm focado as relações privadas que envolvem a afirmação identitária sexual, corporal, sentimental e de realização pessoal numa reivindicação de uso livre do corpo e da sexualidade. Entretanto, esta tese me levou enxergar a sexualidade como uma zona perigosa na qual muitos homens transitam fora dos padrões de normalidade apenas em segredo ou protegidos pelo anonimato ocasionado por lugares diferentes e transitórios, onde a viagem desempenha um fundamental papel libertador.

Longe de casa e das sociabilidades fixas – família, amigos e colegas de trabalho –, o horizonte social do viajante se expande para a possibilidade de se romperem barreiras socioculturais que constituem a vida pública e privada. No breve intervalo de afastamento social ocasionado pela viagem a trabalho, homens que têm seus comportamentos regulados por normas que determinam de que maneira devem agir publicamente e, inclusive, se relacionar na vida privada e com sua sexualidade, encontram a oportunidade de experienciar novas sociabilidades sexuais, em contraposição a sua própria imagem pública heterossexual, rompendo os paradigmas cotidianos da sexualidade.

2.3 MORALIDADE E HETERONORMA

Quando resolvi adentrar nos estudos da sexualidade, o que mais me chamava a atenção era como e por quê algumas expressões sociais da sexualidade se mantinham à margem da vida cotidiana num processo invisível de sociabilidades das quais as pessoas que não pertencem ao grupo específico não conseguem visualizar ou ter dimensão de suas práticas. Neste momento, deparei-me com a moral: a cartilha de normas que regulam e direcionam a vida cotidiana, numa relação de mutualismo entre a ordem social que ela [a moral] estabelece e a manutenção e reprodução inconsciente que se funde ao aprendizado do viver-social, que inclui as noções de sociabilidade pública e privada, onde se encontram os traços e expressões da sexualidade individual camuflada pela e para a coletividade.

No estudos da moral, Friedrich Nietzsche (2009 [1887]) discute a origem dos sentimentos morais, onde retrata em três tratados a concepção social de “bem” e “mal” ou “bom” e “mau”; a falta e a má consciência; e os ideais ascéticos. A ideia de “bom” se refere àquilo que a sociedade considera correto, derivando de algo sempre superior, aristocrático e nobre, que caracteriza a moral a partir de um conceito utilitarista de ordem coletiva e representativa de poder entre senhores [os nobres] e os servos [inferiores]. Logo, “mau” é sempre subalterno e inferior.

A conceituação de “bom” e “mau”, originada na antítese da divisão das classes sociais, nasce do pensamento de que o homem é um ser dominante que busca o poder nas relações sociais. Desse modo, a moral nasce da dominância, justificada como “boa” para a sociedade, uma conjunção de valores impostos por aqueles que tem proeminência espiritual e política numa determinada época e cultura. Logo, valores morais são estabelecidos a partir da perspectiva de vontade de poder que moraliza o fato ou acontecimento em questão a partir do julgamento social.

Para Nietzsche a moral deveria nascer da imparcialidade, mas constata que a legitimidade daquilo que é “bom” ou “mau”

adquire a face inversa se olhada pelo lado da plebe, onde conceito de “mau” se atribui à nobreza repressora que castiga, maltrata e despreza os subalternos, o que reforça a ideia da moral reguladora, utilitarista e parcial. Assim, “bom” é aquilo que o homem achou útil para si, padronizado e normatizado no cotidiano, a partir de uma utilidade mesquinha, marcada pela inércia duvidosa que se torna hábito. Tudo que representa a transgressão da moral configura, assim, o espectro do “mau”, que deve ser combatido e evitado por se tratar de algo inferior.

Seguindo os passos de Nietzsche, Michel Foucault (1994b) aponta que o conceito de moral é ambíguo, normalmente designado para indicar “o conjunto de valores e regras propostas aos indivíduos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc.” (*ibidem*, p. 32), o que pode gerar tanto uma doutrina coerente quanto um conjunto sistemático de elementos que se compensam e se corrigem, dando margens a compromissos e subterfúgios, estabelecendo o “código moral”. Salienta, ainda, que “moral” também faz menção ao comportamento do indivíduo, a partir da ideia de princípios de conduta que podem respeitar ou negligenciar o conjunto de valores sociais adotados, como uma forma de “moralidade dos comportamentos” para determinados grupos sociais.

Para além dessas duas considerações, Foucault entende que há, ainda, uma terceira consideração à ideia de moral, referente ao modo como cada indivíduo conduz suas ações e se adapta ao código social pré-estabelecido por seu grupo de pertencimento. Nesse sentido, distingue-se o grau de conformidade ou divergência com que cada pessoa conduz moralmente suas experiências sociais ao longo da vida. Como exemplo, relata o código de prescrição sexual que impõe a fidelidade conjugal estrita e simétrica a dois esposos que podem exercer essa fidelidade de maneiras diferentes: seja cumprindo todas as interdições e obrigações do casamento, seja estendendo a fidelidade para o domínio do desejo. A essas diferenças ele chama de “determinação da substância ética”. A prática moral, então, constitui-se tanto dos movimentos contraditórios da alma quanto dos atos em si.

Os apontamentos de Foucault sobre a moral estavam sempre presentes no meu campo de análise, visto que tive, em tempo integral, que lidar com entendimentos de moralidade completamente divergentes e individuais, determinados pelo modo como cada pessoa compreendia e atuava em seu espaço, buscando satisfazer desejos sexuais sem afetar os códigos prescritos pela sociedade, também sem interferir na vida conjugal e na possível contradição da ideia de fidelidade.

De modo geral, a sexualidade e o sexo são dois dos principais eixos representativos da “subjetivação ética”, já que trata de algo individual e íntimo, mas submetido ao julgamento dos códigos morais que a sociedade estabelece. Ao discutir as relações históricas do controle da sexualidade nas representações sociais de poder, Foucault (1994a) aponta para a liberdade sexual que existia na Antiguidade grega e romana e a instalação da moral pelo controle da sexualidade consolidada no cristianismo ocidental que a silenciava, normatizando-a para a reprodução e monogamia, onde prazer sexual era desqualificado e deveria ser combatido por configurar-se como socialmente ruim.

Na mesma perspectiva, Gilberto Freyre (1998) descreve em sua clássica obra *Casa Grande e Senzala* os diários dos senhores de engenho do Brasil, contando a história da escravidão e na origem da mulata como objeto desejo do homem branco, diferentemente do que ocorria com as esposas, com quem tinham predominantemente relações conjugais de reprodução. O corpo da mulata era tido como objeto que lhes proporcionava prazer e realização pessoal, um prazer que podiam escolher e se lembrar “da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem” (*ibidem*, p. 89). Contudo, a mulata não podia ser moralmente aceita pela sociedade, diferentemente do que acontecia com os casamentos arranjados, prescrevendo um prazer que era sempre clandestino e proibido; e que mais tarde se estendeu às amantes brancas e prostitutas.

Quando dissertou sobre a vida cotidiana, Goffman (2002) fez alusão a moralidade como as normas sociais que integram a

vida de cada indivíduo: a obrigação de aparecer sob um prisma moral constante força as pessoas a representarem para sociedade um personagem de palco teatral, que deve agradar para ser aceito, sendo o palco o espaço público cotidiano no qual se expõe a experiência social e se constrói a imagem pública submetida ao julgamento coletivo. Mais uma vez, a teatralização da vida social se faz presente quando os indivíduos estão sobre a regulação dos códigos que determinam como devem agir.

Já que a moral prescreve a sexualidade e os processos de sociabilidade sexual, outros dois conceitos importantes com os quais me deparei foram a ideia de heteronormatividade, como a moral sexual que regulamenta a vida social e as relações de gênero das sociedades ocidentais modernas, bem como a noção de “desvio” ocasionada pela transgressão dessa norma.

Um primeiro ponto a se considerar é o reflexo que a heteronormatividade causa no comportamento coletivo e na vida privada, relacionada à sociabilidade moral heterossexual. O termo tem origem no latim *normalis*, que se refere a “esquadro”: o que não se inclina nem para a direita nem para a esquerda, mas atingiu o conceito de “regra geral” a partir do pensamento de August Comte no século XIX; e no grego *hetero*, que significa “diferente”.

Michael Warner (1991), com base nos estudos de Gayle Rubin sobre o sistema “sexo/gênero” e no trabalho de Adrienne Rich sobre a “heterossexualidade compulsória”, aponta que a heteronormatividade está reproduzida no ideário cristão com a presença de “Adão e Eva”, havendo duas categorias sexuais distintas e complementares que formam a sociedade humana a partir da ideia de reprodução: o homem e a mulher. Na mesma perspectiva, Samuel Chambers (2003) categoriza a heteronormatividade como um fenômeno que revela as expectativas, demandas e restrições produzidas quando a heterossexualidade é tomada como norma social para manutenção da ordem e perpetuação da espécie humana.

Para Lauren Berlant e Michael Warner (2002), a heteronormatividade compreende as instituições, estruturas e orientações práticas que fazem com que a heterossexualidade pareça coerente e natural, mas também a priviligia: “passa

desapercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral” (*ibidem*, p. 230). Regulamenta, assim, as sociedades e suas bases culturais, como é o caso das culturas que condenam a bigamia, ou ainda, os estereótipos de inferioridade da mulher frente ao homem, que deve sempre dominar, inclusive, na atividade sexual.

A legitimação da heterossexualidade está respaldada no modelo cristão de relações sexuais reprodutivas, como apontou Miguel Vale de Almeida (2000) em sua pesquisa sobre a representação da masculinidade hegemônica em “Senhores de Si”. Esse modelo direciona forçosamente à junção de um homem com uma mulher, encarando a reprodução como um “dom natural” de Deus para a perpetuação da espécie humana, fundamentando a base moral ocidental, presente nos discursos cotidianos que são portadores de significados que demarcam territórios e relações sociais diretamente ligadas às representações de sexualidades e aos processos de coerção moral do sexo cristalizados no cotidiano.

De Certeau (1994) faz alusão ao trabalho de Foucault (2004) sobre o sistema prisional, comparando o cotidiano a uma espécie de prisão, um dispositivo de controle social que regulamenta todas as arestas da vida coletiva e individual. A noção de que trata Foucault sobre a ideia de punição, que vai além do campo do visível para a consciência abstrata é que torna eficiente o sistema de vigilância, sendo a certeza da condenação uma forma de manter o sistema de controle funcionando, criando “corpos dóceis”, disciplinados.

Quando me remeto à sexualidade, percebo que a moral externaliza esse papel de vigilância das Instituições estratégicas, criando e reproduzindo “sujeitos dóceis”. Mais especificamente, as relações conjugais e/ou sexuais heterossexuais foram naturalizadas e incorporadas no discurso social como comportamento “padrão” cotidiano, entendido pelo senso comum como “normal”, incluindo as noções de dominação e controle do “macho” ativo.

A hegemonia heterossexista reflete o preconceito de gênero e sexualidade no qual a homossexualidade entre homens

tem expressivo destaque por se tratar da equiparação de um dos homens à mulher, que troca a superioridade do prazer ativo pelo prazer passivo. Peter Fry (1982) salienta que a passividade sexual é comparada ao papel inferior da mulher no sexo, como se o homem passivo não fosse realmente “homem”, estigmatizando-o ao reduzir a sexualidade a um rótulo de identificação, que qualifica ou desqualifica o indivíduo como “ser moral” desde sua iniciação sexual. A moralidade, além de regular as práticas cotidianas relacionadas ao sexo e ao prazer, induz a (re)produção de estereótipos e estigmas sexuais de identidade social de gênero ao padrão heterossexual dominante. Logo, tudo que é contrário ao molde de categorizações que determinam a imagem e o papel do homem e da mulher na sociedade são considerados “anormalidades” ou “desvios” da norma.

Considerando os conceitos de “norma” e “desvio” a respeito do comportamento social nos estudos da Escola de Chicago, Howard Becker (2008 [1963]) entende que a normatização da vida pública é um processo político de afirmação e reconhecimento variável de grupo para grupo, legitimados coletivamente, de modo que o “desvio” compreende a interrelação entre o comportamento considerado desviado em confronto com sua normatização, cujo oposto é igualmente verdadeiro. O “desvio” só existe na contraposição entre o indivíduo praticante e o reagente do ato praticado, fruto de dois tipos de “empreendedores de moral”: os que elaboram as leis e aqueles que a aplicam. A moral exerce no “desviante” um poder disciplinar justificado pela intervenção da norma na vida social em benefício daquilo que é “bom” para determinado grupo social. Para Becker (2008, p. 185), “é de maneira seletiva que os representantes da lei, respondendo às pressões da própria situação de trabalho, aplicam a lei e criam as categorias de pessoas estranhas à coletividade”.

Goffman (1988), em seu trabalho sobre “estigma”, trata das noções de identidade social, onde o termo estigma é usado sempre de modo depreciativo, como forma de desqualificar a pessoa, controlando sua identidade individual e homogeneizando sua subjetividade a comportamentos sociais dos quais o “desviante” está passível de julgamento e condenação. O autor

adota o conceito de estigma para fazer referência a algo depreciativo, mas não necessariamente desonroso. É uma maneira de diferenciar características e comportamentos que determinado grupo social considera “anormal”, podendo abranger deficiências físicas, relações genéticas de caráter individual e comportamento sexual. Inclui um processo cotidiano de exclusão social e marginalidade imposta ao indivíduo por seu próprio grupo social. Desse modo, apresenta o modo como as instituições determinam as “anormalidades” sociais e patologizam a identidade do indivíduo estigmatizado.

Os conceitos de Becker e Goffman foram importantes para iniciar minhas reflexões sobre a temática. Contudo, superei o conceito de “desvio” ao longo das leituras de Velho (2003a) e Miskolci (2005), que se baseiam na ideia de “diferença” como algo que está constantemente presente na vida social, onde alguns indivíduos apresentam divergências comportamentais em relação a uma maioria que compõe o grupo social. Considerei, ainda, que essas diferenças que se apresentam ao longo do tempo são sempre locais, referentes a um grupo específico e variáveis em outros contextos socioculturais.

Gilberto Velho (2003a) salienta que é preciso analisar a dicotomia indivíduo/sociedade para pensar o “desvio” a partir do caráter multifacetado da cultura, como um desajuste, visto que o desviante é apenas um indivíduo que faz, em determinados momentos, uma leitura divergente de seu próprio grupo, não existindo senão na atuação dialógica em que o grupo ou o indivíduo se acusam por “estarem consciente ou inconscientemente quebrando, com seu comportamento, limites e valores de determinada situação sociocultural” (*ibidem*, p. 23). Velho apresenta, assim, um conceito de “divergência” para categorizar indivíduos que apenas não se encaixam em determinados grupos ou em situações pontuais, mas que podem se adequar a outros grupos e contextos socioculturais.

Richard Miskolci, ao estudar as relações históricas e sociais do binarismo “normalidade-desvio”, aponta que “a norma desvaloriza o existente para corrigi-lo, ou seja, nenhuma regra é neutra, antes implica referência a um valor” (*ibidem*, 2005, p. 14), onde o desviante – anormal – emerge de uma hipotética

natureza corrompida. Salienta que três correntes marcam uma mudança da abordagem do “desvio” para o princípio da “diferença”, que correlaciona pessoas que possuem identidades sociais diferentes, e não desviadas, a saber: os feminismos e os estudos de gênero, os estudos sociológicos e a obra de Michel Foucault, que aprofundam novos paradigmas teóricos, onde a “diferença” se estabelece “na aceitação do Outro e na oposição a qualquer tentativa de avaliá-lo sob a perspectiva do olhar hegemônico” (*ibidem*, p. 35).

Em apoio ao conceito de “diferença” como perspectiva analítica para meu campo de possibilidades, entendo que a ideia de norma e desvio direcionada ao entendimento do comportamento sexual seria, minimamente, (re)produtora de estereótipos e (pré)conceitos que em momento algum deveriam ter sido alimentados. Contudo, durante minhas análises, precisei recorrer a autores como Howard Becker e Erving Goffman para dar conta de explicar o funcionamento de um complexo sistema clandestino de escolhas sexuais que estão intimamente relacionadas ao senso comum da ideia de indivíduo “desviante” e “estigmatizado”, nos quais a noção de “diferença” não se justifica enquanto prática social. Assim, a noção de “desvio” que, por vezes me remeto, contempla um conceito nativo utilizado pelos pesquisados para se diferenciarem dos homossexuais, não correspondendo a uma categoria analítica.

De fato, a noção de “divergência” apresentada por Gilberto Velho me ajudou a dialogar com os pesquisados de modo a interagir e participar de seus ciclos de sociabilidade homoerótica, onde a identidade social pública é estabelecida a partir da identificação heterossexual, o que confesso ter sido bastante desafiador: era preciso legitimar-me heterossexual para estabelecer aproximações homoeróticas, num jogo transitório de identidades e transmutação de comportamentos públicos e privados que variavam entre a norma e a divergência.

A identidade social é um laço que se estabelece com o grupo de pertencimento e atua na relação com outros grupos e pessoas, bem como numa autorrelação de aceitação/rejeição que envolve, nesta análise, a sociabilidade sexual. Stuart Hall (2003) afirma que a identidade é formada ao longo do tempo por

processos inconscientes, e não algo inato, permanecendo incompleta, em processo e formação, influenciada sempre pela cultura de cada sociedade.

A identificação social é um processo em andamento: surge de uma falta de inteireza que é completada pelo meio social e que afeta diretamente os processos de interação entre o sujeito⁶ e a sociedade. Neste caso, homens de identidade social de gênero ajustada à normatividade heterossexual mantém relações homoeróticas clandestinas motivadas principalmente pelo medo da rejeição e cristalização de estigmas, onde passariam a ser considerados por seus grupos sociais como “homens desviados”. Para isso, utilizam como principal recurso o anonimato propiciado pela viagem e a invisibilidade social ocasionada pela atitude *blasé* nos grandes centros urbanos.

⁶ Por sujeito Touraine (1997) compreende a materialização do indivíduo socializado, identificado com o meio, seu trabalho, seu papel social e suas experiências, numa projeção pública do “ser” que adere às normas sociais, mas que é capaz de agir com liberdade e respeito ao outro, também entendido como sujeito. Chamo de sujeito, nesse contexto, os indivíduos que pertencem ao universo de sociabilidade pesquisado.

3 O URBANO E O ANONIMATO

O atrativo das cidades grandes é talvez uma consequência dos estímulos que agem diretamente sobre os reflexos. Enquanto tipo de comportamento humano, pode ser explicado, numa espécie de tropismo, como a atração de uma mariposa pela chama.

Robert Park, 1979.

Encontrei em minhas pesquisas a presença dos grandes centros urbanos como espaço de realização das rupturas da sexualidade que, além de concentrar as viagens a trabalho, propicia, com maior facilidade, o encontro de pares sexuais – dada a grande concentração e circulação de pessoas – e age no imaginário dos sujeitos como um local seguro e invisível, conveniente à rupturas. O espaço urbano constitui o campo de possibilidades no qual os fenômenos aqui analisados tomam forma. A cidade grande, a partir de toda a sua formação socioespacial e sua dinâmica humana de trânsito de pessoas e serviços, abriga as variáveis comportamentais que ecoam em momentos secundários da vida social de alguns homens que optam por romperem as normas da sexualidade, de forma anônima e esporádica.

Ao discutir o urbano como espaço de interação social contemporâneo, George Simmel (2005) relaciona-o com os comportamentos corporais e a sociabilidade das pessoas para compreender de que maneira elas o ocupam e utilizam. Dentre as práticas urbanas cotidianas, a mobilidade de moradores, turistas e viajantes apresenta a formação de grupos, espaços de relações específicas e privadas, que Isaac Joseph (1999) apresenta a partir de espaços públicos de convivência e trabalho, numa dialogia entre o urbano e o indivíduo que os habitam, percorrem e exploram.

Tratando-se das dinâmicas sociais urbanas, a cidade é mais que um mecanismo físico e artificial. Para Robert Park (1979) ela é “um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a

esses costumes e transmitidos por essa tradição” (*ibidem*, p.27). O autor, ao estudar o fenômeno urbano e suas sociedades, afirma que uma das questões mais elementares se refere à dimensão e estrutura que a cidade possui e que impressiona aqueles que a habitam, seja por sua complexidade e vastidão, seja pela organização social, que consegue abrigar a todos, atendendo as necessidades, projetos e interesses de variados grupos, em diferentes intensidades e esferas, em contraposição à vida na aldeia, nas colônias ou nos campos abertos. Por isso, fascina e envolve: é parte da vida de seus habitantes.

O autor trata, ainda, da mobilidade do homem individual, onde a cidade, em virtude do desenvolvimento das comunicações e dos transportes, oferece um espaço fluído, que ele chama de “mobilização do homem individual”, que multiplica as oportunidades de contato e associação com semelhantes, sem estabelecer, contudo, vínculos afetivos. De igual maneira, os processos de segregação populacional presentes nos grandes centros urbanos constroem distâncias morais que criam “pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram” (*ibidem*, p. 62), facilitando a um indivíduo passar de um meio moral a outro em busca de novas experiências e sociabilidades que não comprometem sua vida cotidiana. Logo, a vida cidadina apresenta um caráter superficial que tende, pela falta de unidade, a produzir indivíduos divergentes.

De acordo com Milton Santos (2008), a cidade possui uma organização moral e física que interpenetra a vida social, cujo sistema de objetos e ações tendem a uma artificialidade a partir de práticas cotidianas sempre atualizadas por novas tecnologias, dinâmicas sociais e interrelações pessoais, entendidas por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) como técnicas corporais reiteradas cíclica ou linearmente, envolvendo deslocamentos, permanências, aproximações e afastamentos, agrupamentos e dispersões regulares, esporádicas ou excepcionais no espaço.

Milton Santos salienta que o espaço urbano evolui com o movimento da sociedade, como um verdadeiro campo de forças desiguais que deve ser considerado a partir de conjunto de funções e formas do passado e do presente, representativas de relações sociais firmadas numa estrutura organizacional: “(...) o

espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante” (*ibidem*, 1978, p. 145). Então, o espaço urbano é entendido como um lugar social, capaz de construir-se coletivamente a partir de contextos individuais que formam espaços segregados, como argumentou Robert Park.

Já Michel Maffesolli (2000) o compreende como uma sucessão de territórios onde as pessoas se fixam buscando abrigo e segurança, tomando posse e construindo suas relações de maneira quase que efêmera, onde aparecem as “massas-tribos”. “Sendo a massa o pólo englobante, e a tribo o pólo da cristalização particular, toda a vida social se organiza em torno desses dois pólos num movimento sem fim” (*ibidem*, p. 176). Assim, Maffesolli apresenta o “tribalismo” como grande tendência da cidade.

Quanto mais abertas são as possibilidades de interações sociais, maior é a autopercepção do indivíduo sobre seu mundo, que não se limita as regras impostas por seu grupo, bem como maiores são as dinâmicas de interação entre os grupos que cada pessoa transita. A ampliação do universo de convivência e experimentação social, fator demarcado das viagens que inevitavelmente condicionam novas socializações e regras, podem corresponder à maior elaboração de um projeto de vida e pertencimento ou participação numa determinada “tribo” urbana: uma rede de “iguais” que enfatizam normalmente o que lhes é próximo na relação entre pessoas e lugares, tendendo a um isolamento natural que Maffesolli chama de “localismos” e favorecendo o “espírito de máfia”. A ajuda mútua passa a ser um compromisso para a sobrevivência e o que não é familiar passa a ser rejeitado.

A diversidade de estruturas físicas e sociais constituem um espaço cosmopolita de relações chamadas por Gilberto Velho (1999) de sociedades complexas: uma heterogeneidade cultural e social, na coexistência harmoniosa e plural das diferenças humanas; um conjunto de símbolos utilizados nas interações urbanas cotidianas. Em alguns casos, as sociedades complexas são interpretadas a partir de um espaço que Saskia Sassen (1998) chama de global, concentrando a diversidade, cujos

espaços se formam a partir da cultura corporativa dominante e na multiplicidade de outras culturas e identidades, especialmente por meio do trânsito global de pessoas, como é o caso de São Paulo, no Brasil, um dos principais locais de origem dos sujeitos pesquisados e que concentra o maior número de casos aqui catalogados, como apresentarei na segunda parte.

Já Richard Sennett (1999) disserta sobre a fragmentação de alguns aspectos da vida pública cidadina ocasionada pela valorização da individualidade moderna, onde os indivíduos passam a resguardar-se na intimidade de suas casas e de suas vidas privadas, preferindo o anonimato em detrimento da exposição pública, onde “os sinais gritantes de uma vida pessoal desmedida e de uma vida pública esvaziada são resultantes (...) da formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista” (*ibidem*, p. 30), formando o que ele chama de “sociedade intimista”, baseada numa cultura narcísica e por “comunidades destrutivas”, cujas relações sociais mantêm-se protegidas por círculos fechados de sociabilidade, onde apenas os indivíduos que gozam dos mesmos códigos de caráter e moral são aceitos com simpatia.

Na complexidade social urbana, onde as relações se interpenetram ao mesmo tempo que se isolam, Simmel (2005) fala da atitude *blasé*: a apatia diante da desmedida oferta de prazeres que estimula fortemente a vida, até a ausência de reação, isto é, reações automáticas e pouco individualizadas. A essência *blasé* é a falta de distinção entre as coisas, em que significado e valor são sentidos como nulos. Ao compará-la a um estado de espírito, uma forma de viver sem graves conflitos internos e externos, a atitude *blasé* é indiferente, avessa e estranha ao contato muito próximo, entendido como invasão de privacidade pelo senso de reserva, mas sem gerar isolamento.

Cria-se naturalmente uma proteção mediante antipatia, causando distância e afastamento para socializações mais seletivas e direcionadas, diferentemente de cidades pequenas onde a vigilância social é expressivamente maior. Quanto menor o círculo social, maior é a vigilância e o controle que conduzem os sujeitos a uma espécie de aprisionamento cotidiano. A atitude *blasé*, então, evita o controle desmedido e invasivo da vida

privada pela indiferença civil: a vida social na cidade pequena é fechada em si mesma, em contraposição à cidade grande, de vida interior mais ampla e cosmopolita, como argumentam Mike Savage e Alan Warde (1993). Desse modo, o cidadão se protege nas metrópoles, onde pode facilmente mascarar sentimentos e, muitas vezes, não reagir aos estímulos exteriores, assumindo uma atitude *blasé* cotidiana, que se aproxima da representação teatral que Goffman (2002) usa como comparação a toda atividade que o indivíduo apresenta a seu grupo, a vida social encenada que permite compreender o presente e o futuro nas cristalização e ambivalência das relações pessoais e públicas.

Além da atitude blasé, a cidade compõe um aglomerado de pequenos grupos que, de modo geral, conseguem conviver num mesmo espaço, alguns mais invisibilizados que outros. A grande cidade se torna um refúgio, principalmente para aqueles que em algum momento divergem do comportamento padrão: sendo menos vigiados são igualmente menos punidos. Para Santos (2006, p. 258), “a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir”, sendo os fracos as minorias sociais que emergem na vida dos centros urbanos como chamuscas que hora ou outra queimam na cidade, impondo-a como lugar libertador, em práticas inventivas de novas relações sociais, como propõe Lefebvre (1968) em sua crítica ao cotidiano.

Nessa perspectiva, é de suma importância compreender o sentimento de solidariedade e identidade que desenvolvem os grupos discriminados dentro das sociedades complexas. Velho (1999), em sua pesquisa sobre um grupo de usuários de tóxicos, identificou que havia uma solidariedade entre membros da mesma camada social, sentimento que nascia de uma identidade de classe, muito mais que pelo uso da droga. Mesmo numa situação clandestina, há uma identificação maior com pessoas da mesma esfera cotidiana, do que propriamente com a clandestinidade. A isso comparo o fato dos homens buscarem “iguais” sociais, que se refere a identidade social heterossexual, a qual eles comprovam publicamente por meio do casamento com uma mulher. No campo identifiquei a heterossexualidade comprovada como fator determinante para o estabelecimento das sociabilidades homoeróticas, tanto quanto as características

físicas do par sexual, que depende do fenótipo e preferências sexuais individuais.

No processo de socialização, continuado e estendendo ao longo de toda a vida, Velho (1999) chama de projetos individuais os roteiros traçados por cada pessoa para seguir seu “destino social”, seja o casamento, a constituição de filhos, ou ainda, a dedicação quase que exclusiva ao trabalho em busca de algum tipo de reconhecimento de seu grupo, objetivamente direcionados por questões socioculturais e morais específicas. Elaborado dentro de um campo de possibilidades sociais, esse projeto não é puramente subjetivo: “para existir precisa expressar-se através de uma linguagem que visa o outro, é potencialmente público” (*ibidem*, p.27). Qualquer projeto deve se basear numa racionalidade sócio-moral cotidiana para que cumpra as expectativas mínimas de pertencimento ao grupo, evitando rejeições e estigmas, condicionando a vida social de algumas pessoas à participação em “tribos” que possam sumariamente acolher suas divergências.

O autor salienta, ainda, que existem atores que, mesmo na grande cidade, convivem em redes de relações restritas e estão constantemente sujeitos a invasões de seus mundos e que, por isso, alimentam marginalidades em espaços que Park (1979) chama de regiões morais, permanentemente estimulados ao convívio, ao mesmo tempo que constituindo a atitude *blasé* como mecanismo de adaptação a esse estilo de vida. A partir desse pressuposto, a região moral é um espaço segregado na cidade, que pode ser um domicílio, um ponto de encontro ou reunião, estabelecendo dinâmicas morais em forma de mosaico: são pequenos mundos que se tangenciam, mas não se fundem, o que possibilita o trânsito moral entre vários grupos, com experiências separadas que podem não interferir na vida social cotidiana daquele que tem a oportunidade de transitar entre grupos. É ocasionada “em parte às restrições que a vida urbana impõe; e em parte à permissibilidade que essas mesmas condições oferecem” (*ibidem*, p. 65), criando regiões com códigos morais divergentes da norma.

Aqui faço alusão aos critérios de seleção utilizados no processo de busca sexual entre os pesquisados onde, como será

visto na segunda parte da tese, há o imediato descarte daqueles que se autoidentificam homossexuais – os “desviados” – que por manterem um comportamento e uma identidade social divergente, não podem pertenciar ao grupo dos “ajustados” [os heterossexuais] que, ao se invisibilizarem nos grandes centros urbanos [longe de casa] não são reconhecidos.

O pertencimento a um grupo cria um sentimento de sobrevivência e mutualismo, trocas de experiências, frustrações, melancolias e prazeres dos mais diversos. Nesse sentido, a “tribo” se mantém na sociedade complexa dentro do contexto global, plural e contagiante, que agrega novos membros e novas relações cotidianas, agrupando pessoas que desempenham papéis sociais específicos e construindo espaços concretos, simbólicos e/ou virtuais de convivência harmoniosa.

Os conceitos de região moral e formação de tribos urbanas me fizeram refletir na possibilidade de constituição de guetos como refúgios marginais encontrados na grande cidade e que pudessem ser um recurso utilizado pelos sujeitos na experiência homoerótica, o que não seria novo. Autores como Louis Wirth (1928), Kenneth Clark (1965) e Loïc Wacquant (2004) discutem o gueto como um espaço marginal comum entre pessoas estigmatizadas por diferentes motivos, como cultura, etnia, condição sexual, estilo de vida, política e trabalho, entre outros. Na mesma perspectiva, Néstor Perlongher (2005b) chamou de territórios marginais os guetos *gays* paulistanos, contemplando uma fragmentação do espaço urbano como recurso de sociabilidade e competição, formando comunidades de “iguais”, como também cita Ronaldo Trindade (2005), em estreitos territórios demarcados, normalmente periféricos, que Wagner Camargo e Carmen Rial (2011) afirmam reunir minorias, como ocorre nos guetos sexualizados de competições esportivas mundiais.

Uma das principais limitações encontradas no campo de pesquisa, contudo, foi o fato que os pesquisados não constituem um grupo geograficamente institucionalizado: não existe um território comum e exclusivo como um gueto. O que identifiquei, na verdade, foi um sentimento de pertencimento formado a partir de um espaço de encontro virtual, mecanismo de primeiro

contato e seleção de parceiros sexuais. Homens de identidade social restrita encontraram no uso da tecnologia digital a possibilidade de manterem o anonimato e conhecerem outros homens sem a necessidade, num primeiro momento, de contato físico, diferentemente de quando se frequenta um espaço destinado ao sexo, onde a exposição da imagem pode gerar constrangimentos e dissabores. Entretanto, o espaço virtual é público e abarca o encontro de outros grupos no mesmo lugar, o que inviabiliza a ideia de gueto, já que não corresponde a um espaço restrito e unificado.

Posteriormente aos contatos virtuais, os encontros acontecem quase sempre entre dois homens em variados lugares, como melhor lhes convém, priorizando sempre a discrição e a segurança. Como a proposta é de encontro único, raramente há um segundo contato e, conseqüentemente, não existe a formação concreta de uma “tribo”. Porém, o sentimento de proteção e proximidade entre “iguais” é determinante para os encontros, o que me leva a pensar na formação, no espaço virtual, de algo que se aproxima da idéia de “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (2008), conceito forjado para explicar o sentimento nacional. Esta “comunidade imaginada” é, ao mesmo tempo, limitada e autônoma, legitimada e diferenciada por um estilo próprio e uso de recursos específicos que possibilita sua existência, sem, contudo, materializar-se.

Para Anderson, os membros de uma “comunidade imaginada”, em sua maioria, não se conhecem, mas se reconhecem e estão intimamente ligados por símbolos, referências e experiências comuns. A comunidade se apresenta no campo do imaginado a partir de um sentimento de pertencimento, uma espécie de comunidade emocional, estabelecida por uma “camaradagem horizontal” e a constituição de um “nós” coletivo em “redes de parentesco” simbólicas. É justamente o encontro com o “igual” que garante esse sentimento de “camaradagem horizontal”: uma proteção mútua sobre a vigilância e a punição cotidianas, cuja “rede de parentesco” está diretamente relacionada aos desejos e práticas sexuais divergentes para uns, mas comuns para outros.

Esses espaços simbólicos de segurança encontrados na viagem reportam ao que Carmen Rial (2009) apresenta sobre a vida dos jogadores brasileiros de futebol que, ao migrarem para países desconhecidos, sem muitas vezes saber sequer o idioma local, estabelecem linguagens universais de comunicação em espaços de socialização profissional e fronteiras simbólicas *at home*, onde conservam a cultura materna em espaços transitórios, levando um pouco do Brasil para todos os cantos do mundo e criando relações de afetividade e camaradagem entre brasileiros como forma de proteção. De igual maneira, identifiquei uma preferência nos pesquisados por encontrar um par igualmente casado por dois motivos: primeiro, pelo “atestado” de heterossexualidade; segundo, como garantia de que não haveria de nenhuma das partes alguma intenção de continuidade da relação, conforme apontaram os entrevistados. Assim, a fronteira simbólica atua como um espaço liminar instantâneo, anônimo, único e seguro, entre semelhantes.

O principal facilitador da ruptura da ordem social dominante, e mais especificamente, da ruptura da sexualidade, é o anonimato e a invisibilidade que a grande cidade oferece, não apenas pela viagem, mas em virtude da grande cidade abrigar espaços segregados e distantes geográfica e socialmente do circuito moral dominante. Reportando-me a Park (1979), “a cidade grande tende a dissecar e a desvendar à vista pública e de maneira maciça todos os traços e caracteres humanos normalmente obscurecidos e reprimidos nas cidades menores” (*ibidem*, p. 67).

Ao discutir os espaços públicos como uma película protetora que gera anonimato, Colette Pétonnet (1987) salienta que ele reina mestre, protegendo a todos. Também refletem o emocional, que é coletivo e mantém o indivíduo dentro dos limites de sua comunidade, embora abra espaço para novas relações. Assim, os espaços públicos geram anonimato por serem locais de transição constantemente renovados, onde o peso dos constrangimentos sociais é relativamente baixo, sem muitos comprometimentos, visto que o anonimato não resiste a imobilidade.

O anonimato depende de movimento e velocidade de rotação, sendo tudo que é inerte excluído: é elástico, uma membrana protetora que se estende de opaco para transparente de acordo com lugares, circunstâncias e pessoas envolvidas, que Helen Nissenbaum (1999) interpreta como recurso utilizado por pessoas e grupos que partilham uma condição ou situação à margem das convenções e normas dominantes. “(...) seu valor não reside na capacidade de se permanecer incógnito, mas na possibilidade de agir ou participar mantendo-se fora de alcance” (*ibidem*, p. 142).

Ao estudar grupos de sociabilidade anônima, como Alcoólicos e Narcóticos Anônimos, que se socializam entre semelhantes em busca de ajuda e companheirismo; e que utilizam o anonimato como código ético a fim de evitar a estigmatização social, Catarina Fróis (2005, p. 310) expressa que “o anonimato pode ser entendido como um modo de gestão da informação que o indivíduo faz de si mesmo”. Nesse sentido, a pessoa pode optar por falar de algo muito íntimo sobre sua vida, omitindo outras informações que podem identificá-lo fora daquela socialização específica. Em seus estudos demonstra que fora das associações anônimas os indivíduos se identificam a partir do que lhes convém ou lhes assemelha ao grupo: “(...) uma máscara que o membro coloca para si próprio, quer dentro de uma reunião quer para fora, no contacto com o ‘mundo exterior’ que sente que o julga” (*ibidem*, p. 310). Constata que, mais que a gestão da informação, o anonimato permite ao indivíduo escolher sua máscara e se socializar de modo que se sinta seguro, essência que também encontrei entre os sujeitos pesquisados, que tranquilamente criam personagens [máscaras] para suas incursões sexuais.

Quando Jovanka Scocuglia (2011) apresenta a ideia de metrópole fragmentada, com base nos estudos de George Simmel, ela expõe que o anonimato e a impessoalidade são partes das metrópoles. Para ela, o espaço e o tempo nas grandes cidades estão cada dia mais divididos pela homogeneidade das ações humanas com base nas novas tecnologias e seu acelerado crescimento, que encontram como

principais representantes o turismo em grande escala, a televisão e a *Internet*, gerando impessoalidade na homogenia.

Miskolci (2005, p. 12) afirma que “as metrópoles geraram um meio social realmente novo, mas sobretudo concentraram fenômenos e permitiram ver o que antes permanecia oculto”, justamente em virtude da facilidade que o anonimato urbano gera, abarcando um maior número de indivíduos lançados à atividades ilícitas ou “anormais” com menos controle do que teriam em cidades menores, sistematicamente vigiadas pela coletividade. Também foi possível comprovar este fato: encontrei, em várias das minhas incursões, homens – normalmente comerciantes – de cidades interioranas e, em sua maioria, próximas das capitais estaduais que, quando ali estavam a trabalho, sentiam-se livres da vigilância da cidade pequena e seguros para buscarem sociabilidades homossexuais anônimas.

As experiências subjetivas e os conflitos sociais próprios da grande cidade, provenientes da constituição sensorial na vida coletiva, são tratados por Gilberto Velho (2000) a partir da mobilidade do indivíduo em poder transitar entre vários grupos, fator típico de sociedades complexas. Uma característica da grande metrópole é “a possibilidade de desempenhar papéis diferentes em meios sociais distintos, não coincidentes e, até certo ponto, estanques. Isto é o que seria anonimato relativo” (*ibidem*, p. 20). Desse modo, Velho afirma que a mobilidade dificulta a unicidade: o sujeito anônimo no grupo A pode ser líder no grupo B, já que o anonimato nunca é absoluto, mas sim, relativo e direcionado pelo próprio indivíduo.

O anonimato urbano se refere a uma perda momentânea de identidade social, ocasionada pelo afastamento do grupo social fixo com o intuito de se poder agir num recorte temporal e espacial que deve ser mantido em segredo, e assim permanecer afastado da vida cotidiana.

Ao escrever a respeito das “sociedades secretas”, George Simmel (1905) trata o segredo como algo inerente à sociedade, pois somente se conhece uma pessoa socialmente e não verdadeiramente, profundamente. A noção que se tem do “outro” é exatamente o que ele quer demonstrar. Logo, todo conhecimento sobre determinada pessoa é relativo e referente

ao que é externo, social. Chama atenção para o papel das máscaras, que moldam e integram o indivíduo ao grupo social, seja por códigos ou símbolos que reforçam sua identificação com determinado grupo.

Maffesolli (2000), inspirado em Simmel, também trata do segredo como um “egoísmo de grupo”, uma forma de resistência e autonomia de grupos menores em sobreviver às imposições mais amplas da coletividade homogeneizadora. “Ao contrário de uma moral imposta e exterior, a ética do segredo é, ao mesmo tempo, federativa e equalizadora” (*ibidem*, p. 131). Nessa perspectiva, há informações, códigos e compartilhamentos internos que mantém a “sociedade secreta” à margem, mas protegida: quando se partilham hábitos, ideologias e ideais, cria-se uma ética de proteção ao mundo exterior e de igualdade interna, fomentada por um sentimento de confiança entre “iguais”.

O segredo é um dos principais mecanismos de manutenção e proteção entre os sujeitos que encontrei, fato que determinou as dificuldades de aproximação entre pesquisador e pesquisados, onde o único meio possível de pesquisa foi pertencer à “comunidade”. Foi preciso equalizar-me aos hábitos e ideais que me dariam semelhança e legitimidade para compartilhar desse segredo, pois as práticas sexuais, mantidas em segredo pela “camaradagem horizontal” e pelo anonimato urbano, conservam a unidade e o sigilo de ações realizadas apenas em âmbito privado e individual, preservando a imagem pública, a ordem familiar, moral e cotidiana de seus participantes.

4 SEXUALIDADE

To act or talk sexually becomes a breach of order, a form of “trouble” in itself.

Raewyn Connell, 2000.

A sexualidade, que se estende ao longo de toda vida pública e privada, é formada a partir de processos socioculturais regulatórios que legitimam determinados comportamentos sexuais em detrimento de outros, a partir de uma moral instituída por cada grupo dominante em seu território. Qualquer espécie de comportamento que esteja na contramão das normas sociais pré-estabelecidas consiste na ruptura da ordem, possivelmente capaz de gerar conflitos morais e interpessoais, familiares e de trabalho no cotidiano normatizador.

É justamente o afastamento do grupo social de origem que causa a liberação da sexualidade, aqui oportunizada durante as viagens a trabalho: longe dos olhos que lhes são familiares, homens que vivem plenamente ajustados às normas podem, por algumas horas de cada dia de sua viagem – após o referido trabalho normalmente encontram o isolamento social por não voltarem para casa, mas sim para um hotel –, estabelecer sociabilidades divergentes de sua origem que, nesse momento, é invisibilizada pelo anonimato urbano.

A discussão avança, então, sobre a ruptura da norma sexual cotidiana, vislumbrando relações de poder e coerção sexual frente à vigilância social, em contraposição à sensação de liberdade no momento da viagem; e envolve as representações sociais da identidade social masculina, bem como as adequações e conflitos gerados pelo desejo homoerótico.

4.1 IDENTIFICAÇÃO E PRÁTICA SEXUAL

No que se refere às relações de identidade social, deparei-me constantemente com construções sociais demarcadas por identificações respaldadas na sexualidade que, para os

pesquisados, é fator determinante no processo de seleção de pares sexuais. Encontrei um universo de pesquisa que contempla um a fluidez de identidades que somente são válidas a partir do confronto e da diferença entre relações que deveriam ser pensadas fora da ideia de categorias e, se assim fosse, não haveriam “desvios” ou estigmas ocasionados pela prática sexual divergente, por exemplo. Contudo, não pude deixar de considerar que os sujeitos analisados alimentam as diferenças quando se auto-reconhecem e buscam sexo com outros homens que exibem identidades sociais heterossexuais, o que se reflete não apenas no trabalho de campo, mas em toda a discussão sobre identificação social, demarcando a heterossexualidade pública.

A prática sexual é socialmente ordenada pela heteronorma, que rege as relações de gênero e delimita as sociabilidades entre pessoas, as excitações sexuais, os cuidados corporais e a diferenciação entre os sexos nas condutas cotidianas. Raewyn Connell (2002) entende que o gênero é uma prática social que molda os corpos e o que eles produzem, e não uma prática social reduzida ao corpo. Sua presença constante na vida cotidiana é tão banal que parece natural. Entretanto, salienta que se fosse natural, as leis e o esforço social moral que orienta as pessoas e seus comportamentos sexuais não seriam necessários. O gênero é, então, uma condição exterior: “refere-se a uma estrutura de relações sociais centrada na esfera reprodutiva e no conjunto de práticas que trazem as diferenças, inscritas no corpo, para os processos sociais” (*ibidem*, p. 10), onde a identificação de gênero orienta as práticas sociais e a realidade de cada tempo por meio de saberes e significados socialmente construídos e reproduzidos no/pelo cotidiano.

Sobre as relações de identidade social de gênero, a Teoria *Queer* afirma que todas as identidades sociais são igualmente anômalas e não devem ser categorizadas. Conforme Miskolci (2009a), a Teoria *Queer* surgiu nos Estados Unidos na década de 1980 em contraposição aos estudos sociológicos sobre gênero e minorias sexuais. Para Steven Seidman (1996), a Teoria *Queer* se refere aos conhecimentos e práticas sociais que organizam sociedade, “sexualizando corpos, desejos atos,

identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (*ibidem*, p. 13).

Miskolci salienta, ainda, que, nos estudos *queer*, “o sistema moderno da sexualidade passou a ser encarado como um conjunto de saberes e práticas que estrutura toda a vida institucional e cultural de nosso tempo” (*ibidem*, 2009a, p. 169). Encontrei, nesse contexto teórico e no meu campo prático, um processo de desconstrução das sexualidades estáveis, tal qual os estudos *queer* se mostram ao desconstruírem as classificações que engessam a sexualidade e o comportamento sócio-sexual em modelos que não dão conta de explicar a diversidade e as práticas que subexistem à heteronormatividade.

Por intermédio das reflexões de Judith Butler (2003) em *Gender Trouble*, vislumbrei a identidade de gênero como uma construção social. Ao desconstruir a ideia de que o sexo era algo natural e apenas o gênero culturalmente construído, Butler afirma que “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (*ibidem*, p. 26). A autora expõe o sexo como algo não-natural, mas sim, discursivo e cultural, concretizado a partir de processos de diferenciação, onde a identidade social de gênero é a manifestação de um regime de diferenças preestabelecidas pela sociedade e o sexo uma prática cultural e não biológica.

As categorias morais que dividem a sexualidade basicamente entre “normal” [heterossexual] e “divergente” [contrária à heterossexualidade] classificam o indivíduo que mantém alguma atividade homoerótica – mesmo que esporádica – como homossexual. Contudo, essas categorias não são capazes de contemplar a diversidade de casos e práticas sócio-sexuais encontradas nas sociedades desde a Antiguidade, como relatam Michel Foucault (1994b) e Fernando Santoro (2007) sobre a sexualidade dos gregos, tão pouco na atualidade.

Foucault, em “O uso dos prazeres”, retoma a sexualidade e suas práticas na Grécia Antiga investigando a experiência de indivíduos que se reconhecem como seres sexuais que produzem sua história num complexo sistema de regras e coerções, onde a sexualidade implica numa relação entre desejo e verdade, em que é possível descobrir no desejo a verdade de si mesmo. A sexualidade configura uma experiência histórica que

inclui a moral e a ética, ligando as técnicas pessoais de existências às práticas cotidianas em relação ao próprio indivíduo. O ato sexual se referia a algo positivo, de homens livres, diferentemente dos cristãos que associaram o sexo ao mal, que incluía infidelidade, homossexualidade e não-castidade. Para Foucault, sexo também é discurso.

A moral na Antigüidade greco-romana se orientava para a prática de si, sem interdições quanto às relações sexuais, já que na Idade Antiga não havia instituições reguladoras da moral social, como a Igreja. A homossexualidade era livre e fazia parte dos ritos mantidos por mestres e seus pupilos que buscavam sabedoria. Os homens gregos escolhiam livremente parceiros sexuais e o contato homossexual era permitido pela lei e pela opinião pública, justificando um prazer que era proporcionado pelo belo. Entretanto, havia a distinção de práticas homossexuais ligadas à idade do homem: a passividade era mal vista no adulto, que possuía formação moral e sexual, desempenhando, na verdade, um papel pedagógico: a condução do aprendiz pelo mestre, que era um homem sábio. A ética sexual problematizada por Foucault se refere a “relação, para o homem livre, entre o exercício de sua liberdade, as formas do seu poder e o seu acesso à verdade” (*ibidem*, p. 283).

Já Santoro, em “Arqueologia dos prazeres”, aborda a vida dos gregos associando o prazer ao sofrimento, numa relação ambígua entre os prazeres que trazem dor e as dores que trazem prazer. O sofrimento e o prazer ocupam, em suas análises, o mesmo campo de problematização moral. Inspirado no trabalho de Foucault, Santoro expõe que os códigos morais gregos não padronizavam os homens sob regras de conduta, e sim, possibilitando aos indivíduos construir um estilo de vida coerente consigo, acreditando que o prazer em viver significava alcançar uma plenitude e um estado de felicidade, embora algumas formas de prazer, como o consumo de bebidas e alimentos dos grandes banquetes fossem considerados vulgares. “O prazer, a realização de uma vida feliz, é um afeto que corresponde a uma plenitude” (*ibidem*, p. 213). Já sobre os prazeres homossexuais entre mestres e aprendizes, salienta que

estavam associados mais à atividade – numa significação de intimidade, amizade e amor – do que à passividade.

Em conformidade com Foucault sobre a noção de sexo como discurso social, Stephen Whitehead (2002) diz que toda prática sexual consiste numa sexualidade imaginada, experienciada e atuada num lugar físico-mental, onde natureza, poder e prazer se entrelaçam, interação e se reforçam além da compreensão humana, motivo pelo qual a sexualidade não pode ser reduzida a modelos sociológicos ou psicossociais simplistas, tal qual a perspectiva *queer* direciona.

Se a sexualidade e mesmo o sexo são permeados por disputas e jogos de interesse, onde se encontram os desejos individuais e a moral social, Foucault (1995) salienta que a sexualidade é dividida e esteriotipada por modelos discursivos que manipulam o comportamento coletivo e intensificam as relações de poder entre grupos e pessoas, delimitando, coagindo e impondo-os sobre uma ou várias pessoas.

Ao analisar a história da sexualidade, Foucault (1994a) argumenta que ela age no controle dos corpos pela sociedade, uma forma padronizada de relações heteronormativas que legitima poder à heterossexualidade, estabelecendo, inclusive, objetos de prazer comum, como se as formas de sentir prazer sexual pudessem ser engessadas na relação homem-mulher. O autor (1994b) alude, ainda, ao prazer masculino a partir da simbologia de uma superioridade ativa: a dominação da mulher que é “naturalmente” passiva e as práticas do prazer sexual que se referem a rivalidade e hierarquização entre os gêneros, onde “ser homem” é ser “ativo” e penetrar. Nesse sentido, a manifestação de um prazer sexual divergente não é considerada normal e, o homem que sente o “prazer passivo” em ser penetrado não pode ser moralmente “homem”.

Na perspectiva de Butler (2001), o poder também produz o sujeito, propiciando as mesmas condições de sua existência e a trajetória de seus desejos. É algo ao qual ele se opõe, mas do qual também é dependente, abrigando-o e preservando-o dentro de si: uma produção incessante de relações sociais diversas e heterogêneas. A força reguladora do poder coletivo age, assim, na construção individual e no cotidiano, onde as manifestações

de aprendizado e adequação social são testadas e negociadas constantemente. Como mecanismo de poder, a sexualidade masculina é inerente aos homens e sua potência sexual deve externalizar um desejo insaciável, que justificaria comportamentos de dominação sobre as mulheres e os outros [os divergentes], sustentando os efeitos que Adrienne Rich (1980) chamou de heterossexualidade compulsória.

O comportamento sexual é uma construção social, um conjunto de relações cognitivas que são aprendidas e interiorizadas em cada pessoa e que variam em tempo e espaço. Para Jeffrey Fracher e Michael Kimmel (1994, p.367), “o gênero informa a sexualidade; a sexualidade confirma o gênero”⁷. Assim, a sexualidade é parte da identidade social, moralmente condicionada pelas características físicas e sexuais de homem ou mulher. Concomitantemente, ao analisar as representações corporificadas e performativas de gênero, Butler (2005) argumenta que o sexo não é uma condição estática do corpo, mas a materialização das normas sociais, um ideal regularizador de corpos e comportamentos, uma instância política de controle social, como Foucault (1994a) já apontava.

A performatividade de gênero se refere à prática reiterada do discurso cotidiano, onde os símbolos e códigos são reproduzidos. As normas regulatórias da sexualidade trabalham de modo performativo para constituir corpos sociais e materializar o corpo sexualizado a serviço da hegemonia heterossexual. A performance de gênero é sempre a reiteração da norma para o “bem-estar coletivo”, uma produção historicizada, concreta e contínua de relações sociais que segregam e marginalizam o “diferente”. Butler (1997) afirma, ainda, que o sexo constitui um ideal regulador e obrigatório de práticas cotidianas e são suas normas que qualificam cada indivíduo para a vida social.

Em outra perspectiva, Beatriz Preciado (2002) apresenta a ideia de contra-sexualidade, que abrange as transformações tecnológicas dos corpos sexuados e generizados. Argumenta

⁷ Tradução livre de: “gender informs sexuality; sexuality confirms gender” (FRACHER; KIMMEL, 1994, p.367).

que a sexualidade é uma tecnologia de dominação heterossexual, como já apontava Warner (1991), reduzindo o corpo às zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica do poder entre os gêneros. Salienta, ainda, que o sistema sexo/gênero é uma escritura e o corpo um texto socialmente construído, onde compara sua pesquisa à de Butler (2002) dizendo que o gênero não é simplesmente performativo, nem se estabelece apenas pela materialização dos corpos. É, sim, socialmente construído e, ao mesmo tempo, orgânico, resultante de uma tecnologia que fabrica corpos sexuados e atribui significado aos órgãos sexuais para serem utilizados com propriedade, conforme sua “natureza” heterossexual, organizando e qualificando as práticas sexuais como públicas ou privadas, institucionais ou domésticas, sociais ou íntimas, morais ou imorais. Por fim, a sexualidade é uma construção social usada para identificar e qualificar as pessoas a partir de identidades imaginadas, convencionalmente impostas e inerentes à individualidade.

A ideia sobre o “ser homem social e moral” valida, então, o uso do pênis como meio de prazer sexual “ativo” e empoderamento sobre o “passivo”. Deleuze e Guattari (1988) descrevem o “homem” a partir do eterno desejo de “ser” e “tornar-se” social: o desejo do indivíduo masculino é “ser homem” e ter a identidade validada pelo olhar dos outros; um processo de auto-validação que não se resume unicamente a um desejo de aprovação, mas na simultânea aceitação social, que deve corresponder a imagem dominante do masculino. Whitehead (2002) relata, ainda, que nem todos os homens são domesticados com os mesmos códigos de gênero e pelas mesmas formas: há variações em torno das relações financeiras, culturais, étnicas, de raça, idade e orientação sexual. O sujeito masculino se autoidentifica a partir de seu cotidiano, onde a representação do feminino simboliza o seu oposto.

4.2 SER “HOMEM”?

Quando fui a campo, deparei-me como uma série de códigos de conduta que demarcavam as ações e os discursos cotidianos a respeito da construção do “homem” que, para os sujeitos analisados, deve ser heterossexual e manter-se publicamente afastado de tudo que possa, de alguma forma, comprometer essa característica.

Encontrei nas dinâmicas da masculinidade o entendimento das práticas cotidianas que refirmam, para o senso comum, as diferenças sobre ser “homem” e pertencer a uma hegemonia que lhes asseguram um bem-viver familiar, profissional e social; e ser um indivíduo que pode não ser considerado “homem” por não estar plenamente ajustado à heteronormatividade.

As dinâmicas da masculinidade como prática social são apresentadas por Connell (2005) em três aspectos: primeiro, sobre as relações de poder, onde a subordinação feminina e a dominação masculina constituem dois universos de poder na configuração cotidiana do gênero; segundo, sobre as relações de produção, a divisão do gênero se materializa no trabalho e na divisão das tarefas entre homens e mulheres; e terceiro, o investimento emocional nas relações, onde a energia emocional é direcionada a um objeto de desejo com gênero definido, como acontecem nas práticas sexuais.

Ao considerar a vida cotidiana um cenário político de gênero, Connell propõe quatro padrões de masculinidades, a saber: a) hegemônica, que legitima o patriarcado e a dominação do homem frente à mulher; b) subordinada, onde se apresentam as diferenças de dominação e subordinação entre grupos de homens, como acontece entre heterossexuais [dominantes] e homossexuais [subordinados], podendo incluir, ainda, violência, discriminação econômica e abuso; c) cúmplice, onde os homens se ligam a determinados projetos de masculinidade hegemônica, mas não cumprem todas as suas práticas com rigor, como ocorre na paternidade ou no casamento em que se predomina uma relação de compromisso com a mulher, e não propriamente uma dominação; d) marginalizada, referente ao poder que a

masculinidade hegemônica exerce sobre os outros grupos, a respeito de grupos étnicos ou de economia inferior.

Almeida (2000) também trata das representações sociais da masculinidade hegemônica a partir da ideia do “macho dominador”, que se apresentam na vida cotidiana por meio de atitudes, vestimentas, gestos e todo aparato que envolve a vida social do “homem”, buscando no feminino o que lhe é oposto e complementar. Qualquer forma de interação sexual divergente compromete tanto a imagem do “homem” quanto de seu grupo social fixo. A imagem pública de um indivíduo reflete substancialmente na imagem do grupo ao qual pertence, o que propicia a seleção e o julgamento coletivo sobre o comportamento individual, reforçando preconceitos e estigmas. O autor ressalta que, desde a infância, o grupo responsável pela criança vigia e controla os comportamentos de gênero que pareçam não-normativos no âmbito da homossexualidade, permitindo ou interditando as condutas e o afeto público.

Sobre o comportamento social relacionado ao afeto público, John D’Emilio e Estelle Freedman (1988) descrevem que até a década de 1880, as amizades mais românticas eram destituídas de conteúdo sexual, onde a mulher ou o homem falavam sobre seus desejos por alguém do mesmo sexo sem causar estranhamento. No entanto, ao final do século XIX, as relações afetivas entre o mesmo sexo foram medicalizadas, estigmatizadas e consideradas “inversão congênita” ou “perversão”, reforçando as diferenças entre “ser homem” e “ser mulher” na sociedade, fatos que, ainda hoje, se refletem no cotidiano brasileiro e nas sociabilidades homoeróticas que possuem liberdades e aceitações limitadas pelas culturas nas quais se inserem. Prova disso é que durante as minhas pesquisas de campo era bastante comum encontrar homens de cidades menores que apenas buscavam sexo nas oportunidades de estarem sozinhos em grandes centros urbanos.

Retomando a questão elucidada como subitem desda parte, qual o significado de ser “homem”? Almeida (2000) se refere à construção de uma identidade masculina pública na qual o senso comum tem fundamental participação e onde “ser homem é fundamentalmente duas coisas: não ser mulher e ter

um corpo que apresenta órgãos genitais masculinos” (*ibidem*, p. 127). Na mesma perspectiva, Daniel Welzer-Lang (2001), quando descreveu a socialização masculina que se inicia na infância com a separação do feminino, cita que “para ser um homem é necessário não ser associado a uma mulher” (*ibidem*, p. 465).

Mas, se essencialmente ser “homem” é não ser “mulher”, como se inicia esse processo de diferenciação na esfera da sexualidade?

A iniciação à vida sexual é um processos primordial de identificação e pertencimento com o grupo e cultura na qual se estabelecem as relações cotidianas. Demarcada por regras de conduta social, a iniciação sexual é apresentada por John Gagnon e Willian Simon (1973) a partir do conceito de *sexuals scripts*: modelos de comportamento sexual em forma de roteiros, aprendidos desde a infância e cotidianamente cobrados na vida pública e privada. Desde criança é possível identificar as coerções de gênero sobre as atitudes do menino e da menina, que estabelecem limitações às respostas sexuais e sentimentos provenientes de aspectos não-sexuais na experiência sexual de cada pessoa, como também aponta John Gagnon (2006). Esses arranjos concretizam projetos coletivos e morais executados individualmente, constituindo-se em elementos simbólicos e não-verbais de condutas organizadas e delimitadas temporal e espacialmente.

Os roteiros se formam a partir de círculos ou vínculos sociais de conduta sexual reproduzida e flexibilizada em cada cultura por padrões cotidianos morais regulatórios. Há, neste contexto, um modelo ideal de comportamento sexual para homens e mulheres, em que cada um deve exercer seu papel predeterminado para um fim moral. Desses roteiros procede a ideia de utilização dos órgãos sexuais na construção do homem como “ativo” e a passividade como característica exclusiva do feminino, cuja inversão, na prática, é considerada uma anomalia.

Em um estudo a respeito das relações sociais de sexo na França contemporânea, Michel Bozon (1995) fala da diferença entre norma e prática na construção social cotidiana dos gêneros e suas sexualidades, chamando de “normas” as regras de

comportamentos explícitos, as atitudes conscientes que se justificam em princípios filosóficos, ideológicos ou políticos; e de práticas aquilo que é realizado, individual ou coletivamente: a socialização demarcada por ações e espaços limitados. Assim, norma e prática não necessariamente coincidem, embora estejam diretamente relacionadas.

Categorias, esquemas e rótulos sexuais que afetam a subjetividade e o comportamento individual também organizam e dão significado à experiência sexual coletiva, que Carole Vance (1995) compara a uma receita de bolo, onde a sociedade dita suas regras num processo de construção da subjetividade para a socialização. De igual maneira, Michel Bozon (2004) trata da iniciação sexual como fator determinante na vida social de homens e mulheres, podendo variar conforme a cultura de cada indivíduo que, conseqüentemente, gera diferentes formas de regulação do comportamento sexual coletivo em detrimento da subjetividade individual. O autor relaciona os *sexuals scripts* de Gagnon e Simon ao funcionamento de instituições que influenciam os relacionamentos sexuais, como a Igreja e o Estado, exercendo poder e coerção no controle da sexualidade, tal qual De Certeau (1994) evidencia sobre o cotidiano; fatores que estão intimamente relacionados.

Os *scripts* sexuais vão ao encontro das ideias de Goffman (2002) sobre a encenação da vida cotidiana: há sempre um roteiro a ser seguido, publicamente encenado, para garantir a cada indivíduo seu papel no grupo social ao qual pertence. Sobre os homens, Fracher e Kimmel (1994) argumentam que o *script* masculino contemporâneo é uma construção normativa da sexualidade que fornece uma continuidade de informações e preceitos para a vida sexual. Regras de distanciamento, objetificação do sexo, falocentrismo e uma pressão em manter a ereção sem ejaculação o máximo de tempo possível são os principais indicadores de masculinidade e potência sexual. Para eles, a sexualidade legitima a masculinidade, permitindo sua externalização à sociedade.

Ao longo da vida social, a sexualidade é experienciada de modos diferenciados e, por vezes, antagônicos. Na infância e adolescência ocorre uma monossexualização das interações

sociais pela separação do menino e da menina, fundamentalmente porque os homens devem ficar com outros homens para aprenderem as brincadeiras, os comportamentos, as regras sobre “ser homem”, criando espaços exclusivamente masculinos de socialização que Welzer-Lang (2001) chama de “casa dos homens”. O autor expõe que esse fato se inicia na infância e se estende ao longo da vida do homem, atestando virilidade e superioridade àqueles que se mantém nesse espaço que é essencialmente excludente, repelindo mulheres e homossexuais. Esses espaços concentram a formação de grupos geracionais de homens, onde podem experimentar a homosociabilidade⁸ e testar suas aptidões na competição entre “machos”. São comuns as práticas de masturbação coletiva, competição de tamanho de pênis, potencia erétil e ejaculação. Contudo, essas práticas monossexuadas são sempre silenciosas, pertencentes apenas aos indivíduos que compõem o grupo.

A socialização sexual masculina informa ao indivíduo que a sexualidade é o campo de provas para a adequação da identidade de gênero. Na continuidade, a socialização sexual ensina aos homens jovens, por exemplo, que o sexo é secreto e moralizado, associando o prazer sexual à sentimentos de culpa e vergonha no âmbito público, articulados no início do desenvolvimento sexual e reforçados durante toda a vida pela família, escola, religião e sociedade em geral.

No caso das sexualidades transversais à heteronormatividade, Michael Kimmel e Michael Messner (1994) salientam que não há socialização antecipatória para homossexuais e bissexuais. Os futuros homens sexuais recebem socializações gerais de masculinidade heterossexual, vindo quase todos os homens de uma mesma base sexual, diferenciados pelo desejo, que forçosamente os levam a novas experiências individuais e silenciosas. Connell (2000) ressalta que o reconhecimento da preferência sexual de um jovem por

⁸ Se refere a sociabilidades entres pessoas do mesmo sexo, não necessariamente direcionadas à atividade sexual. Sobre homosociabilidades ver Lanzarini e Rial (2010).

outros homens é bastante difícil e a entrada em redes sociais específicas de sexualidade é comum no erotismo juvenil, o que se assemelha também aos apontamentos de Maffesolli (2000) a respeito das tribos urbanas, onde as pessoas buscam o que lhes é próximo e familiar.

Curiosamente, a homosociabilidade que é estimulada na separação dos gêneros durante a infância e adolescência e que leva os meninos a experiência do prazer entre homens é condenada se estendida para a vida adulta. Porém, entendo que há uma contradição conceitual entre a norma e a prática heteronormativa: crianças e jovens são ensinados sobre o prazer tendo a si próprios como objetos de desejo e, em âmbito privado, o prazer monossexual permanece na masturbação, que nada mais é que sentir prazer com o próprio corpo, numa relação que não pode ser encarada como heterossexual se não houver a presença de seu oposto durante a excitação e o gozo.

A busca por “iguais” é primordial no entendimento do processo de socialização que, no meu campo, se inicia no ciberespaço. O sentimento de grupo ou de comunidade é um importante mecanismo de proteção, principalmente no que se refere às esferas da sexualidade, tema que envolve preconceitos e tabus que levam muitas pessoas a rejeitarem publicamente o que lhes é intimamente próximo, a fim de evitarem associações com indivíduos estigmatizados. Quando isso ocorre, aquilo que une o indivíduo ajustado à norma ao divergente, passa a ser mantido em sigilo, como acontece entre os sujeitos que encontro camuflados pelo anonimato urbano em busca de sociabilidades homoeróticas, mas demarcando a heterossexualidade como condição imutável. Formam-se, assim, subgrupos de relação que filtram os interesses mais específicos; isto é, mais importante do que o prazer homoerótico é a segurança e manutenção do segredo, invisibilizado na viagem solitária e facilitada pela atitude *blasé* no meio urbano.

As brincadeiras dos grupos sociais em torno dos estigmas sempre colocaram a sexualidade em situação de constrangimento, ridicularizando o indivíduo divergente e levando-o à restrição de seu campo social frente àqueles que assumem suas diferenças, como trata Teresa Sell (2006) ao

relatar histórias de vida de homens homossexuais que assumiram sua condição frente às imposições da sociedade heteronormativa. Para a autora, no caso da homossexualidade, mesmo nas relações de amizade, o homem de identidade heterossexual evitaria amizades públicas com *gays* para manter sua imagem sexual protegida do julgamento de seu grupo.

Os homens pesquisados para esta tese reproduzem esse mesmo jogo de interesses ao negarem a identificação e socialização com homossexuais: eles não buscam homosociabilidades, pois não são homossexuais; mas sim, buscam sociabilidades homoeróticas, já que sentem desejos e têm prazeres com outros homens. Logo, o que aparentemente se refere a um preconceito contraditório, é na verdade um critério de seleção que satisfaz o desejo pessoal e legitima o ajustamento à normalidade social.

Há, inevitavelmente, um processo de exclusão de homens que, embora tenham as mesmas práticas homoeróticas, são reconhecidos socialmente como homossexuais e, por isso, formam outra rede de sociabilidades que não se entrecruzam. Os entrevistados deixam clara a diferença entre eles e os “outros”, diferença demarcadamente expressa pela identidade social. Recai aqui a grande importância em se encontrar pares próximos da identidade heterossexual, mas pertencentes a outros lugares. Embora semelhantes, não devem, por segurança, pertencer a uma mesma “comunidade”.

4.3 ENTRE “IGUAIS” E “DIFERENTES”

A identidade social de gênero é um ponto central encontrado no campo de pesquisa, que condicionou o recorte e os resultados, principalmente por ser ela um dos rigorosos critérios de seleção para ser reconhecido pelos outros membros da “comunidade”. A identidade de gênero heterossexual é adotada e vivida pelos sujeitos pesquisados como “natural” e moral de sua condição de homem. Em consonância, as práticas homoeróticas são experienciadas na ausência de identidade social, isto é, na clandestinidade e no anonimato.

Durante as entrevistas e mesmo no ciberespaço, era notória a demarcação da distinção entre heterossexuais e homossexuais, claramente diferenciados pela identidade pública: homossexual é aquele que assume publicamente seu desejo pelo mesmo sexo e convive socialmente com essa condição, diferentemente da perspectiva de Peter Fry (1982) que identifica socialmente a categorização da “bicha” como o homem homossexual que assume a condição de passivo. Embora se tenha na passividade sexual o poder representativo do gozo diferenciado, os sujeitos mantêm-se “homens” justamente pela ausência da identificação pública. Inevitavelmente, fomenta-se a diferenciação entre homens que igualmente sentem prazer na passividade sexual, mas que se separam na formação das masculinidades hegemônica e as “outras”, como um divisor de águas em que persistem processos regulatórios arcaicos e inconscientes, mas agora produtores de outros sujeitos: o “homem heterossexual” que tem desejos sexuais homoeróticos; e o “homem homossexual” que assim é por assumir publicamente seus desejos homoeróticos e afetivos.

De acordo com Fry (1982), as identidades sexuais são socialmente construídas sobre quatro elementos, a saber: o sexo fisiológico; os papéis de gênero, determinado pelo sexo fisiológico; o comportamento sexual, que se refere ao ato sexual na dualidade ativo/passivo; e a "orientação sexual" que contempla hetero, homo e bissexualidade. Apresenta, ainda, dois sistemas de classificação e representação da sexualidade masculina no Brasil: o hierárquico e o simétrico. O hierárquico divide os homens em “homem/macho” e “bicha”, comum entre as camadas sociais mais baixas e nas regiões Norte-Nordeste do país. O “homem” penetra e domina; o “bicha” é passivo, dominado e inferiorizado por ter sua imagem associada à mulher. Logo, o “homem” pode manter relações sexuais com “bichas” sem perder seu status de “homem”, que é ativo, tal qual os sistemas “tradicionais” de organização social do Brasil atuam na vida cotidiana, onde o papel dominante cabe ao “homem”. Já o sistema simétrico se refere a uma forma de igualdade. Surge nas camadas médias urbanas em grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo. O personagem-símbolo desse sistema é o

"entendido", análogo ao *gay* norte-americano, mantendo relações homoeróticas com outros "entendidos", sem disputas entre "ativo dominador" e "passivo dominado".

O trabalho pioneiro de Fry colaborou grandemente para o meu entendimento a respeito das relações entre homossexuais e sociedade, apresentado classificações de sociabilidade que também pude encontrar em campo: seja pelo "homem" que é "ativo" e penetra o "bicha", seja pela busca de sexo e afeto entre "entendidos". Contudo, meu campo se apresentava ainda mais complexo e fora dessas categorias por três fatores essenciais: não se reconhecem nos limites da homossexualidade, embora pratiquem o ato homossexual; repudiam a aproximação com o "bicha", não se sentindo mais "homens" somente por serem ativos; são de camadas médias e muitos pertencentes a grandes centros urbanos. Poderiam, talvez, identificar-se como "entendidos" clandestinos, por serem semelhantes no anonimato. Mas a categoria de "entendidos" se refere a uma identidade semelhante e o anonimato à uma ausência de identidade. Nesse sentido, passei a reconhecê-los a partir dos códigos que utilizam e se auto-reconhecem, priorizando características do comportamento e evitando categorizações.

Em sentido amplo, a conotação de comportamento divergente é reafirmada no homoerotismo experienciado apenas na clandestinidade esporádica, a partir de um processo que reafirma e sustenta a heteronormatividade por mecanismos de controle e poder da masculinidade hegemônica. Desse modo, a divergência se encontra no campo do comportamento público, que não os afeta por manterem o "desvio" em âmbito privado, íntimo e secreto.

Ao estudar a autorrepressão do desejo homossexual pelo ocultamento da sexualidade como forma de esconderijo das cobranças públicas, Eve Sedgwick (2007) introduziu o conceito de "armário" como o lugar no qual se escondem as transgressões sexuais de homens e mulheres para um bom convívio heteronormativo, fora do risco de estigmas. Outro autor que trata da esfera da opressão da identidade homossexual é Miguel Vale de Almeida (2009), que entende o "armário" como a expressão que designa o ocultamento e o silenciamento da

identidade *gay* ou lésbica, o casulo onde o indivíduo com desejos homossexuais se esconde para viver a heteronormatividade publicamente, alimentando-se de outros prazeres apenas no anonimato.

O preconceito, que se refere ao juízo preconcebido de alguma coisa, é o principal motivador das “distâncias sociais”, formas elementares de conservadorismo, que estimulam e mantêm a formação de guetos como refúgio e fortaleza, uma acomodação pessoal e afetiva. Conforme Park (1979), no processo de adequação social que molda as pessoas para um convívio harmonioso, grande parte das pessoas acaba por ser reprimida, limitando paixões, desejos e “apetites indisciplinados”.

O “armário” é, então, a construção cuidadosa de uma barreira entre a vida privada e a pública, onde é possível manter uma segurança emocional na vivência heterossexual com cautelosas aberturas para a satisfação do desejo homossexual, onde as rupturas permanecem seguras e invisíveis, de fácil manipulação e pouco comprometimento social. Os sujeitos tentam invisibilizar suas sexualidades e desejos para experienciá-las na clandestinidade, o que reforça e mantêm a ideia de imoralidade e subversão. Dentre suas principais características, a negação da sexualidade por parte do aprisionado implica na afirmação pública da heteronormatividade, que pode se dar pelo matrimônio, filhos, relacionamentos esporádicos e, mais ainda, a homofobia. Repudiar o igual é fazer-se diferente, é negar socialmente a divergência para se manter na invisibilidade, mesmo que, inconscientemente, esteja dando mais visibilidade aquilo que gostaria de evitar.

Gregory Lehne (1994) entende a homofobia como o medo irracional da homossexualidade, seguida da intolerância, que pode partir tanto de homens quanto de mulheres, embora seja mais recorrente no universo masculino, associada ao receio do rótulo homossexual, com a negação da homossexualidade entre semelhantes, considerada não-natural, a fim de evitar estigmas. Define-se como uma manifestação arbitrária de opressão e discriminação de práticas sexuais ou de expressões de gênero distintas dos padrões hegemônicos da figura do masculino e do feminino. Welzer-Lang (2001) considera que por se tratar da

discriminação a pessoas que transpassam as relações e atributos de gênero, a homofobia engessa suas fronteiras e cristaliza suas convencionais diferenças.

Lenhe afirma que as bases das atitudes sociais homofóbicas estão geralmente relacionadas às crenças religiosas, às teorias científicas sobre a homossexualidade como uma doença patológica ou desvio e ao senso comum, fruto dos discursos sociais onde a homossexualidade é entendida como prejudicial para a sociedade. A homofobia também é usada para impor estereótipos sobre o papel sexual das mulheres com a passividade e submissão; e os homens que não participam deste processo de demarcação de papéis são estigmatizados como homossexuais.

O homofóbico tem medo que outros homens o desmascarem e revelem aos outros e a si mesmo um mundo que não pode ser alcançado pelas padronizações sociais, como aponta Michael Kimmel (1994) em seu estudo sobre a homofobia na sociedade estadunidense na década de 1980. Durante suas análises, identificou que o medo se refere à vergonha do público, das vulnerabilidades do masculino hegemônico que pode levar à humilhação. Esse mesmo medo leva o homem a externalizar ao máximo sua masculinidade, assegurando perante os outros sua posição social em contraposição a imagem feminina do *gay*, cuja homossexualidade é vista como “deficiência” no desenvolvimento de gênero do indivíduo.

Comparada a qualquer comportamento coletivo, a homofobia é socialmente aprendida e transmitida de geração em geração. Manter a invisibilidade sexual e alimentar a fobia consiste numa proteção individual: a “segurança” de estar/permanecer no “armário”. O papel social masculino é predominantemente mantido pela heterossexualidade, onde a homofobia efetiva-se como uma ameaça utilizada para impor a conformidade e manter o controle social. O “armário” representa, assim, a cristalização do preconceito entre iguais para se tornarem “diferentes”.

4.4 DESEJO E PRAZER

Se a sexualidade é uma construção social regulada por normas heterossexuais, em que medida o desejo e o prazer sexual são capazes de romper a norma e produzir novas sociabilidades?

O desejo tem origem e sustentação na falta daquilo que é o objeto desejante e, conforme Raymundo de Lima e Marta Fregonezzi (2006), jamais é satisfeito, pois, se satisfeito, deixa de existir na esfera do desejo. Por consequência, causa sofrimento e impulsiona a busca da realização ou satisfação parcial no cotidiano ou na própria subjetividade através de sonhos, artes, projetos utópicos, etc. Ao analisar os trabalhos de Freud e Lacan sobre o desejo humano, Oscar Masotta (1987) argumenta que ele põe em movimento o aparelho psíquico e orienta a percepção do agradável e desagradável. Nasce da zona erógena do corpo e, sem se reduzir a ele, pode se satisfazer apenas parcialmente, ocasionando outro desejo: a repetição.

Para Ronald Bogue (1996), o desejo é entendido como uma força primária, uma atividade inconsciente inerente a expressão linguística ou interpretação, uma produção do próprio “ser”. Contudo, o desejo homossexual se mantém à margem dos processos de sociabilidade, alimentando preconceitos e estereótipos até os dias atuais em virtude da institucionalização machista da sociedade ocidental, como argumenta Connell (2000), que os pesquisados expõem como uma espécie de “desejo proibido”, mas plenamente excitante, prazeroso e satisfatório quando assumido num momento íntimo e secreto.

Quando Foucault (1994b) estudou o modo como os indivíduos se reconhecem como sujeitos sexuais, discutiu as bases do desejo e do sujeito desejante na esfera da sexualidade. Quando os dógmas do cristianismo ganham força na vida cotidiana, o desejo se distancia das pessoas por ser considerado “ruim”, ligando o sexo ao pecado da carne. Na “História da sexualidade”, o autor interpreta a formação do homem desejante, onde afirma que a sexualidade – e o desejo sexual – ligam o sujeito a sua verdade, àquilo que ele é intimamente. Assim, o

desejo revela/expressa a verdade de si mesmo. Foucault remete ao fato de que desejo, prazer e moral social estão intimamente relacionados, onde faz alusão a Platão, que no “Livro das Leis” se referia ao apetite dos prazeres sexuais em duas relações: “conforme a natureza”, ligando o homem e a mulher para a procriação e “contranatura”, relacionando desejos pelo mesmo sexo, em que Platão vai demonstrar que as práticas “contranatura” “não são explicadas como o resultado de uma natureza anormal ou de uma forma particular de desejo; são apenas a consequência da desmesura” (*ibidem*, p. 54).

A realização do desejo gera prazer. Ao analisar a erótica de Aristóteles, primeiro filósofo grego a valorizar o amor entre homens e mulheres e relacioná-lo a geração da raça humana, Santoro (2007) identifica o prazer como um fim da atividade amorosa, que não atrai os amantes, e sim, permite que se separem. “O prazer é um fim como extremo, que consuma e encerra o movimento do desejo, é o fim escatológico do desejo” (*ibidem*, p.99). O autor aponta, ainda, que Sócrates em sua filosofia da alma já diferenciava o desejo dos prazeres – que é inato e levam à atitude desmedida, assumindo formas como o gozo sexual ou a paixão – do desejo do que é melhor, correspondente a uma opinião adquirida.

O prazer é um gozo passageiro, o ápice da atividade desejada e, por isso, mantida na esfera do próprio desejo. A humanidade é ensinada a buscar nos preceitos da moral aquilo que é “bom” e fugir do que é “mau”, isto é, aprende-se desde criança a gozar e a sofrer com o que se deve, para agir conforme as normas e adequando os sujeitos conforme seus valores e leis, na configuração estética da sociedade organizada e não a partir de desejos individuais, que acabam reprimidos, silenciados ou mantidos à margem da vida social pública, fato que ainda reflete a homossexualidade de muitos indivíduos que não encontram em seus grupos sociais as referências necessárias para se manterem “ajustados”.

Foucault (1994b) conta que a homossexualidade grega era ligada à corte, à reflexão moral e ao ascetismo filosófico, onde a prática sexual, mas que por prazer, consistia numa elaboração cultural que justificava-se à saúde e à proximidade mestre-

aprendiz. Ressalta as ideias de Aristóteles, que considerava os prazeres particulares ligados à falta de algo, que pode ter origem no comprometimento do indivíduo com a sociedade [multidão] em detrimento de si mesmo e que revelam, além do desejo natural – aquele do qual o corpo tem necessidade, como comida e bebida – as faltas do homem na busca de uma satisfação quantitativa, que levaria ao excesso desmedido. Conclui que a primeira relação que se estabeleceu entre o comportamento sexual e sua apreciação moral “não foi traçada a partir da natureza do ato, com as suas variantes possíveis, mas a partir da atividade e das suas gradações quantitativas” (*ibidem*, p. 55).

Mas, no meu campo, encontrei homens que buscam prazer entre si e se autoidentificam heterossexuais. Uma das minhas indagações se referia justamente a isso: como se estabelece o jogo entre desejo e prazer entre dois homens heterossexuais?

De acordo com meus interlocutores, o prazer entre dois homens heterossexuais pode se estabelecer de variadas formas, seja pelo toque e masturbação de ambos, seja pelo sexo oral ou, ainda, a penetração anal. Em sentido amplo, e segundo meus interlocutores virtuais e entrevistados, a penetração anal é a principal fonte de prazer buscada entre eles, inclusive, sendo fator de seleção de parceiros. Neste caminho, encontrei um expressivo número de homens que se identificavam como “versáteis”, mas preferencialmente “passivos”, desejando serem penetrados pelo outro homem, mas possibilitando também ao parceiro sexual o mesmo prazer passivo, caso tenha interesse.

O prazer anal é abordado por diversos autores como uma arena política, de disputa e poder: penetrar e ser penetrado tem conotações com dominação e submissão na cultura heterossexista, como apontam Fry (1982) e Almeida (2000), mas também é uma técnica sexual aprendida como todas as outras, conforme Connell (2000).

Como exemplo de estudo sobre a passividade masculina, Perlongher (2005a) analisou nos anos de 1980 a prostituição de homens em São Paulo, influenciado pelo trabalho de Fry (1982) sobre os modelos da sexualidade no Brasil. Para tanto, apropriou-se de espaços caracterizados por relações de sexo, como os guetos *gays* paulistanos, que formam redes de

circulação de pessoas territorializadas esporadicamente em espaços que lhes propiciam configurações sociais e morais diferentes de sua territorialidade habitual, denominados “territórios marginais”. Trata das relações de poder na esfera homossexual envolvendo o desejo libidinoso do cliente e o interesse socioeconômico do michê – homem que se prostitui –, caracterizando a prostituição masculina predominante em São Paulo por rapazes jovens, em sua maioria de pele mais escura, de classe baixa e de desempenho sexual ativo a homens mais velhos, de classes altas, brancos e sexualmente passivos.

Na prática, o prazer passivo pelo intercurso anal corresponde ao prazer que está fora dos limites cotidianos do homem heterossexual, fim último do desejo nas incursões homoeróticas aqui relacionadas. Nesse contexto, o poder expresso pela penetração e dominação do ativo se inverte: numa relação em que dois homens estão habituados a penetrar uma mulher, ser penetrado exerce uma função diferencial à condição heterossexual, um prazer que se refere ao próprio corpo do penetrado, que não mais concentra o desejo e o prazer da relação em seu próprio pênis. É um prazer que, para os pesquisados, pode ser liminarmente experienciado durante as viagens a trabalho, sem causar nenhuma desordem social, moral ou familiar às suas vidas cotidianas.

5 COTIDIANO E SEXUALIDADE NA VIAGEM

Por um momento, o turista suspende a ordem e a estrutura social cotidiana e também costuma deixar para trás as proibições, os tabus e os medos.

Augustín Santana Talavera, 2009.

No que tange a sexualidade, o cotidiano se faz presente no comportamento público do “homem” e na construção e manutenção de sua imagem. Lynne Segal (1997) aponta a sexualidade cotidiana como a construção de gênero que não é dada, mas aprendida, imposta, adquirida, experimentada, negociada e, com alguma dificuldade, experienciada. Já Foucault (1994a) a expõe a partir de uma perspectiva histórica de disputa e poder que produz discursos e redes sociais baseadas na regulação diária dos corpos, formulando como é “ser homem” ou “ser mulher” na vida cotidiana. No que tangencia a construção social do “homem”, George Mosse (1996) salienta que as normas que representam a masculinidade são centrais na sociedade, informando todos os aspectos da vida em relação ao corpo e a sexualidade, roupas, aparência e conduta social das relações pessoais.

Connell (2005) salienta que a presença constante do gênero na vida cotidiana é tão banal que parece ser natural. Contudo, se fosse natural, não seriam necessárias as leis, tão pouco o esforço social moral que orienta as pessoas e seus comportamentos sexuais. O gênero é uma imposição exterior: “refere-se a uma estrutura de relações sociais centrada na esfera reprodutiva e no conjunto de práticas que trazem as diferenças, inscritas no corpo, para os processos sociais” (*ibidem*, 2002, p. 10). Logo, a identidade de gênero orienta as práticas sociais de cada época por meio de saberes e significados socialmente construídos e reproduzidos no cotidiano.

Tanto Fry (1982) quanto Almeida (2000) vislumbram a identidade sexual masculina ocidental ressaltada pela representação do “machão”, homem forte e viril, bem-sucedido e sexualmente “ativo”, com padrões biologizados do sexo e do

gênero correspondentes à moral social dominante. Quando Almeida apresenta que, para o senso comum, o “homem” deve corresponder a uma imagem oposta à mulher, com órgãos genitais masculinos, aponta a ingenuidade social em se remeter as relações de identidade a caracteres físicos do corpo, embora constitua um ideário social comum, visto que “ser homem” no cotidiano e nas relações sociais corresponde a atributos morais de comportamento que são socialmente sancionados, negociados e lembrados no dia-a-dia. Assim, a identidade de gênero do “homem” é avaliada por processos de controle social, cotidianamente reafirmada.

As representações de masculinidades na vida pública cotidiana remetem-me ao trabalho de Lanzarini & Machado (2010) a respeito da exposição de homens na mídia brasileira, que reporta a imagem de homens famosos automaticamente à heterossexualidade como fator de hegemonia e moral. Ao apresentarem dois casos em que a mídia relaciona a carreira de um cantor – assumidamente homossexual – e um ator – que se envolve em boatos que apontam a possibilidade de um romance homossexual, os autores salientam que a imagem do *gay* representa uma contra-hegemonia⁹ controlada por mecanismos de interesse comercial que atende a demandas dominantes da sociedade que conservam a imagem moral da heterossexualidade às massas, tal qual Almeida (2000) diz ter origem na classe burguesa e ser reproduzida lentamente nas classes mais baixas como forma de controle. Logo, a imagem veiculada do “masculino” consiste num mecanismo coercitivo que regula e gera violências simbólicas de gênero, reduzindo as subjetividades de cada pessoa à moralidade social coletiva, respaldada no empoderamento das camadas sociais mais ricas.

No senso comum, as noções de masculinidade e identidade social interagem instantânea e involuntariamente, de

⁹ Como discute Almeida (2000) e Lanzarini e Machado (2010), a masculinidade contra-hegemônica se refere a construção e experiência de formas de masculinidades divergentes da heteronormatividade; e que tem como principal representante a homossexualidade.

acordo com cada época e cultura, tanto no trabalho quanto na vida pessoal. Para identificar de que maneira a sexualidade era determinante na vida pública dos sujeitos analisados, incluindo o momento de organização da viagem a trabalho, um importante recurso que utilizei foi buscar numa fonte exterior ao universo desses sujeitos o modo como se comportavam frente ao interesse pelo sexo.

Entrevistar um homem que trata de agenciamento de viagens a trabalho foi de grande contribuição para a confirmação de que o desejo e a busca sexual transparece mesmo antes da viagem, justamente em virtude da expectativa que se cria frente ao novo. A condição de liberação sexual passa a compor a rotina da viagem e os encontros sexuais apresentam uma constante busca entre homens, que após o dia de trabalho querem relaxar e gozar as oportunidades que a situação lhes permite. Ao longo desta entrevista pude constatar como a imagem do masculino heterossexual é reafirmada generalizadamente pelo interesse em mulheres. O empresário, que em vários momentos, deixou transparecer um clima de dúvida quanto às práticas sexuais exclusivamente heterossexuais de seus clientes, apresentou indícios que comprovam uma abertura da vida sexual para práticas alheias ao casamento heterossexual, que pertence ao cotidiano e não necessariamente está presente na viagem.

Como fator motivante de fugas e rupturas, o desejo se apresenta nas discussões e entrevistas desta pesquisa como força motora dos sujeitos, aquela força que é subjetiva e nem sempre está em conformidade com o coletivo impulsionado no cotidiano e direcionado, mais especificamente, pela norma heteronormatividade. Nesse contexto, a invisibilização social ocasionada pela viagem a trabalho proporciona à pessoa o espaço liminar no qual ela é capaz de experimentar desejos sexuais reprimidos no cotidiano por meio de um processo liminar que compõe, mas também distancia, a vida cotidiana desses homens.

Gilles Deleuze (1969) cita que o desejo compartilha muitas características nômades e singularidades anônimas, que transversam homens, plantas e animais independentemente das questões de individualização e forma de suas personalidades.

Inerente à noção de gênero, o desejo é sempre subjetivo e vai além da forma humana. Compartilhando as mesmas ideias, Whitehead (2002) argumenta que na ausência de qualquer elemento biologizante, o desejo é entendido como um motor interno do indivíduo, visto que é elementar no trabalho de identificação individual. Entretanto, esta identificação está, desde o início, prejudicada e prefigurada pelo fato do gênero estar sempre impulsionando o sujeito desde sua primeira exposição social¹⁰.

Durante esse período manifestam-se ambiguidades cotidianas relacionadas à invisibilidade social e sexual, onde os sujeitos pesquisados transitam momentaneamente por outros prazeres sexuais que não aqueles aos quais são condicionados. Roberto DaMatta (2000) entende a liminaridade como uma experiência da individualidade durante um período de isolamento e autonomia do grupo social cotidiano, em consonância com Turner (1974) que salienta que a fase liminar pode ocorrer a partir da primazia individual psicológica em detrimento da coletividade, causando distanciamento social e cultural baseado na ambiguidade da ordem social, comparada às noções de morte, invisibilidade, escuridão, bissexualidade e selvageria.

Turner expõe que os indivíduos são desvinculados da vida cotidiana, no caso da aldeia, por meio de rituais [de reclusão] onde estabelece-se a fase da *communitas*: uma experiência liminar de sociabilidade onde se estabelecem laços sociais transitórios em contraposição àqueles encontrados na estrutura fixa, onde o indivíduo pode, inclusive, mudar de papel social. Quando reintegrados à vida cotidiana, os indivíduos passam a ter um novo *status*. No que concerne às viagens, Dennison Nash (1996) compara a obra de Turner à experiência turística como a quebra da cotidianidade e das estruturas fixas, numa reorganização temporária de relações que tende a acabar juntamente com o término da viagem.

¹⁰ Tradução livre de: “*desire is elementary to each subject’s identity work. However, it is work that already largely predicated and prefigured by the fact of gender being impelled upon the subject from first exposure to the social*” (WHITEHEAD, 2002, p.217).

O trânsito que se estabelece entre esses dois momentos do cotidiano – estar dentro e fora do grupo social fixo – concretizam o intervalo no tempo e no espaço em que se estruturam as rupturas invisíveis. A liberação da sexualidade e do desejo sexual estabelecem novas relações sociais na viagem, que são efêmeras e perecíveis, silenciosas e anônimas, em meio ao grande centro urbano, salvaguardadas de estigmas ocasionados pelo julgamento moral coletivo, fato que potencializa a individualidade e o anonimato.

5.1 O SEXO DURANTE A VIAGEM

Estudos a respeito das buscas sexuais durante viagens não são recentes. As produções acadêmicas relatam inúmeros casos que remetem principalmente à prostituição feminina e masculina por todo o mundo e no Brasil, principalmente pela que se denomina “turismo sexual”. Contudo, o conceito de turismo sexual não se adequa a esta pesquisa, pois “temos turismo sexual quando a motivação principal que atrai o turista é praticar sexo” (Barretto, 2005, p.10), o que não corresponde a motivação das viagens aqui elencadas, mas sua exposição demonstra as dimensões das buscas e práticas sexuais relacionadas às viagens, bem como a denominação de turistas, no sentido estrito da palavra¹¹, não corresponde às práticas dos viajantes pesquisados.

¹¹ Conforme Barretto (1996, p. 207) “turismo, por definición, es una actividad voluntaria, que se realiza dentro del tiempo libre de las personas y que no debe tener ninguna finalidad lucrativa. En esto coinciden todas las definiciones de turismo desde la primera mitad de este siglo. No obstante, se insiste en designar como turismo de negocios a los viajes de trabajo, sean estos realizados por ejecutivos o por profesionales en general. Estas personas, si bien utilizan todos los equipamientos turísticos y pueden llegar a comportarse como turistas en sus horas libres, no pueden ser considerados como tales porque no cumplen con los requisitos de estar viajando por placer, por libre y espontánea voluntad, y sin finalidad lucrativa”.

Pelo fim dos anos 1980 se passou a pesquisar os consumidores do sexo, principalmente em virtude da proliferação da AIDS¹², mas as pesquisas sobre sexo são anteriores e têm como um marco importante o Relatório Kinsey (1948)¹³ realizado nos EUA. As questões ligadas a viagem e o sexo enfocam, principalmente, as relações entre viajantes e população nativa, com predominância de pesquisas que envolvem a prostituição de mulheres e do consumo de sexo heterossexual, onde o sexo constitui um motivo para a escolha de determinado destino turístico.

As parcerias e entraves entre sexo e viagem se estendem às relações de sociabilidade heterossexuais, homossexuais, transexuais e bissexuais, seja por simples troca de prazer entre os envolvidos, seja por intermédio das relações comerciais, acentuadas em regiões turísticas por todo o mundo e, inclusive, no Brasil. Suas principais vertentes são: quando a viagem é motivada pelo sexo, categorizada como “turismo sexual” e comum entre estrangeiros e nativos pobres de destinos turísticos; e aquela em que o sexo é apenas um complemento oportunizado pela viagem, que pode ter como motivação o trabalho. Neste caso, a interação sexual ocasiona prazer e satisfação pessoal esporádica e descompromissada de relações comerciais ou cotidianas, prevalecendo a camaradagem e o sigilo entre os parceiros sexuais que podem se encontrar por acaso ou em locais apropriados, a exemplo dos guetos e, como esta tese apresenta, em espaços simbólicos de sociabilidade que geram segurança emocional e a sensação de liberdade, de anulação das normas cotidianas, que chamo de “zonas livres”.

Nesta parte da análise, proponho a compreensão dos sujeitos a partir da fluidez identitária da qual eles se aproveitam para se manterem seguros, o que envolve não somente as técnicas de buscas e seleção de parceiros, mas a apropriação de identidades momentâneas que os habilitam a agir e participar em

¹² *Acquired immune deficiency syndrome* – Síndrome da imunodeficiência adquirida, causada pelo vírus HIV.

¹³ Sobre o Relatório Kinsey ver Kinsey; Pomeroy; Martin (1948).

conformidade com determinados grupos localizados no destino da viagem a trabalho. Para tanto, enfoqueei a busca sexual de viajantes como um breve panorama que exemplifica a presença e significação do sexo durante as viagens, bem como a relação que se cria entre o viajante e sua identificação social, que vai um pouco além do que fora até, então, apresetado nos estudos sociais e antropológicos do fenômeno turístico.

Quando se fala a respeito das relações de sexo durante as viagens, há um estereótipo de opressão e exploração de mulheres que se envolvem na prostituição para atender especialmente a demanda de turistas que procuram sexo, sem considerar os casos de troca de prazeres fora da prostituição, e mesmo dentro dela, quando sexo representa uma forma menos opressora de prestação de serviços. Adriana Piscitelli (2005) e Margarita Barretto (2005) indicam que mulheres de classes baixas da população brasileira argumentam saírem com turistas por prazer e dinheiro, frequentando espaços elitizados e lucrando muito além do que costumam ganhar em um mês de trabalho assalariado, servindo, então, como uma atividade melhor remunerada, que em nada se assemelha a condição vitimizada reproduzida pela mídia nacional e enraizada no senso comum.

Por meio de uma abordagem multidimensional, onde o sexo pode ser facilitado na viagem pela prostituição ou pelo encontro casual e não-comercial, Martin Oppermann (1999) salienta que o sexo com a população nativa do destino pode ser incluído no pacote de viagem pelo imaginário do viajante, além, é claro, do transporte, hospedagem e alimentação. Configura-se, assim, como uma atividade marginal que parece nascer da pobreza e da submissão sociocultural, mas nem sempre está atrelada ao comércio do sexo. É, portanto, idealizada pela pessoa que viaja, unindo o prazer sexual à viagem.

Como fenômeno mundial, exemplifico aqui alguns estudos que relacionam prostituição homens e mulheres, trocas afetivo-sexuais em viagens, migrações e tráfico de pessoas para a prostituição ou casamentos entre pessoas que se conheceram na condição turista/nativo(a), bem como as novas formas de socialização do sexo durante viagens nacionais e/ou internacionais, como segue.

Kamala Kempadoo (2004) trata do sexo transnacional no Caribe, que ocorre entre pessoas de nacionalidades diferentes em territórios diversos, seja pela migração, seja pelo turismo. Explora o complexo sistema da sexualidade caribenha envolvendo relações de monogamia, patriarcado heterossexual e colonialismo, onde a atividade turística apresenta relevante consumo do sexo, principalmente entre turistas homens provenientes de países ricos, como os Estados Unidos da América. A autora evidencia que, além da prostituição, há um expressivo movimento sexual de troca, onde se estabelecem relações não-comerciais, mas de afetividade, em troca de presentes e auxílios que garantem a mulheres e homens nativos jovens benefícios materiais, fato que abrange não só a classe trabalhadora, mas a classe média, incluindo profissionais liberais. Kempadoo expõe, ainda, que, embora essas negociações não estejam alicerçadas pelo mercado do sexo, estão com ele diretamente relacionadas, já que o intercâmbio transnacional do sexo tem sempre alguma relação financeira envolvida.

Quando Amalia Cabezas (2009) analisa as vertentes que envolvem o turismo em Cuba e na República Dominicana, elabora o conceito de “sexo tático” como uma atividade que não está ligada ao comércio sexual, mas sim, a utilização do sexo como uma maneira de obter vantagens financeiras sem eliminar o prazer e a amizade entre os envolvidos, em períodos de tempo alternados e temporários, já que ocorrem entre o homem turista e a mulher nativa. O turista é visto como alguém que tem condições de proporcionar à nativa benefícios em troca de companhia e afeto durante suas viagens.

Já Adriana Piscitelli (2011), ao estudar a inserção de mulheres brasileiras nos mercados transnacionais do sexo, salienta que os motivos que levam essas mulheres a buscarem no sexo uma alternativa de melhoria de vida não podem ficar limitados à pobreza, visto que, esses intercâmbios envolvem desejos diversificados, seja no aspecto material, sexual ou afetivo e não são praticados apenas por mulheres pobres.

No que tange ao comércio do sexo, Arim Soares do Bem (2005) afirma que as buscas sexuais durante viagens ocorrem acentuadamente entre países ricos emissores de turistas àqueles

que outora foram colonizados no período mercantilista dos séculos XV a XVII. Ao estudar as relações de homens alemães que vêm ao Brasil em férias e buscam sexo com mulheres negras e pobres, o autor expõe que o turismo age como uma nova “colonização temporária”, visto que, no imaginário social, há uma noção de superioridade do estrangeiro rico frente às ex-colônias européias, principalmente em países de clima tropical em que predomina o turismo litorâneo de sol e praia.

Enquanto mercado econômico, o “turismo sexual” está associado ao movimento modernizador dos países industrializados, ao desenvolvimento tecnológico que favorece o turismo e ao aumento relativo de férias de países ricos. Considera, ainda, o aumento da necessidade de evasão da racionalidade e das pressões estruturais existentes nas sociedades industrializadas, o aumento da demanda por país, cultura e paisagem distinta, a viagem como símbolo de *status* social e o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes fortemente difundidos em países pobres, cujo imaginário social influencia na separação e diferenciação entre o turista estrangeiro – “homem rico” proveniente de um país “desenvolvido” – e o nativo ou nativa pobre e sem condições de melhoria de empregos e vida digna pela falta de capacitação e oportunidades de trabalho. Nesse sentido, a prostituição ameniza distâncias sociais e gera renda.

Os discursos cotidianos evidenciam estruturas e ideologias que engendram na vida social um ideário de normalidade, daquilo que é comum e natural nas relações entre o(a) “turista rico(a)” e o(a) “nativo(a) pobre”. As preferências físicas, as características do temperamento e as especificidades culturais, “constroem cenários imaginários e fantasias que participam mesmo da definição dos roteiros turísticos, indicando se a viagem será feita para a Ásia, para a África ou para a América Latina” (*ibidem*, p. 56). Tais discursos estão facilmente identificados nos roteiros turísticos, nas representações midiáticas, e no *marketing* institucional realizado por alguns

países, a exemplo do Brasil e a mídia do carnaval, cujo imaginário realça a sensualidade das mulatas desnudas¹⁴.

Ao comparar suas análises ao discurso do turismo sexual no contexto alemão, contudo, o autor expõe que os turistas sexuais são representados no imaginário social e na mídia a partir de uma origem proletária, culturalmente desqualificada, como semianalfabetos, barrigudos, tatuados e fortes, com um copo de cerveja na mão. Dessa forma, “a instrumentalização de tais imagens favorece a liberação moral de grupos socialmente valorizados, como homens de negócios e mesmo intelectuais, que também podem fazer parte de tal grupo” (*ibidem*, p.60) mas que estão livres de reconhecimento social e estigmatização, mantendo-se no campo da invisibilidade social.

De igual maneira agem os homens que encontrei, utilizando o casamento heterossexual e a viagem a trabalho para invisibilizarem suas práticas homoeróticas. É interessante notar como as relações de poder e controle da sexualidade se fazem presentes no jogo de representações cotidianas ligadas ao sexo e a viagem, onde, em países ricos, a imagem do “turista sexual” é completamente desvinculada dos homens que viajam a trabalho e dos intelectuais, como se estes não usufruissem das condições favoráveis ao encontro sexual proporcionadas pelo afastamento da vida cotidiana. Desse modo, estigmatizam-se “os outros” a partir de algo considerado inferior, pobre e inculto, mantido fora dos limites morais da sociedade, sustentado pela ideia do “mau” social nietzschiano.

Outra importante contribuição é dada por Piscitelli (1996) ao analisar o imaginário social construído pelos meios de comunicação de massa, abordando textos da mídia brasileira que apontam o Nordeste do Brasil como grande “roteiro turístico-sexual”, heteronormatizado e alicerçado na prostituição feminina. Faz apontamentos quanto às relações de escolaridade, nível

¹⁴ Maria Luíza Heilborn (1999) tratou da identidade nacional brasileira a partir da ideia de país sexualmente desinibido, marca poderosa no imaginário social incorporada na literatura sociológica nacional pelas obras de Gilberto Freyre (1951; 1998), onde a cidade do Rio de Janeiro/RJ encena uma espécie de modelo desse atributo sexual nacional.

social e raça, visto que as prostitutas são quase sempre mulatas ou negras pobres que servem aos estrangeiros seus “corpos tropicais”. Questiona, entretanto, a narrativa dos textos publicitários sobre o “turismo sexual” e a vitimização da mulher prostituída, que reproduzem o estereótipo de dominação e superioridade dos países mais ricos em relação ao Brasil. Essas mulheres, em sua maioria, já sofreram maus tratos familiares e até violência sexual, mas são sempre colocadas como vítimas da miséria, não considerando aquelas que gostam de prostituir-se por acharem mais vantajoso que simplesmente trabalharem como domésticas ou em empregos subalternos que o turismo oferece.

Há, nestes textos, a mitificação dos estrangeiros brancos provenientes de países ricos que, embora sejam representantes da classe baixa nesses países, usufruem do *status* internacional de riqueza e desenvolvimento tecnológico de seus países de origem, que é atrativo aos nativos receptores. A imagem de superioridade criada no imaginário social se difunde não apenas por conta dos salários das “classes baixas” européias serem superiores aos das “classes baixas” brasileiras, mas principalmente pelo fato de os estrangeiros representarem a oportunidade de ingresso à uma nova vida, livre da pobreza, e que pode ser atingida por intermédio do casamento ou da oferta de empregos no exterior.

Dean MacCannell (1976) retrata a Modernidade como produtora de sentimentos de alienação e falta de autenticidade, mas que desperta também desejo de fuga e busca por algo real, que o turista pode experimentar pelo contato sexual. Nessa perspectiva, Piscitelli (2002) relaciona a procura de estrangeiros por sexo como forma de busca pelo autêntico, pela experimentação do exótico e da tropicalidade em relações sexuais com mulheres tropicais, morenas e “quentes”. Gênero e raça aparecem como pontos fundamentais na construção da alteridade no chamado “turismo sexual”, pois o homem nativo é sempre inferiorizado, enquanto o estrangeiro ganha valor pelo dinheiro e pelo estereótipo de superioridade atribuído à nacionalidade. A mulher tropical é reduzida a um objeto de

desejo, submissa, intelectualmente inferior, sexualmente atraente e facilmente negociada para o sexo.

Já Maria Dulce Gaspar (2003) estudou o movimento de garotas de programa no Rio de Janeiro em boates de Copacabana e Thaddeus Blanchette e Ana Paula Silva (2005) identificaram prostitutas que trabalham numa típica boate do Rio de Janeiro/RJ com intenções matrimoniais com estrangeiros, utilizando-se, inclusive, da gravidez como forma de garantia da ascensão social. Embora façam programas, as garotas alegam procurar um estrangeiro que as levem para algum país rico e as tirem da prostituição. Longe de serem vítimas, os autores identificaram nessas mulheres um notável controle sobre suas ações e representações sociais, a fim de alcançarem suas almejadas melhorias de vida, utilizando-se de estratégias sexuais afetivas e mesmo do estereótipo de submissão ao homem estrangeiro como demonstração de “bom negócio”, a fim de migrarem para um país rico.

Nesse quadro, as mulheres realmente não se importam com o sucesso do casamento, pois no exterior querem apenas ganhar dinheiro e acesso legalizado para se deslocarem livremente de um país para outro. Piscitelli (2007) argumenta que o casamento significa para as prostitutas a oportunidade de saída da indústria do sexo por meio da migração para os países do Norte, além da melhoria socioeconômica e a constituição de famílias moralmente aceitas pela sociedade. Conclui que o movimento de migração por meio dos serviços sexuais oferecidos a turistas é marcado pela feminização que reproduz, em escala mundial, as desigualdades de gênero, visto que as mulheres podem sentir as reproduções de inferioridade concedidas ao Brasil pelos países ricos do Norte.

A sensualidade tropical das mulheres brasileiras que atrai os estrangeiros adquire outro valor, ambíguo e ameaçador, que faz com que os maridos desconfiem das esposas e exerçam alto controle sobre seus corpos e comportamentos na “nova vida”. Entretanto, para as migrantes, esses casamentos dão acesso a níveis de consumo e conforto inatingíveis em seus países de origem e possibilita que ocupem um diferente posicionamento social e político na terra natal, valorizando-se o *status* social

viabilizado pelo espaço transnacional, independente do contexto pessoal ao qual se submetem.

A transnacionalização do mercado sexual de mulheres vinculadas à prostituição se deve a três fatores: “as viagens de turistas e militares a países e regiões pobres nos quais compram sexo; a migração de mulheres do Sul para trabalharem em *night clubs* e bordéis em todo o mundo; e a *Internet*” (*ibidem*, 2005, p. 283). A autora reforça que o uso de novas tecnologias para o fomento de encontros sexuais é fundamental para a disseminação da imagem da mulher pobre e comercializada para o sexo.

Uma parcela das relações de poder e comércio que se estabelecem pelo sexo, entretanto, alimentam o tráfico de seres humanos, conforme ressalta o Grupo Davida (2005). As denúncias são apresentadas como fato social que serve à função política maior de mobilizar a sociedade, cujas histórias de violação de direitos humanos por sujeitos forçados a se prostituírem são enfatizadas, em detrimento de histórias de prostitutas estrangeiras presas em grande número, em todo o mundo, sob a justificativa de protegê-las do circuito do tráfico. Há, neste panorama, um grave erro por parte da sociedade em colocar todos os casos de pessoas traficadas em um pacote homogêneo de situação social e moral, sem, contudo, levar em conta as subjetividades que levam cada pessoa à prostituição, estigmatizando o “turismo sexual” como “vilão” do tráfico nacional e internacional de pessoas.

Os meios de comunicação reproduzem, assim, representações sociais do sexo nas viagens de forma depreciativa, como trata Liciane Rossetto Ferreira (2008a) ao pesquisar as notícias veiculadas em um jornal da capital de Santa Catarina entre 1999 e 2006 que relatam casos de “turismo sexual” em diversos estados do Brasil, sempre associado às páginas policiais. Em sua pesquisa, encontrou a prostituição e a exploração sexual de crianças e adolescentes como evidentes representações sociais presentes nas práticas sexuais de turistas, tipicamente relacionados à mulher, ao tráfico internacional de pessoas e às drogas, onde a prostituição é uma forma de se manter o vício. Em outra análise, a autora (2008b)

aponta que o turismo sexual está presente no centro administrativo da cidade, nas casas de prostituição, na parte Norte da Ilha – que possui o maior desenvolvimento turístico – e nos hotéis, inclusive de categoria superior, que apresentam alta tolerância e até incentivo ao *escort service*¹⁵. Enfatiza, ainda, que a prostituição, tanto feminina quanto masculina, está localizada nas proximidades dos pontos turísticos de Florianópolis/SC.

A respeito do movimento de acompanhantes em hotéis de Porto Alegre/RS, Liciane Rossetto Ferreira & Priscila Madeira (2008) relatam as experiências de homens que viajam sozinhos a trabalho e solicitam o *escort* ao hotel no qual estão hospedados. Ao dialogar com recepcionistas desses hotéis, as autoras identificaram uma rede comercial entre os meios de hospedagem e as casas de sexo, cujos funcionários recebem, inclusive, comissões por indicação de clientes. Estabelecem-se, assim, vínculos de fidelidade entre hotel e hóspede que, por facilitarem encontros eróticos como parte do serviço hoteleiro, garantem que o executivo se hospede novamente no empreendimento a fim de usufruir dos serviços sexuais oferecidos como um diferencial no atendimento, além de complementarem a renda de profissionais da hotelaria que ganham gorjetas por indicarem e facilitarem o *escort service*.

As autoras identificam que no tempo ocioso da viagem, normalmente a noite, após o trabalho, homens buscam o sexo como complemento de uma viagem solitária, apresentando-se como parte do serviço hoteleiro. Durante minhas análises, identifiquei igualmente o uso dos equipamentos de hospedagem como local de encontro para a atividade sexual, notadamente após o dia de trabalho. Contudo, os homens aqui analisados não engendram os mecanismos de agenciamento de hotéis por não buscarem a prostituição, e tão pouco expõem suas identidades sociais aos estigmas da homossexualidade que poderiam ser gerados, mesmo em nível local, no encontro homoerótico agenciado pelo empreendimento. O que percebi foi um movimento bem mais sutil, onde a atividade sexual desempenha

¹⁵ Serviço de acompanhantes, normalmente apresentado ao hóspede em forma de catálogo para sua escolha.

diferentes papéis frente às frustrações, desejos sexuais e regulações do dia-a-dia: mais que sexo, esses encontros simbolizam a experimentação de uma liberdade imaginada, idealizada e concretizada em âmbito privado e secreto.

Embora em menor escala, alguns estudos sobre sexo também relacionam o homem brasileiro como objeto de desejo e consumo. Thiago Cantalice (2011) discute as relações entre o mercado sexual masculino e o turismo no Nordeste brasileiro, focado em homens nativos e mulheres estrangeiras. Em sua pesquisa, menciona que as relações entre estrangeiras e homens nativos não se estabelecem apenas por dinheiro: há casos de romance e afeto, além de motivações simbólicas, tidas como presentes ou *status* por terem acesso a objetos caros e frequentarem lugares que sozinhos não poderiam pagar, tal qual achado por Piscitelli (2010). Ao trabalhar as novas dinâmicas territoriais e de poder entre os gêneros, o autor relaciona a inversão do gênero à uma masculinidade transitória em que o poder – ao passo que desempenham o papel de caçadores de mulheres estrangeiras, dispõem-se a objetos de consumo das mulheres – os qualifica como “caça-gringas”.

Cantalice faz menção às noções de masculinidade viril de homem heterossexual, forte e rústico que é capaz de atrair as mulheres, embora estejam na contramão e sua própria imagem, já que são eles quem oferecem seus corpos, sexo, amores e afetos em troca de alguma vantagem. Durante minha pesquisa, pude comprovar a utilização dos mesmos dispositivos que engendram a imagem do masculino dominante e sexualmente atrativo, embora usados para atrair o mesmo sexo. Na minha pesquisa, contudo, as trocas sexuais não se revertem em benefícios econômicos ou laços emocionais temporários, visto que raramente há exposição dos pares sexuais, que majoritariamente se encontram apenas uma única vez e exclusivamente para o ato sexual.

Ao abordar as relações sexuais que se estabelecem entre homens estrangeiros homossexuais, principalmente provenientes dos EUA, e homens profissionais do sexo que se autoidentificam heterossexuais nas capitais brasileiras como Rio de Janeiro, Salvador, Manaus e São Paulo, Gregory Mitchell (2011) discorre

sobre os arranjos afetivos entre aqueles que chama de “turistas sexuais gays” e os “garotos”, que variam entre um encontro a preço fixo a “romances” que podem durar uma semana ou mais, envolvendo o sexo do nativo em troca de presentes, dinheiro e refeições do turista. Descreve que alguns relacionamentos são mantidos à longa distância e por longo prazo, nos quais o turista cria laços familiares com o nativo, tal qual um “namorado” ou um “padrinho gringo”, que envia dinheiro do exterior e passa a vir ao país com certa frequência em virtude desse relacionamento. Ao formar-se uma nova rede de parentesco que envolve o turismo e a prostituição, o autor reforça que a família do “garoto” passa a compor essa trama, valorizando o “padrinho gringo” como um membro da família.

Considerando as práticas sexuais transgressoras da moral cotidiana ligadas ao lazer na viagem, Flávio Silva (2011) catalogou mais de mil espaços de sociabilidade sexual em São Paulo. Parte da premissa que pessoas de diversas camadas sociais visitam a cidade para frequentar clubes de sexo de modo não explícito, pois aproveitam a dimensão da grande cidade para se manifestarem de forma oculta e clandestina, construindo relações sociais no anonimato. Salienta, ainda, que o deslocamento não é motivado, a princípio, pelo sexo, a exemplo de executivos que se encontram na cidade para um evento e contratam prostitutas ou frequentam saunas gays, ou ainda, um casal que após algum roteiro cultural, vai a um clube de troca de casais. Assim, o turista assume identidades variadas em momentos diferentes, mantendo sua imagem social preservada.

Embora semelhante a minha análise, Silva se refere a locais apropriados de sociabilidade, como os guetos apresentados por Perlongher (2005b). Supondo igualmente que a viagem, por motivos inerentes ao sexo, estimula as práticas sexuais em momentos de lazer, logo após os compromissos da viagem, ele propõe que o sexo forma uma espécie de “turismo clandestino” pelos guetos, onde as pessoas saem em buscas de sexo anonimamente. O gueto, contudo, não contempla as buscas sexuais que encontrei no meu campo, pois ele é, por si só, uma forma de identificação e aceitação a grupos estigmatizados, fato negado pelos meus entrevistados, que agem clandestinamente

no seio da sociedade, invisibilizando-se numa multidão de pessoas plenamente ajustadas às normas sociais.

Thaddeus Blanchette (2011) investigou os discursos e as práticas relacionadas à identidade heterossexual masculina de visitantes estrangeiros (*gringos*) que se autoidentificam como “turistas sexuais” (*mongers*) na zona sul carioca, que a imprensa e cultura popular brasileira vêem como região moral fortemente marcada pelo “turismo sexual”. Expõe as diferenças que a garota de programa carioca entende sobre o “*gringo* ideal”, aquele recém-chegado, cheio de fantasias sobre o Brasil e as brasileiras que quer desfrutar da sexualidade local, o mesmo que a mídia chama de “*gringo* nojento”, explorador das mulheres, que curiosamente elas dizem ser o mais fácil de ser explorado: o “bom *gringo*” que José Olivari (2010) identificou como “trouxa”, que na verdade é usado pelas prostitutas, em contraposição ao que a mídia expõe. Para as prostitutas, “fariseu” ou “estrangeiro nojento” é aquele que reside no Brasil ou que está parcialmente habituado aos costumes locais e que não se dispõe a gastar excessivamente, comprovando que atrativo para o mercado do sexo é o turista estrangeiro que não as conhecem e tem dinheiro para gastar. Há, portanto, uma inversão de valores erradicados no senso comum brasileiro sobre o homem estrangeiro.

Blanchette & Silva (2005) trazem outra consideração para a compreensão das dinâmicas sexuais nos espaços turísticos e que contemplam minha análise: a fragilidade da categoria “turista sexual”, que não é capaz de explicar a diversidade de pessoas em busca de sexo durante suas viagens. Ao expor que há no Rio de Janeiro vários tipos de estrangeiros itinerantes e sexualmente ativos à procura de sexo, “o termo turista sexual é inadequado para descrever esses homens, mesmo nos casos em que eles procuram o sexo comercializado”, pois o complexo de valores que determinam as ações da maioria deles não é diferente daquele que orienta os “supostos turistas normais” (*ibidem*, p. 278).

Ao longo de meu doutoramento, estive sempre envolvido com a temática do sexo nas viagens, onde desenvolvi trabalhos etnográficos a respeito da sociabilidades de turistas [homens] homossexuais que visitavam a Ilha de Santa Catarina e

buscavam, em locais *gays*, nativos e outros turistas. Encontrei, em casas de sexo e boates (LANZARINI; RIAL, 2010; 2011), homens que estavam na Ilha por algum motivo alheio ao sexo, mas que aproveitavam os breves momentos livres de viagens a trabalho, por estudo e mesmo por férias, para encontrar um parceiro sexual. Noutra perspectiva (*ibidem*, 2012), etnografei uma praia de nudismo tipicamente frequentada por turistas homossexuais que têm como motivação a sociabilidade sexual e a liberdade de expressão de sua sexualidade, longe das relações sociais fixas, estabelecendo interações homossexuais em local público. Durante meus trabalhos percebi que as relações de sociabilidade sexual se estabelecem pela troca de prazer entre ambos os parceiros, numa relação quase que instantânea, sem trocas monetárias, afetivas ou benefícios econômicos, e sim, pelo simples prazer sexual.

A noção de turista que se cria em torno dessas relações de poder entre viajantes e residentes ou nativos é primordial para este trabalho, visto que a compreensão do “ser” ou não “turista” e, mais além, de praticar ou não “turismo sexual”, recai nos estereótipos de empoderamento do mais fraco pelo forte, da mulher pelo homem, do(a) turista que tem dinheiro para gastar e do(a) residente/nativo(a) que quer lucrar com o turismo por intermédio do sexo.

Intrigantemente, a ideia de “ser turista” que é atrativa para o comércio do sexo em virtude do dinheiro, se apresenta aqui como atrativa pela isenção social que apresenta aos residentes, já que não pertence ao grupo local e diminui os riscos de comprometimento com o cotidiano. Nesse sentido, os homens que não se identificam como turistas por estarem viajando a trabalho assumem a qualificação da exterioridade durante suas buscas sexuais, como um atrativo que condiciona a escolha de pares, tal qual descrevo no trabalho de campo a seguir.

Feitas as malas, é hora de embarcar nesta viagem rumo às rupturas das normas e estruturas sociais das quais, não apenas a sociedade, mas os próprios sujeitos, se impõem no cotidiano; e que, em virtude da moral dominante, somente são experienciadas no anonimato.

Parte II

A VIAGEM

6 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia não aparece como solução propriamente, mas como expediente de questionamento criativo, para permitir opções tanto mais seguras quanto mais consciência tiverem de sua marca aproximativa.

Pedro Demo, 1995.

Para a realização desta pesquisa adotei o método etnográfico, baseado na experiência pessoal e na participação, que envolve entrevistas, observação, documentos e resulta na descrição narrativa do campo, como afirma Michael Genzuk (1993), salientando que o trabalho de campo é uma experiência altamente subjetiva, resultado dos procedimentos de campo com as capacidades individuais do investigador. Regis Debray (1992) evidencia que a etnografia descreve práticas e saberes individuais e sociais com técnicas como a observação e o diálogo entre pesquisador e pesquisados.

As principais ferramentas de análise foram a observação participante e a realização de entrevistas, além de diálogos informais realizados no ciberespaço, principal meio utilizado pelos pesquisados para se encontrarem. Roberto Richardson (1999) salienta que a observação participante diz respeito ao relato do observador como membro do grupo pesquisado, propiciado por uma aproximação entre ambos. O observador é bem mais que mero espectador, visto que se coloca na posição e ao nível dos elementos humanos que integram o fenômeno observado, tendo melhores condições de compreender hábitos, interesses, relações pessoais e características do recorte do campo analisado. Para Georges Lapassade (2001) a observação participante designa todo o trabalho de campo e a participação como parte do campo analisado, desde a chegada do investigador e o início das negociações e acesso ao campo de pesquisa até o momento em que finaliza sua permanência nele, assim como nas relações sociais que nele se estabelecem.

É uma pesquisa qualitativa, que trata do universo de significados, valores e atitudes que correspondem a um espaço

de relações, de processos e fenômenos a partir da prática da *flânerie*, que Walter Benjamin (1997) apresenta inspirado nas obras “Le spleen de Paris” (1821) e “Tableaux parisiens” (1867) de Charles Baudelaire, onde o *flâneur* é um ser errante que vaga pelas cidades ociosamente, sem destino certo, vivendo a experiência urbana associada às novas transformações no espaço, bem como aos hábitos, costumes e símbolos.

O personagem baudelairiano é um ser que caminha pela cidade sem compromissos nem destino, mas que cria um itinerário ao longo do percurso, desvendando a cidade e o movimento urbano. A cidade do andarilho apresenta referências práticas e simbólicas onde ele, por vezes, se reconhece ou se constrange em situações que lhe atraem ou que passam despercebidas, lugares que conhece ou desconhece, gosta ou não. Assim, a cidade acolhe seus passos e a multidão é atrativa para o *flâneur*, que observa os tipos urbanos por intermédio da repetição, do movimento e do anonimato; sendo capaz de experienciar as mais variadas sensações, como pesquisador anônimo e como espectador do movimento de pessoas, comportamentos e falas. Atua, ainda, como um detetive capaz de decodificar informações cotidianas pouco avaliadas pela sociedade. A *flânerie* é, além de uma prática de observação, uma forma de manter a privacidade do pesquisador em meio ao objeto pesquisado.

Os desafios metodológicos estiveram sempre presentes no levantamento de dados e entrevistas: era preciso observar os sujeitos sem que se sentissem ameaçados ou inseguros com a possibilidade de serem identificados, a fim de poder circular livremente entre eles. Para aproximar-me dessa “comunidade” restrita, o único recurso possível era me tornar um “semelhante”. Inspirei-me, então, na etnografia realizada por Carmen Rial (2003) sobre fast-foods e studios em Paris nas décadas de 1980 e 1990, onde ela atuou na condição de trabalhadora e consumidora, por intermédio da observação participante. Ao exercitar o que chama de “errância do olhar e da escrita” e realizar uma etnografia multi-sitiada, a autora ultrapassou as barreiras metodológicas vigentes na época para observar gestos e captar movimentos e línguas desconhecidas como um

vocabulário universal “fast-foodiano”. Neste âmbito, encontrei na antropologia *on the road* de Rial (1992) a flânerie como forma de aproximação e estranhamento, capaz de captar, em momentos únicos de encontro, os pontos de convergência na circulação de informações e ações entre os sujeitos analisados.

Com o avanço tecnológico do século XX a XXI, a possibilidade de se experienciar dinâmicas sociais diferenciadas em espaços livres de vigilância expandiu-se para o ciberespaço, formando o que intitulei “zona livre virtual”: um espaço que abriga relações efêmeras e desvinculadas da vida social e é estabelecido por intermédio de ferramentas de sociabilidades instantâneas: os *chats*. Tal qual os *fast-foods* analisados por Rial (2003), percebi nos *chats* a mesma condição de circulação de pessoas que não necessariamente são “clientes” assíduas, mas frequentadoras ou usuárias, como a própria linguagem do ciberespaço denomina, que circulam pelo espaço virtual quando lhes convém ou lhes é permitido, sem padrões ou regularidades.

Ao refletir sobre as metodologias que envolvem a pesquisa antropológica no ciberespaço, Theophilos Rifiotis (2010) afirma que ele consiste num conjunto de processos que permitem interações sociais e surgimento de grupos de interesses específicos. Nesta perspectiva, a “zona livre virtual” concretiza o uso do espaço virtual como uma ferramenta que atende as necessidades específicas e segmentadas de grupos de pessoas que partilham os mesmos interesses, ora mantidos virtualmente, ora materializados na vida pública e/ou privada.

Utilizei os *chats* como ferramenta para a identificação e aproximação dos sujeitos, que usam o ciberespaço como local seguro de busca por sexo, por abranger uma ampla gama de possibilidades, preferências e interesses sexuais. Outro fator que me motivou à sua utilização foi o fato dos usuários exibirem como cidades de origem os grandes centros urbanos que, além de apresentarem o maior número de pessoas *on-line*, em virtude do maior número de habitantes por cidade, também contempla os principais pontos de circulação emissiva e receptiva das viagens a trabalho.

Os *chats* são disponibilizados em páginas eletrônicas para o diálogo entre pessoas a partir de regiões – estados, capitais e

idades –, idades e interesses diversos, que facilitam o acesso e manuseio rápido de usuários que buscam encontros sem a necessidade de cadastramentos ou manutenção de perfil virtual. Realizei, então, uma *flânerie* eletrônica, também chamada por Virgínia Pontual e Julieta Leite (2006) de *ciberflânerie*, que Mike Featherstone (2000) caracteriza como uma forma de pesquisa que possibilita grande mobilidade, sem limitações de locomoção do corpo do *flâneur*, por meio de conexões instantâneas que tornam irrelevantes às diferenças espaciais.

Sobre a socialização e pesquisa de campo no ciberespaço, Rifiotis (2010) salienta que elas consistem na compreensão da busca por afinidades, interesses, práticas e discursos em comum, que integram experiências *on-line* e *off-line*, mas que tem como base principal o recurso textual. O texto virtual funciona como um mecanismo de sedução e aproximação inicial, o que implica, para um pesquisador, um trabalho de campo muito particular, pois ultrapassa a participação direta com contato físico: “trata-se de saber explorar a dimensão da fala e procurar a especificidade das conversas escritas, levando a incorporação de mais uma nova dimensão à etnografia” (*ibidem*, p. 23). O autor afirma que a observação participante num *chat* exige um tipo diferente de aproximação do campo, onde a “participação não será limitada a “observação”, mas deve haver uma efetiva participação nos diálogos e nos interesses dos interlocutores” (*ibidem*, p. 23), o que precisei fazer durante todo o processo de pesquisa na “zona livre virtual”.

O *chat* utilizado foi o Universo On-Line (UOL)¹⁶, que conforme minhas observações, era o mais popular entre os pesquisados, que não queriam manter perfis fixos em redes sociais virtuais. Em *chats* de outros provedores nos quais fiz pesquisas preliminares, como IG¹⁷ e Terra¹⁸ não encontrei meu universo de análise na mesma proporção e frequência, mas não descarto a existência das mesmas práticas, considerando-se que não há necessariamente uma demarcação específica em

¹⁶ Fonte: <http://batepapo.uol.com.br/>

¹⁷ Fonte: <http://batepapo.ig.com.br/>

¹⁸ Fonte: <http://chat.terra.com.br/>

qualquer *chat* para esse público. O *site* foi adotado somente por uma convenção metodológica quantitativa.

Nesta fase da pesquisa de campo o principal recurso de observação utilizado foi pertencer ao universo dos pesquisados, já que a dinâmica de interação inicial baseada em textos apenas dava margem a diálogos convenientes entre os interlocutores, isto é, há uma pré-disposição ao diálogo entre participantes que se atraem por meio dos recursos textuais que predominam no *chat*¹⁹. Como exemplo, cito os participantes que, ao ingressarem com um *nickname* que identifica suas buscas sexuais, como “João_HH” ou “João_passivo”, já condiciona o interlocutor a também estar a procura de outro homem ou ser sexualmente “ativo”.

Num primeiro momento, houve a tentativa de identificação prévia da pesquisa. Contudo, todas as incursões eram automaticamente descartadas ou ignoradas pelos outros usuários. Há de se considerar que, num espaço onde as pessoas entram em busca de sexo rápido, deixar de flertar com possíveis parceiros sexuais para dar atenção a uma pesquisa acadêmica era pouco interessante ou conveniente.

Richard Miskolci (2009b), em sua análise sobre sociabilidades homoeróticas no ciberespaço, teve a mesma dificuldade de observação, argumentando que ao identificar-se “pesquisador”, era sempre rejeitado ou bloqueado por não corresponder aos interesses dos internautas. Conclui que neste campo de análises a interação permitia o anonimato de ambos, facilitando o dever ético de preservar a identidade e as informações pessoais dos colaboradores e evitando identificações e constrangimentos. Passou, Miskolci, a interagir como participante do *chat* numa “uma estratégia investigativa para preservar e apreender os códigos culturais” (*ibidem*, p.174), optando por *nicknames* que fossem atrativos e neutros, para eliminar, *a priori*, a ideia de pesquisa científica. Após semanas de diálogos informais e a identificação de alguns perfis recorrentes,

¹⁹ “EuAtivo X Macho (*reservadamente*) fala para todos: procuro cara discreto, macho e passivo para sexo agora”. – Fonte: *Chat UOL* São Paulo, 2012. Acesso em: 13 fev. 2102.

ele conseguiu uma aproximação maior e a possibilidade de algumas entrevistas realizadas por *Messenger*²⁰ nas quais a pesquisa passou a ser novamente exposta aos interlocutores. Apontou, ainda, a grande recusa de boa parte dos convidados a entrevistas face-a-face e o total anonimato das participações, sem concessão de nomes completos, endereços ou dados pessoais.

Na pesquisa que apresento, entretanto, o trabalho de campo era ainda mais limitado em virtude do tempo: para os encontros presenciais com viajantes havia quase sempre uma única oportunidade, em sua maioria, logo após o contato virtual. Não identifiquei também nenhum perfil recorrente, a não ser de residentes interessados em viajantes, até porque não se tratava de sujeitos fixos que frequentam o ciberespaço como prática cotidiana na qualidade de viajante, mas sim, apenas nas oportunidades de verdadeiros distanciamentos sociais de origem em viagens propiciadas pelo trabalho, que podem ocorrer em diferentes intervalos de tempo e espaço.

Adentrei o universo dos *chats* como usuário em busca de sexo com outros homens. Nestes, de início define-se qual o perfil básico de pessoas com quem se pretende interagir, seja por variação etária: a partir de dezoito anos; localização geográfica: estados e cidades; e temas variados: amizade, namoro, sexo, idiomas, religiões, imagens eróticas; e um *link* específico para o exterior, dividido entre brasileiros no exterior e estrangeiros no Brasil. Basta fazer *login* em alguma das salas e começar a conversar diretamente com outros usuários, utilizando-se de um *nickname* e uma senha fornecida automatizadamente pelo sistema da página virtual.

Ao iniciar o *chat*, o *layout* que se encontra é basicamente uma tela de conversação com uma lista de usuários *on-line* à direita, onde é possível escolher um ou vários deles para conversar individual e simultaneamente, com um sistema de separação de diálogos por cores. Referente à privacidade dos

²⁰ *Messenger* é um programa criado pela *Microsoft Corporation* para a troca de mensagens instantâneas entre usuários que tenham o mesmo programa e estejam conectados a *Internet* simultaneamente.

diálogos, é possível desenvolvê-los abertamente para todos os usuários da sala – recurso muito usado para textos comerciais, inclusive, de oferecimento sexual – ou optar pelo item “reservadamente” ao lado da caixa de texto do usuário, ficando cada conversa restrita a seu destinatário, como demonstra o Anexo A.

Outra importante ferramenta é um serviço mais pessoal de diálogo, onde é possível abrir uma segunda janela, em modo privado, usar som e imagem via *webcam*, facilitando ainda mais o processo de encontro, sem necessidade de trocas para *Messenger* ou *Skype*²¹ – que normalmente são utilizados em contatos cotidianos, familiares e de trabalho; e que podem comprometer a imagem pública do usuário se usados indevidamente.

Foram realizadas observações participantes em *chats* da rede UOL elencados a partir do critério de capitais estaduais – e não a partir de sexualidades –, sem a minha identificação como pesquisador: eu era apenas mais um homem interessado em novas sociabilidades homoeróticas.

Após uma série de tentativas, o principal exercício foi perceber como funcionava esse universo de sociabilidades: quais as preferências, o que e quem buscavam, em que momento e quais as práticas, interesses e assuntos principais. Até me familiarizar a todos esses fatores, várias tentativas de aproximação foram se perdendo pelo desinteresse no perfil apresentado, embora todas as tentativas frustradas tenham contribuído para a moldagem de um personagem que passou a integrar a sociabilidade desses homens que mantinham na “zona livre virtual”, além de muito sigilo e discrição, critérios rigorosos de seleção baseados na imagem heterossexual masculina.

Neste contexto nasceu Jorge: moreno claro, 1.84m, 90kg, 30 anos, casado e sem filhos, funcionário público, corpo com pêlos e barba, discreto e sigiloso, “versátil” e preferencialmente

²¹ *Skype* é um *software* que permite comunicação entre usuários em tempo real por meio da *Internet* através de conexões de voz sobre IP, também pertencente à *Microsoft Corporation* e comumente utilizado como o *Messenger* descrito anteriormente.

“ativo”, interessado em sexo sem compromisso com outros homens. Logo, Jorge flanou na “zona livre virtual” tanto na condição de residente (Jorge_HH²²) quanto de viajante (Jorge + sigla de outro estado = Jorge_SP), na experiência de pertencimento à “comunidade”, havendo duas perspectivas distintas: a de quem está em trânsito e a de quem se utiliza do trânsito do outro como mecanismo de proteção. A descrição de Jorge atendia a praticamente todas as informações básicas exigidas para o primeiro contato, demarcando o fenótipo e a preferência sexual²³, adotada como “versátil” para abranger a diversidade de interesses sexuais, enfatizando a condição de “ativo” por ter sido, até então, o principal fator de atração identificado no recorte de campo.

O critério geral de seleção dos sujeitos nos *chats* é sempre a localização geográfica, que situa a cidade onde os possíveis pares sexuais estão, bem como bairros ou locais de encontro. Essa dinâmica geográfica estabelecida no ciberespaço possibilita os encontros no sentido em que otimiza o tempo e as formas de interação a encontros presenciais imediatos, muito diferente de se manter contato com pessoas de outras cidades, estados os países, o que também a *Internet* propicia em larga escala. Mais especificamente, essa dinâmica de seleção pela localização geográfica serve também para localizar socialmente os participantes do *chat*, que podem estar em diferentes locais como bairros que determinam seu capital econômico e cultural, embora eu tenha percebido que o mais importante se refere à proximidade que ocasiona um encontro sexual rápido²⁴.

Dentro das salas, há a seleção por *nicknames* e pela apresentação prévia, com descrição de fenótipo, interesse sexual e demarcada heterossexualidade, atestando principalmente

²² HH é um código bastante comum nos *chats* que indica “Homem com Homem”.

²³ Utilizo o termo “preferência sexual” para me referir às práticas preferidas na sociabilidade homoerótica, como a condição de “ativo” ou “passivo”, por exemplo.

²⁴ “Ted_Lagoa fala para todos: algum cara na Lagoa ou proximidades afim de sexo? Tenho local”. – Fonte: *Chat* UOL Florianópolis, 2012. Acesso em: 17 mar. 2012.

algum relacionamento heterossexual estável, além de sigilo e discrição no contato homoerótico, onde aparecem descrições como: “H_casado”, “Casado_sigiloso”, “Hcasado X Hcasado”, “Hcasado X Hdiscreto”, “Casado quer H”, “MachoCas X Macho”, “CasadoPassivo”, “PassivoSigiloso”, “Casado quer Casado”, “Casado de fora”²⁵, “Casado X Hsigilo”, entre outros.

A próxima etapa recai no jogo dos prazeres, onde são delimitados os papéis sexuais entre “ativo”, “passivo” ou “versátil”, além de uma série de outras ramificações entre práticas sexuais diversas ou preferências apenas por sexo oral, por exemplo. Há um diálogo aberto a respeito das práticas e preferências sexuais num universo pouco imaginado na esfera cotidiana, em que a identidade individual é admitida a partir da sexualidade livre, onde “ativo” e “passivo” são categorias mais importantes do que “homo” ou “hetero”, e que pode envolver diferentes capitais culturais e outras atividades além de sexo²⁶. Há, ainda, que se destacar que o *chat* agrega múltiplas sociabilidades, onde também encontrei casos de racismo e homofobia no processo de inclusão/exclusão de participantes que se agregam aos diferentes interesses. Nesse processo, eles identificam preferências sexuais e de fenótipos que excluem e selecionam as sociabilidades antes mesmo que se iniciem²⁷.

²⁵ “Casado de fora (*reservadamente*) fala para todos: Sou de SP e estou a trabalho na cidade, no centro da Ilha. Sou versátil e discreto em busca de sexo com homem discreto também casado. Alguém interessado?. – Fonte: *Chat* UOL Florianópolis, 2012. Acesso em: 17 mar. 2012.

²⁶ É bastante comum encontrar nos *chats* usuários anunciando serviços em geral, buscando empregos ou oferecendo produtos. Ex: “Téo_pintor fala para todos: faço pinturas em geral e atendo toda a cidade e região. Para contato ligue (67)xxxx-xxxx ou MSN: teo_pintor@xxx.xx”. – Fonte: *Chat* UOL Campo Grande, 2012. Acesso em: 30 out. 2012.

²⁷ “Hcasado_PR fala para todos: Procuo cara macho, discreto e ativo para sexo hoje. Não curto bicha nem preto.

[Eu] Jorge_HH (*reservadamente*) fala para Hcasado_PR: sou ativo e discreto, mas sou “negão” e *gay*.

Hcasado_PR (*reservadamente*) fala para Jorge_HH: cara, lugar de bicha é na gaiola e de preto é na senzala.

Hcasado_PR sai da sala...”. – Fonte: *Chat* UOL Porto Alegre, 2012. Acesso em: 14 nov. 2012.

A “zona livre virtual”, entretanto, é apenas um meio de interação utilizado pelos pesquisados como primeira etapa do processo de busca por parceiros sexuais, que se inicia como um encontro coletivo entre todos os participantes do *chat* e a socialização entre duas pessoas que decidem iniciar uma conversa. É importante sublinhar que existem diferentes buscas e ofertas relacionadas ao sexo nos *chats*, também usados por mulheres e homens buscando interações e serviços heterossexuais por meio da prostituição. Os serviços sexuais oferecidos agregam homossexuais e transexuais que utilizam o ciberespaço para encontrar seus clientes e negociar os serviços, sem estarem expostos aos perigos das ruas²⁸. Nessa fase ocorrem as provocações, avaliações e refinamentos de escolha sexual que podem se estender para o ato presencial, cuja finalidade é a prática sexual.

A esses encontros, intitulo “zona livre presencial”: o momento em que os envolvidos se encontram para o ato sexual, em locais previamente acordados e individuais, variáveis conforme os recursos econômicos e físicos disponíveis, mas que lhes proporcione uma sensação de segurança e invisibilidade para o encontro. Por se tratar do envolvimento de viajantes, os casos encontrados demarcadamente se estabelecem em hotéis e motéis, potencializando os equipamentos hoteleiros já utilizados durante a viagem, visto que a condição dos residentes – casados e pertencentes ao lugar – inviabiliza encontros em lugares de residência.

Dentre as limitações do tema, a proximidade entre o “eu” pesquisador e os sujeitos pesquisados foi determinante no processo de busca e encontro com cada um dos entrevistados, o que Velho (2003b) chama de aproximação e estranhamento do campo antropológico. Adentrar num ambiente restrito e ser aceito como membro capaz de observar o grupo só foi possível a partir de vários determinantes, como o fato de ser homem, estar numa

²⁸ “TransLuxo fala para todos: Sexo quente ao seu dispôr. Atendo em local discreto, próximo ao MASP. Valores a negociar. Acesse meu *site*: xxxxx e veja minhas fotos e vídeos sensuais para seu delírio e prazer”. – Fonte: *Chat* UOL São Paulo, 2012. Acesso em 12 nov. 2012.

faixa etária média de trinta anos e possuir um fenótipo correspondente à masculinidade hegemônica. Para estudá-los era preciso ser igual a eles, demonstrando compreensão e afinidade com as condições de sociabilidades estabelecidas a partir do anonimato e da invisibilidade, numa “zona livre” de estigmas.

Na “zona livre presencial” identifiquei dois processos de socialização: o encontro sexual imediato em local apropriado ao sexo, como quartos de hotéis, motéis e pousadas; e um segundo processo, que demanda em média, de trinta minutos a uma hora, referente a um encontro público para dar continuidade à sociabilidade estabelecida no ciberespaço, a fim de que se certifiquem os acordos estabelecidos, que chamei de “zona de transição”: um espaço intermediário de sociabilidade com fim sexual, mas em local público, descaracterizando a ideia de liberação das normas cotidianas, mas que, ainda assim, garante o anonimato no grande centro urbano pela atitude *blasé* cotidiana na qual se inserem ao se encontrar num ponto comercial comum, seja um bar ou restaurante, por exemplo.

Esse espaço de relações públicas me deu margem para a realização das entrevistas, seguindo basicamente a mesma dinâmica adotada por eles quanto ao encontro sexual, fato que me possibilitou compreender e experienciar parte desse processo, adequando-me à dinâmica dos pesquisados, que continuaram na sua estrutura e segurança emocional habituais. Todas as entrevistas foram acordadas no ciberespaço, estando eles cientes de que se tratava de uma pesquisa acadêmica e não de um encontro sexual. O local público – bares e restaurantes – me resguardava de quaisquer eventuais desacordos que pudessem surgir. Nesse momento, os encontros se estabeleceram entre pesquisador e pesquisado.

A partir daqui seguem os relatos de campo sobre as “zonas livres”.

7 AS ZONAS LIVRES

Vivemos o nosso mundo, escolhemos o nosso lugar, mais nosso mesmo, sem aglomeração. Todo lugar que tem muita gente vendo você fazer algo errado pode te comprometer de alguma forma, mesmo que esteja fazendo o mesmo que você! Ficar num lugar só seu é mais seguro.

EV7-PT, 2012.

Os encontros formam o principal ponto de convergência entre o cotidiano normatizador e a nova socialização fomentada pela viagem, onde acontecem as rupturas sexuais promovida pela invisibilidade social e o contato entre “iguais”. Ao viajar a trabalho para um grande centro urbano, o sujeito tem a oportunidade de dialogar com outros homens num universo de relações mais seguras, longe de casa, onde se estabelece um senso de igualdade e camaradagem que rompe o cotidiano heterossexual com práticas homoeróticas clandestinas e anônimas a partir de uma homogamia social imaginada. Nesta parte da viagem convido o leitor a acompanhar a etnografia realizada no ciberespaço e nos encontros presenciais por ele viabilizados, onde tive acesso a esse universo.

As grandes cidades foram escolhidas como espaço de análise a partir do critério de serem capitais estaduais brasileiras e a capital de Portugal, os principais destinos de viagens profissionais por canalizarem os núcleos econômicos e financeiros de cada região, seja de um estado para outro, seja de uma cidade menor do mesmo estado para sua capital, seja entre países. Consideravelmente, entendo que o movimento de ruptura sexual pode ser explicado pelo simples fato da viagem, pois estar em outro contexto social é a prioridade para a invisibilidade buscada no comportamento sexual clandestino, para o qual o grande centro urbano propicia maiores oportunidades, pela rotatividade e circulação de pessoas, bem como pela indiferença urbana provocada pela atitude *blasé*.

Os centros urbanos que compõem esta análise são essencialmente relacionados a partir da viabilidade de pesquisa frente às limitações geográficas e temporais que se apresentavam. As pesquisas realizadas no ciberespaço poderiam ser feitas em todas as capitais brasileiras, já que o espaço virtual permite um trânsito ilimitado de relações sem a necessidade de deslocamento. Contudo, como o foco estava no acesso direto aos sujeitos pesquisados, onde o principal desafio era conseguir desvendar os significados de uma prática sexual associada a viagem, por intermédio de uma entrevista direcionada, a qual o contato virtual não me permitia. Logo, as restrições geográficas ficaram a cargo das minhas possibilidades de deslocamento.

As capitais brasileiras incluídas na pesquisa foram: Florianópolis/SC, local de minha residência por ser a sede da Universidade onde a pesquisa foi realizada e onde realizei todas as análises experimentais de contato durante os primeiros meses de trabalho; Campo Grande/MS, capital de meu estado de origem, onde minha rede social facilitou o processo de aproximação em alguns casos, como a concessão da entrevista do proprietário de uma agência de viagens e turismo; São Paulo/SP, que notoriamente possui o maior número de *chats* e concentra um elevado índice de viagens a trabalho por ser o maior centro econômico e financeiro do Brasil²⁹; Porto Alegre/RS e Curitiba/PR, pela proximidade geográfica, comercial e turística com Florianópolis/SC, formando o eixo econômico sul-brasileiro.

Para além do Brasil, minha pesquisa estendeu-se à cidade de Lisboa em virtude de meu estágio de doutoramento no exterior durante oito meses, no ano de 2012, onde, por curiosidade, acabei me deparando com um *chat* português do mesmo sistema brasileiro, mas massivamente ocupado por brasileiros residentes em Portugal, além de turistas e homens de negócios brasileiros que acabavam ocupando esse espaço virtual por estarem acostumados a usá-lo no Brasil, como uma

²⁹ Homens em viagens a trabalho cuja origem é São Paulo são igualmente encontrados nos *chats* das outras capitais brasileiras e de Portugal em maior proporção que qualquer outra origem.

fronteira simbólica que cria um espaço virtual de identificação e proximidade cultural justificada pela nacionalidade e pelo estrangeirismo, tal qual expôs Rial (2009) em sua pesquisa sobre os jogadores brasileiros de futebol que vivem no exterior.

Mas o leitor deve estar se perguntando como identifiquei e tive acesso a esse movimento clandestino de homens que subexistem na urbanidade através do anonimato. Além das proximidades temáticas relacionadas a minha formação acadêmica, houve dois fatos cruciais para os “encontros”: primeiramente, sempre tive o hábito de frequentar as redes sociais e os demais espaços de interação virtual, como os *chats*. Como observador social, algo me chamava a atenção e me instigava à pesquisa: a todo momento deparava-me com pessoas que utilizavam o meio virtual como mecanismo de evasão de frustrações ou amarras sócio-morais diárias, principalmente nos espaços onde as identificações eram mínimas e fluídas, podendo variar conforme a necessidade e vontade de cada pessoa, sem manutenção de perfil ou uso de imagens.

Nos *chats*, vez ou outra, encontrava homens que se identificavam como “turista”, “viajante”, “de fora”; buscando sexo fora do circuito comercial da prostituição, numa troca de prazeres que poderiam se estabelecer momentaneamente e sem continuidade – em virtude do retorno daquele que estava em trânsito – com residentes ou quaisquer outros usuários ali logados. Outro fato era a constante presença de homens se identificando como casados ou “discretos”, reafirmando uma identidade heterossexual, mas em busca de encontros homoeróticos esporádicos e “sigilosos”, enfatizando um acordo de “segredo” entre ambos³⁰. Em segundo lugar, em uma pesquisa anterior a respeito de sociabilidades sexuais em guetos gays na Ilha de Santa Catarina³¹, tive a oportunidade de

³⁰ “HH sexo-sigilo (*reservadamente*) fala para todos: algum cara casado afim de sexo agora com sigilo total?”. – Fonte: *Chat UOL Florianópolis*, 2012. Acesso em 10 jan. 2012.

³¹ Sobre homosociabilidades na Ilha de Santa Catarina ver: Lanzarini e Rial (2010; 2011).

conversar com garotos de programa que atestaram utilizar os *chats* como ferramenta de busca de clientes, mas onde também se encontravam muitos “turistas” buscando sexo fora do circuito comercial, já que havia, todos os dias, muita procura por sexo no ciberespaço.

Ao adentrar no mundo virtual como pesquisador em busca de sociabilidades sexuais, percebi que o *chat* oferecia como vantagem uma interação real e instantânea sem manutenção de perfil, evitando riscos de exposições públicas para aqueles que, de alguma forma, estavam rompendo suas identidades e ali buscavam novas experiências, mas, longe de qualquer mudança na vida cotidiana. Passei a ver no *chat* algo similar a um território marginal, o que Perlongher (2005b) trata como um lugar de fuga libidinal e socialização, onde se expressam as fragilidades da vida cotidiana a partir de uma artificialidade, de algo que é momentâneo e não fixo.

Mais além, partindo do pressuposto que a segurança é algo primordial nessas interações, em virtude do zelo pela discrição e sigilo recorrentes nos exemplos anteriormente citados, entendi que a imagem do viajante era atrativa ao residente heterossexual e casado que, na condição de residente [próximo a seu grupo social], estava em constante risco de ter seu “segredo” revelado. Este, por sua vez, era ideal para o viajante, cujo intuito é apenas encontrar uma aventura sexual sem comprometimentos futuros, além do casamento do residente lhe garantir um estado de segurança demarcado pela moralidade social que teoricamente lhe impede de ter interesses afetivos extraconjugais.

Ao buscar respostas na literatura, identifiquei uma desafiadora lacuna, provavelmente relacionada à invisibilidade e camaradagem na qual se comprometem os participantes desse “segredo” que me propus a desbravar flanando nas “zonas livres”: espaços livres de moralidades pré-concebidas e de roteiros de comportamento sexual, onde o desejo toma forma e a identidade social não existe, por isso também, um espaço livre da vigilância e punições cotidianas, como já dito anteriormente. A “zona livre virtual” configura o espaço de busca e interação virtual entre os sujeitos, propriamente estabelecida nos *chats*. Já a

“zona livre presencial” se estabelece a partir de um lugar comumente reconhecido pela sociedade como “normal”, isto é, livre de estigmas, o que lhes assegura uma espécie de “tolerância” social e a demarcação das fronteiras da normalidade.

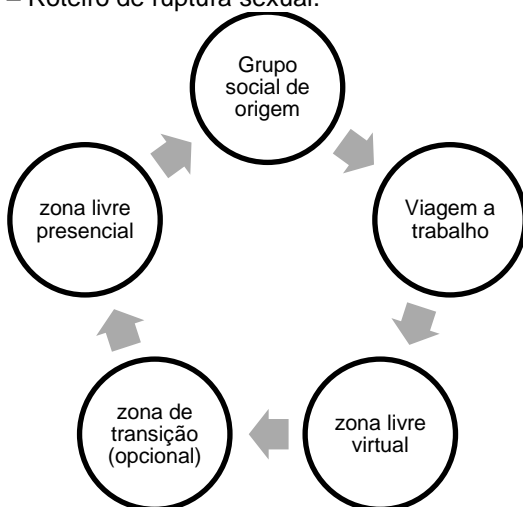
Em sua maioria, os encontros acontecem sistematicamente após o contato virtual, mas divididos em duas perspectivas: há aqueles que estabelecem o sexo direto e aqueles que desencadeiam um segundo processo de seleção, que chamo de “zona de transição”: um momento em que ocorre um encontro presencial entre os possíveis parceiros sexuais, uma espécie de “*chat face-to-face*”, como uma extensão do *chat* para se averiguar a compatibilidade de ambos. Considero ser essa uma “zona de transição” por acontecer publicamente em bares, restaurantes e quaisquer outros locais direcionados ao lazer e entretenimento, principalmente em locais de interesse turístico, onde a circulação de pessoas desconhecidas é constante. Em virtude da condição pública, não pode ser uma “zona livre”, embora seja um momento direcionado para o encontro sexual com um parceiro preestabelecido no ciberespaço.

A vantagem da “zona de transição” é que ela confirma ou não o que foi acordado na “zona livre virtual” e avalia, num processo face-a-face, as possibilidades da efetivação do sexo. Para que esse momento funcione plenamente como uma segunda avaliação, ambos se propõem ao encontro presencial com a condição de que, caso um dos envolvidos não esteja em conformidade com o ato sexual, pode-se facilmente descartar o sexo, terminando o encontro em uma simples conversa amigável e a certeza da manutenção do “segredo”. Há o respeito pelos limites do outro homem, em encontros pacíficos que, mesmo frustrados, não costumam gerar conflitos morais ou físicos.

Existe, porém, uma situação mais direta, onde, logo após a interação virtual, o encontro sexual é direcionado a um local apropriado. Nestes casos, não se tem muito diálogo ou troca de informações e experiências, caracterizando encontros com menor duração. Contudo, esse tipo de encontro ocasiona uma margem maior de riscos relacionados à simpatia recíproca e o desejo sexual de ambos, que pode não corresponder às expectativas sobre o parceiro criadas no ciberespaço.

Um roteiro de sociabilidade seguido por estes homens viabiliza os encontros da maneira mais segura possível. Esse roteiro, contudo, não se assemelha a uma cartilha “passo-a-passo”, mas sim, é aprendido exatamente pelo processo no qual me inseri, buscando, em erros e acertos, me aproximar daqueles que procuravam seus semelhantes, reproduzindo um ciclo de comportamentos que se inicia no afastamento do cotidiano e que nele termina, como demonstra a Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Roteiro de ruptura sexual.



Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

7.1 A ZONA LIVRE VIRTUAL

É graças a *Internet*, especificamente à *World Wide Web* (www) que, desde 1995 no Brasil, os encontros acontecem por intermédio do *Internet Relay Chat* (IRC), também chamado de *chat*, serviço que permite entrar em contato com pessoas do mundo inteiro em tempo real, através do ciberespaço³². André

³² O termo ciberespaço surgiu em 1984, com o romance *Neuromancer*, de William Gibson, que o imaginava como um espaço não-físico de computadores interligados em forma de rede.

Lemos (2007) interpreta o ciberespaço como um “espaço mágico” e imaginário, que une, na racionalidade tecnológica, o vitalismo social e sua fluidez imaginária, que ganha força no espaço não-físico, que não têm limites geográficos. Para Marcio Mattos (1997), o *chat* não é simplesmente um mundo virtual, mas uma poderosa ferramenta de comunicação mundial, onde se pode estabelecer relações sociais em diferentes partes do mundo ao mesmo tempo.

As tecnologias de informação são bidirecionais entre grupos e pessoas, como forma de sociedade virtual tribalizada, onde Lemos (2010) compara o ciberespaço a partir das noções de formação de “tribos” que Michel Maffesolli (2004) ampliou para o espaço virtual, cujos engajamentos sociais e políticos são apontados como não-fixos nem massificados, mas que se entrecruzam na busca por “iguais”. Para Maffesolli, o ciberespaço retorna à tribo, visto que nele as pessoas se reconhecem e se agregam por meio de símbolos ou referenciais comuns, que se tornam “símbolos de identificação” de uma tribo que agora é virtual. Essa identificação coletiva é possível a partir de qualquer forma de comunicação e informação, “seja pelas lembranças de família, pelo desejo de criação de um grupo a partir de um elemento em comum, por exemplo, a identificação sexual” (*ibidem*, p. 24).

O uso do ciberespaço em busca de sexo se estende, inclusive, às redes sociais fixas e as práticas relacionadas a prostituição e tráfico de pessoas. Adriana Piscitelli (2005) aponta ser um dos três principais fatores de transnacionalização do mercado sexual de mulheres vinculadas à prostituição, além das viagens de turistas e militares a países e regiões pobres onde compram sexo e a migração de mulheres para trabalharem em *night clubs* e bordéis em todo o mundo. A autora reforça que o uso de novas tecnologias para o fomento de encontros sexuais é fundamental para a disseminação da imagem da mulher pobre e comercializada para o sexo. As páginas da *Internet* funcionam como espaço de socialização coletiva que orienta a re-criação de códigos de sexualidade associados à supremacia branca e busca pela autenticidade local em traços de nacionalidade, etnicidade, cor e estilos sexuais nativos, como forma de experiência do

lugar. Nessa perspectiva, conclui que o ciberespaço destinado ao sexo é um dos principais veículos de informações que favorecem a exploração, refugiando todo tipo de “desvio” comportamental e reiterando formas masculinas tradicionais de representar a sexualidade na exploração de mulheres pobres pelo homem branco e rico.

Ao estudar o uso do ciberespaço para a sociabilização do “turismo sexual” por intermédio de *blogs* que intitula “Men Diaries”, onde homens de países ricos do Hemisfério Norte escrevem e trocam experiências de viagens sexuais realizadas na América Latina, Jill McLean (2008) aborda a construção dos discursos e a significação das redes de sociabilidades virtuais como fundamentais ferramentas facilitadoras do processo de escolha de lugares para o “turismo sexual” e para a troca de experiências entre homens que buscam sexo em países mais pobres, como guias virtuais de viagens sexuais em que podem tirar dúvidas a respeito de lugares e mulheres nativas.

Tanto Piscitelli (2005) quanto McLean (2008) relatam o espaço de sociabilidade virtual que se estabelece para a troca de informações, agenciamento e experiências sexuais, como espaços públicos que demarcam e reafirmam a hegemonia de dominação do homem heterossexual também tratada por Lanzarini & Machado (2010) nas representações midiáticas da masculinidade. Desse modo, homens de países ricos reafirmam nas páginas da *web* suas aventuras sexuais com mulheres inferiorizadas de países mais pobres, reforçando as relações de poder de gênero, com destaque para as diversas manifestações de sexualidade masculina, excluindo-se qualquer forma de representação que esteja em desacordo com a norma social.

Em contrapartida, esta análise se diferencia por dois aspectos relevantes: primeiro, por referenciar sociabilidades homossexuais; segundo, por não se tratar da manutenção de perfis ou visitação a *sites* com informações que podem ser acessadas a qualquer momento, mas sim, o *chat* que ocorre interação em tempo real. Nele não há dados fixos e cada participante somente tem acesso as informações liberadas publicamente e/ou privadas pela conversa direcionada, ambas durante a conexão. É importante destacar que o ciberespaço é

um meio e não um fim: é apenas uma ferramenta que auxilia a busca sexual dos sujeitos pesquisados, cuja intenção não é manter um perfil virtual para sociabilidades homoeróticas, o que eles consideram um risco social.

Durante as minhas pesquisas percebi que, nessa “zona”, a identificação sexual direcionada pelos *nicknames* exerce um papel agregador de interesses que motiva novas sociabilidades. No *chat*, contudo, a formação de grupos de interesse não é comum, embora as salas sejam divididas por temáticas e regiões geográficas, o que eu não considero fator motivador para a formação de grupos virtuais, em se tratando de pessoas que possuem interesse em sociabilidades de sexo presencial. Neste caso, a proximidade geográfica funciona como uma condição de viabilidade para esse encontro, e não propriamente uma motivação.

No lugar de identidades estáveis, o sujeito passa a desfrutar de todas as identidades que lhe são convenientes, desempenhando papéis diferentes em cada “comunidade” na qual se associa. Essa fluidez identitária, de acordo com Stuart Hall (2003), é resultado dos efeitos globalizantes da vida moderna, que pluraliza as identidades ao produzir novas possibilidades de identificação, “tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas” (*ibidem*, p. 87). Embora Hall se refira a identidades que estão demarcadas por culturas, histórias e limitações geográficas, onde as novas possibilidades e transições identitárias acontecem a partir da mobilidade, como as migrações, entendo que o ciberespaço aparece como uma mobilidade potencializada, capaz de transpor as barreiras geográficas e temporais de deslocamento, oferecendo inúmeras oportunidades de sociabilidade e fuga marginal.

A popularização do ciberespaço no cotidiano abre a possibilidade de novas relações sociais num ambiente aparentemente mais seguro. As identidades são sempre relativizadas e maquiadas de acordo com interesses específicos, como argumenta Lúcia Silva (2001). Por este motivo, são menos conflituosas, servindo de abrigo para o encontro entre “iguais”, dentro de uma sociabilidade virtual que pode manter essa

maquiagem, esses personagens fictícios. Em contraposição, a imagem dos homens com quem interagi eram relativamente reais em se tratando do fenótipo, que poderia ser confirmado via *webcam* por ser um dos principais fatores motivacionais do encontro sexual.

Na mesma perspectiva de Silva, Kimberly Young (1996) percebeu em suas análises que os sujeitos do ciberespaço se sentem livres para externalizar seus impulsos sexuais, podendo, então, se comportar de maneira diferente das convenções adotadas no dia-a-dia. Estudando a dependência que diversas pessoas apresentam em relação ao ciberespaço como principal espaço de liberação social, identificou que aqueles que dispõem de poucas oportunidades de encontros sexuais realizam no virtual uma série de técnicas de conquista a partir da criação de um personagem sedutor. Em outra análise, a autora (*ibidem*, 1997) afirma que no ciberespaço todos os habitantes virtuais são criados iguais e imaginados a partir do desejo pessoal, onde os usuários encontram uma alternativa segura para experienciar suas vontades classificadas como inadequadas em âmbito público, já que no espaço virtual prevalece a informação em detrimento da imagem do corpo que, de acordo com Lemos (2007), se torna “símbolo digital”.

Maria Máximo (2010) salienta que o ciberespaço é uma dimensão das sociedades complexas teorizadas por Velho (1999), por apresentar intenso processo de interação e grande mobilidade material e simbólica. Como catalisador do fenômeno urbano, fornece outras possibilidades de diversificação social e fragmentação individual. Desse modo, quando se participa de um *chat*, por exemplo, ocorre exposição pública somente daquilo que o participante quer transmitir, uma encenação da vida, tal qual Goffman (2002) conceitua, da qual depende o sucesso da socialização.

Compartilhar pensamentos e símbolos comuns permite às pessoas buscarem um consenso sobre seus ideais sócio-morais, justificando princípios e normas que orientam suas ações, como descreve Thomas Risse (2007). Para Felicity Schaeffer-Gabriel (2005), cada vez mais as pessoas têm encontrado intimidade e senso de “comunidade” no ciberespaço, onde a camaradagem é

altamente atraente para aqueles que têm pouco a compartilhar de suas vidas em seus respectivos cotidianos. Assemelhando-se às “comunidades imaginadas” estabelecidas pelo senso de “camaradagem horizontal” a que se refere Anderson (2008), eu também encontrei esse senso de camaradagem e parceria na busca desses homens por “iguais”, que não se limita apenas a uma igualdade de desejo sexual, mas a segurança de um encontro sexual com outro homem igualmente comprometido com os riscos sociais que envolve a todos, ocasionados pelo encontro homoerótico fora do casamento heterossexual.

A *Internet* atinge, em escala global, as sociedades que dela se utilizam, por simultâneos processos de construção, repetição e afirmação de novas ideologias e comportamentos, sendo capaz de transmutar velhos paradigmas sociais. De acordo com Jill McLean (2008), além do que foi discutido ou experienciado num grupo virtual ou no *chat*, as pessoas podem carregar os efeitos da nova socialização nas formas de interpretar e reagir a situações e pessoas cotidianas, pelo acúmulo de experiências sociais diferentes.

Nesse sentido, o *chat* reproduz uma pequena reunião entre pessoas que buscam alguma semelhança no desconhecido. Pode-se encontrar nele a formação de grupos de discussão dos mais diversos interesses, como adquirir novas amizades, obter informações para fins comerciais, manter contato humano sem sair do conforto e segurança de casa, estabelecer conversas sobre temas mais específicos a respeito de músicas, esportes, política, economia e, principalmente, sexo, tema que, como apontam as observações desta pesquisa, movimenta o maior número de pessoas que o utilizam como ferramenta de sociabilidade.

No caso da homossexualidade presente nas salas virtuais, Miskolci (2009b) aponta que com a *Internet*, homens que escondem sua sexualidade e não frequentam lugares *gays*, passam a transitar livremente, com segurança a sua imagem pública, apresentando, entre outras análises, que o ciberespaço revela como autoapresentações dialéticas, entre a socialização sexual livre e a manutenção da crença de que a vida social é ou deve permanecer heterossexual. Muitos homens procuram

“iguais” que se identifiquem como “fora do meio”, entendidos com “normais” ou capazes de dissolver-se na maioria heterossexual, constatando que o desejo que move a circulação de informações e buscas na *Internet* pertence a “masculinidade-padrão” do homem ajustado à ordem heterossexual. O autor aponta, ainda, que há medo por parte dos usuários do *chat* em terem seus desejos descobertos de alguma forma, afrontando a moral social, tal como acontece no meu campo de análises, onde o desejo homoerótico se dirige ao homem “heterossexual”, mantendo a dominação da masculinidade hegemônica pela recusa social das práticas sexuais entre homens.

Ao examinar a representação social de *chats* em *sites* homossexuais direcionados a homens que buscam parceiros sexuais, Teela Sanders (2008) identificou que o ciberespaço facilita a comunicação e o aprendizado sobre o sexo e a sexualidade, ajudando homens mais introspectivos ou comunidades geograficamente isoladas a interagir com outros homens de diferentes culturas e comportamentos de regiões metropolitanas, por vezes, menos reprimidos e discriminados, estimulando a autonomia sexual de homens estigmatizados, geralmente mais velhos ou casados. Os estudos de Sanders vão ao encontro do meu campo, onde encontrei um grande número de homens que buscavam aprender sobre a experiência homossexual. Eram, geralmente, homens casados e mais velhos de cidades interioranas que estavam nos *chats* das capitais buscando amizades e informações com outros homens que tinham livres práticas homossexuais³³, o que eles não poderiam ter em suas cidades, fato que também me remete ao trabalho de Simmel (2005) sobre a sensação de liberdade sentida nos grandes centros urbanos em virtude da atitude *blasé*.

Já Ronny Tikkanen e Michael Ross (2000), ao estudarem um grupo de homens suecos que utilizam o *chat* como um importante canal de socialização homossexual, salientam que a

³³ “CasadoInterior (*reservadamente*) fala para Jorge_HH: Você é casado ou gay? Costuma sair sempre com homens? (...) Eu nunca saí porque cidade pequena é difícil, mas quero experimentar quando for ai.” – Fonte: *Chat* UOL Curitiba, 2012. Acesso em 14 out. 2012.

socialização sexual acontece tanto no espaço virtual quanto no encontro presencial. Em suas análises, constataram que os *chats gays* podem atrair os homens mais jovens na iniciação homossexual, outros que se identificam como bissexuais e, ainda, os que vivem fora dos grandes centros urbanos, o que igualmente alude ao exemplo anterior. Embora eu não tenha me concentrado nesses casos, minha permanência no ciberespaço deu margem à essas situações onde identifiquei redutos de sociabilidade sexual em suas mais variadas vertentes.

No que tange às relações de gênero, Marisol Del-Teso-Craviotto (2008) investigou as práticas linguísticas dos participantes de *chats* direcionados a relacionamentos amorosos, que interagem entre si de modo bastante sexualizado, tanto nas conversas quanto nas imagens veiculadas. A autora relata que para participar desse tipo de *chat*, há um processo de autenticação que vincula cada membro a um gênero ou grupo sexual específico, pré-requisito para o engajamento nos espaços virtuais de desejo e erotismo, a exemplo das identificação de *nicknames* como “homem”, “mulher”, “gay”, “lésbica”, “bissexual”, entre outros. Reforça que a autenticação do gênero e da condição sexual são necessariamente atos discursivos e se manifestam por meio de estratégias linguísticas, como a idade, “sexo” e auto-descrições que sejam atrativas e motivem o encontro sexual, que aqui identifiquei a partir de uma grande incidência de designações de “ativo” e “passivo” nos *nicknames*. Quando Sérgio Porto (1999) analisou as identificações utilizados pelos participantes de cinco *chats*, confirmou uma prática comum de “travestimento sexual”: por estarem protegidos pelo anonimato virtual, os interlocutores mascaram-se de acordo com papel que decidiram desempenhar, repetindo imagens, valores e discursos atrativos encontrados no cotidiano para atraírem semelhantes.

Durante minhas observações, comprovei que os recursos discursivos para a identificação são importantes ferramentas de atração sexual de um parceiro, a fim de se concretizar o encontro sexual. Cataloguei a recorrência de homens utilizando *nicknames* como “turistas”, “viajante”, “de fora”, “casado de fora”, “empresário de fora”, ou ainda, usando abreviações de outros

estados – na sala de SC era muito frequente encontrar “Empresário SP”, por exemplo –, para demarcar sua viagem e chamar a atenção de outros usuários, possivelmente residentes, para um encontro sexual com alguém com quem raramente voltarão a ter contato, legitimando a unicidade do encontro.

Algo que limitava ainda mais o público internauta era a sexualidade, pois além de ser “de fora”, o homem precisava ainda ser “heterossexual” e casado à procura de outro homem. Entretanto, esse não é um público que está sempre presente nos *chats*. O que vislumbrei e testei ao longo desses três anos de pesquisa foi que eles comprovam a presença do trabalho como característica que limita e condiciona o tempo de sua viagem. Logo, encontrava-os principalmente em dias de semana, após o horário comercial e início de noite, pelo intervalo de tempo entre o trabalho e o descanso.

Ao longo desses três anos de *ciberflânerie*, foram catalogados um total de noventa e sete homens em viagens a trabalho atestando a heterossexualidade através do casamento e buscando sociabilidades homoeróticas nas cidades pesquisadas, bem como duzentos e trinta e cinco homens “residentes”, heterossexuais e casados em busca de sociabilidades homoeróticas com viajantes, totalizando trezentos e trinta e dois envolvidos, assim distribuídos:

Tabela 1- Sujeitos encontrados por *Chat* e Região entre 2010 e 2012.

<i>Chat /Capital</i>	<i>Nº de viajantes</i>	<i>Nº de nativos</i>	<i>Totais por região</i>
São Paulo – SP	39	93	132
Florianópolis – SC	14	37	51
Curitiba – PR	13	29	42
Porto Alegre – RS	14	33	47
Campo Grande – MS	11	28	39
Lisboa – Portugal	06	15	21
Totais gerais	97	235	332

Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

Cabe ressaltar que os resultados catalogados no ciberespaço não dão conta do número exato ou aproximado de sujeitos, visto que esta quantia não é representativa do universo estudado, que é quantitativamente desconhecido, considerando-se a impossibilidade de se estar conectado em todos os *chats* ao mesmo tempo, inclusive, pelo fato de que o provedor utilizado disponibiliza várias salas para a mesma capital [em torno de vinte], já que as salas são limitadas por uma média de quarenta usuários.

Meu exercício foi permanecer conectado alternadamente em cada *chat* por cerca de quatro horas diárias, entre 16h e 20h – horário que encontrava as maiores recorrências de viajantes – em dias úteis, abrangendo o horário de término de um possível dia de trabalho e início do tempo livre. Havia, ainda, como variante, a possibilidade de encontrar perfis recorrentes, o que aconteceu em alguns momentos com aqueles que classifiquei como “residentes”, cuja repetição identificada foi prontamente eliminada. Contudo, no caso dos viajantes, perceber qualquer tipo de recorrência é pouco provável, já que os diálogos são sempre parecidos, com informações basicamente destinadas ao sexo. Considero, então, a possibilidade de que alguns deles possam ter sido catalogados mais de uma vez, em momentos diferentes com identificações [personagens] diferentes.

O número de “residentes” em busca de viajantes foi expressivamente maior, fato que poderia se justificar principalmente pela condição geográfica estável: eles se encontram a maior parte do tempo em suas cidades e podem frequentar o *chat* com mais assiduidade – o que provavelmente explica o maior número de recorrências catalogadas. O viajante, entretanto, tem um tempo menor para permanecer no ciberespaço e para usar a condição da viagem como fator de atração. Em ambos os casos, São Paulo/SP aparece expressivamente com os maiores índices, dado as dimensões de circulação e produção de riquezas, número de habitantes e *chats* disponibilizados [cinquenta ao todo].

Durante as incursões na “zona livre virtual” percebi a importância do discurso como fator de atração de pares sexuais. Porém, a prática de travestismo relatada por Porto (1999) para

atrair usuários à conversa virtual era aqui bastante limitada, considerando-se os recursos tecnológicos que a página virtual disponibiliza e que são amplamente utilizados entre os pesquisados. Refiro-me ao uso da *webcam*, que materializa a imagem do personagem virtual em tempo real e que o *chat* disponibiliza como recurso para imagem e áudio, desde que ambos os usuários tenham esse recurso devidamente instalado em seus computadores.

A *webcam* aparece nesse campo como uma ferramenta utilizada para a identificação/comprovação da imagem descrita nos textos, onde se pode averiguar com precisão o fenótipo dos pares sexuais, facilitando o processo de reconhecimento e identificação com a imagem do outro. A simples descrição textual, sem nenhuma imagem em tempo real, é que alimenta o “travestismo”, onde se criam personagens fantasiosos que são mantidos no mundo virtual, o que não corresponde ao campo aqui abordado, onde a imagem funciona como certificadora de uma verdade textual, sendo mais credível do que o texto escrito.

Durante minhas observações, percebi que os homens envolvidos nesse movimento de busca virtual para o sexo presencial criam personagens que ocultam as informações pessoais, familiares e sociais, mas mantém, em sua maioria, as características físicas que determinam a atração sexual. Não estou excluindo aqui o fato de que várias informações de ordem física não correspondam à realidade, pois é bastante comum se disfarçar o “excesso de peso” ou a “baixa estatura”. Entretanto, a *webcam* impossibilita muitas alterações de fenótipo e assegura encontros com maior índice de escolhas na “zona livre virtual”. O depoimento de EV7-PT faz referência ao tema:

Faz tempo que uso o *chat*, mas antes era sempre uma surpresa o encontro porque em fotos todos são atraentes. A pessoa usa sempre o que lhe favorece, mas no real a coisa não funciona bem assim. Acho que o pessoal cansou disso e ficou mais exigente: todos têm usado a cam para evitar surpresas desagradáveis. Ao menos a aparência a gente consegue ter uma noção clara antes

do encontro. Eu mesmo não marco nada sem ver a pessoa antes na cam! Tem, ainda, homens mais velhos que não usam *cam*, mas com certeza, têm uma oferta bem menor de encontros. (EV7-PT, 2012) – [grifo meu].

Há um papel determinante no uso da *webcam* como ferramenta que garante o sucesso do encontro sexual: já que a vida pessoal não importa, o fenótipo e os determinantes da masculinidade podem ser previamente analisados na imagem de vídeo em tempo real, o que não ocorre por uma fotografia, que pode ser falsa ou de outro período da vida, sendo muito diferente da imagem atual da pessoa, por exemplo. Em vários momentos da *ciberflânerie* foi solicitado a Jorge o uso da *webcam* para a continuação dos diálogos que, quando negado, se encerrava. De igual modo, caso a imagem de Jorge não estivesse em conformidade com o perfil desejado pelo outro, também o assunto era interrompido, normalmente pela desconexão automática do usuário, ou ainda, o bloqueio da conversa, recurso bastante utilizado para o descarte rápido do “não-desejado”.

Havia, portanto, mais uma limitação no universo da pesquisa: o interesse do outro em Jorge para algum tipo de proximidade. Mesmo assim, foi possível cumprir a tarefa que me propus na “zona livre virtual”: identificar e compreender essa circulação de homens heterossexuais em busca de sociabilidades homoeróticas, o que não passaria, no meu caso, da breve imagem na *webcam* como último contato – que para a pesquisa apenas era útil como maneira de prolongar o diálogo – a não ser na continuidade para as entrevistas presenciais, raramente concedidas. Conforme meus levantamentos, a *webcam* agiliza ainda mais o processo do encontro, onde em caso afirmativo, o sexo tem mais chances de acontecer porque as surpresas no encontro presencial são menores e normalmente menos desagradáveis, já que o mais importante [a imagem sexualmente atrativa] pode ser visualizado.

O *chat* constitui um jogo de sedução entre visitantes. Conforme Fabiana Maiorino (2005), os textos dos *chats*, em

geral, são formados por recortes de falas utilizadas como chaves da conversa, mas que não se relacionam nem criam laços com os enunciadores. Dessas relações, Pierre Lévy (1994) chama de “inteligências coletivas” as redes virtuais que compartilham ideias, desejos, interesses e projetos, reunidas em torno de interesses comuns e sociabilidades lúdicas a partir do encantamento do outro. É, então, uma oportunidade de expressar sentimentos e inquietudes, onde os desejos não concretizados podem ser confessados e libertados das amarras sociais.

Questões sobre segurança e anonimato, bem como à possibilidade de finalizar o contato a qualquer momento ou prolongá-lo o tempo que se desejar são fatores atrativos para as pessoas que estabelecem relações descompromissadas da vida cotidiana, livre de afetos palpáveis, a não ser quando desejados, como relata Jade Gandra (1997); diferentemente do envolvimento criado na socialização presencial, onde as interações não podem ser completamente anônimas.

De modo geral, todas as conversas estabelecidas nessa etapa foram bastante rápidas e objetivas, com duração média de um a três minutos. Havia um exercício de tentar manter a conversa o máximo de tempo possível, embora houvesse sempre um estranhamento, caso deixasse transparecer algum interesse em assuntos fora da interação sexual. Portanto, quando o interlocutor percebia que não haveria o encontro sexual com Jorge, suas buscas continuavam com outros usuários e o descarte da conversa era automático. Logo, cada momento e contato era único, pois não se sabia exatamente com quem se falava, tão pouco haveria a oportunidade de encontra-lo novamente.

O diálogo abaixo exemplifica a dinâmica de interação entre “Jorge_SP”, na qualidade de viajante; e “Hcasado”, na qualidade de residente casado, num *chat* de Florianópolis/SC, realizada às 18h, em agosto de 2010.

Hcasado – Olá, boa tarde!

Jorge_SP – Olá, boa tarde!

Hcasado – Idade? Como és?

Jorge_SP – 30 anos, moreno claro, 1,85m, 90kg, com barba. E tu?

Hcasado – 38 anos, branco, 1,67m, 75kg, corpo liso, coxas grossas e muito tesão. Faz o que em Floripa³⁴?

Jorge_SP – Trabalho.

Hcasado – Curte o que?

Jorge_SP – Curto tudo, mas prefiro ser ativo. O que procuras?

Hcasado – Sexo no sigilo. Sou passivo. És casado também? Estás onde?

Jorge_SP – Sim casado. Estou num hotel na Beira Mar.

Hcasado – Afim agora? Posso ir aí?

Jorge_SP – Agora não posso. Só depois das 22h.

Hcasado sai da sala...

O diálogo que é iniciado por “Hcasado” contempla o modelo seguido em quase a totalidade dos casos, priorizando o fenótipo, as preferências sexuais, a demarcação da heterossexualidade pelo casamento e a possibilidade de encontro imediato. Os símbolos são altamente relevantes na dinâmica da interação virtual em que a sigla “SP” qualificava “Jorge” como de “outro lugar”, motivando a busca dos “residentes”. Assim, cada um expõe no *nickname* algo que pode lhe parecer uma vantagem ou ponto de interesse. Curiosamente, a situação conjugal de “casado” passa a ter uma inversão de valor: atrai, ao invés de repelir, as sociabilidades sexuais – inclusive heterossexuais – com outras pessoas, principalmente por atestar a existência de um compromisso que não será quebrado pela nova sociabilidade sexual.

Exatamente igual ao território virtual brasileiro, identifiquei na cidade de Lisboa/PT, durante meu estágio doutoral no exterior, um grande número de brasileiros utilizando o *chat* do UOL para o mesmo fim sexual usado no Brasil. Encontrei, então, em menor escala, homens brasileiros heterossexuais que

³⁴ “Floripa” é uma categoria nativa que se refere a Florianópolis/SC.

estavam em Lisboa a trabalho e adentravam nos *chats* de Portugal em busca de sociabilidades homoeróticas.

Cabe salientar que, diferentemente do que expõem, respectivamente, Piscitelli (2005) e McLean (2008), esses viajantes não necessariamente buscam parceiros locais, como forma de experienciar o “gosto nativo”. Há, sim, o encontro entre viajantes ou entre viajantes e residentes – que pode ou não ser “nativo” –, já que para o viajante, o momento é oportuno para o sexo pela invisibilidade, tendo critérios mais amplos de escolha do que o nativo que se limita ao do encontro de um viajante, como apresento na Tabela 1. Mesmo na dinâmica internacional, percebe-se a sociabilidade entre viajantes, sem preferências específicas por portugueses, até porque boa parte dos usuários encontrados no *chat* de Lisboa eram brasileiros, promovendo, em sua maioria, encontros entre brasileiros.

Jorge, enquanto residente em algumas capitais brasileiras e em Lisboa, tinha sempre a expectativa de encontrar viajantes a trabalho buscando sexo fora da ideia de prostituição, a partir do comum acordo de troca de prazeres sexuais, como segue o diálogo entre “Jorge_HH” e “EmpresárioBR” (BR = Brasil), realizado às 19h, em julho de 2012:

Jorge_HH – Boa noite. Tudo bem?

EmpresárioBR – Boa noite! Negro, 1,80m, 100kg, 45 anos, casado, versátil, discreto. E você?

Jorge_HH – Moreno claro, 30 anos, 1,85m, 90kg, com barba, corpo com pêlos, discreto e casado. És de onde?

EmpresárioBR – Legal! Rio. Estou na cidade a trabalho só por essa noite e afim de sexo gostoso com um cara discreto e sigiloso. Vamos *cam*?

Jorge_HH – Sim. (abre-se a *webcam*).

EmpresárioBR – Legal, gostei: parece machão! És versátil ou só ativo?

Jorge_HH – Depende do tesão que rolar na hora. Curto tudo, mas prefiro ser ativo.

EmpresárioBR – Estou no centro, na Marquês. Podes vir aqui no hotel. Anote ai

meu número: xxx xxx xxx. Me liga e combinamos.

Jorge_HH – Ok.

EmpresárioBR – Me liga agora. Abraços!

[o diálogo se encerra mas “EmpresárioBR” permanece no *chat*, provavelmente em busca de outros contatos].

Este diálogo demonstra o imediatismo e repetição de informações que chamo de “informações de base”, correspondentes aos dados gerais concedidos a todos. Após a aprovação via *webcam*, o encontro é imediatamente agilizado com o fornecimento de um número de telefone móvel local, provavelmente descartável, não oferecendo nenhum risco à vida cotidiana do viajante. A condição de “versátil” recai na expectativa de que haja a interação sexual ativa, desta vez deduzida pelo interlocutor após visualizar a imagem de Jorge, que reproduz os estereótipos da masculinidade hegemônica citadas por Almeida (2000) e Connell (2005).

Dois momentos marcam a conversa: a troca de imagens e a cedência do contato telefônico. Depois disso, claramente não havia mais interesse na continuidade do contato virtual por parte do viajante, que logo a encerra com um “Me liga agora. Abraços”, condicionando a sociabilidade a um contato mais direto e prontamente presencial para o ato sexual.

De acordo com os entrevistados, o *chat* oferece menos riscos sociais, mais praticidade e agilidade na busca sexual, sem o estabelecimento de vínculos posteriores, já que não há trocas de contatos que possa levar a identificações ou proximidades futuras. Na entrevista de EV5, que confirmou usar os *chats* sempre que viaja para encontrar seus parceiros sexuais, ele demonstra uma perspectiva interessante sobre aquilo que me parece se referir a uma carência afetiva na vida cotidiana: ao argumentar que evita qualquer troca de contato fixo, diz que “(...) é uma maneira de evitar a tentação!” em querer reencontrar alguém com quem se teve alguma afinidade, o que não seria conveniente e sim perigoso, dadas as possibilidades de envolvimento afetivo e não apenas sexual. A “zona livre virtual”

assume, então, a função de oportunizar encontros instantâneos e únicos.

Quando Jorge assume a condição de viajante, o perfil encontrado, incluindo os residentes, era sempre o mesmo, mas as oportunidades de encontros eram acentuadamente maiores, incluindo os homens locais – grande maioria dos usuários dos *chats* –, demonstrando que a condição de viajante é bastante oportuna para a sociabilidade homoerótica clandestina, principalmente pela “oferta sexual” que se encontra disponível na *Internet*. Havia, em todos os casos, o interesse no encontro sexual e uma acentuada busca pelo prazer passivo, o que passou, então, a me intrigar: qual o papel da passividade sexual entre homens heterossexuais?

Alguns dos contatos estabelecidos se dispuseram a uma conversa mais extensa e aberta a respeito de suas buscas sexuais divergentes. Muitos homens buscam, além de sexo, companhia, já que estão sozinhos numa cidade diferente, o que me possibilitou o diálogo aberto sobre suas intimidades sexuais extraconjugais. Entretanto, em virtude das relações éticas sobre a pesquisa acadêmica, Jorge não poderia exercer o papel de entrevistador baseado na mesma noção de proximidade anônima que utilizava na “zona livre virtual”, restringindo grandemente a escala de possibilidades de obtenção das informações.

A consequência foi um segundo exercício de campo: esclarecer os pesquisados a respeito das reais intenções da presença de Jorge no ciberespaço e convencê-los a uma entrevista presencial, mesmo que breve, com o intuito de colaborar com a pesquisa, o que resultou em entrevistas com mais tempo e riqueza de detalhes e, mais além, a respeito das interações que acontecem noutro espaço, ainda mais sigiloso: o do encontro sexual. Diante do iminente encontro na “zona livre presencial”, Jorge [ainda na “zona livre virtual”] cedeu lugar ao pesquisador.

7.2 A ZONA LIVRE PRESENCIAL

A “zona livre presencial” é o espaço onde se efetiva o encontro sexual secreto, fruto da busca realizada na “zona livre virtual”. É um lugar que se estabelece a partir de uma segurança emocional de sigilo e discrição em meio a vida cotidiana do grande centro urbano, onde as interações homoeróticas acontecem livres da censura imposta pela moralidade social hegemônica. É um espaço reservado, cujo bem-estar repousa numa fronteira simbólica de anonimato e invisibilidade não apenas dos sujeitos envolvidos, mas do próprio local, que não é demarcado como os guetos.

Os encontros são predominantemente marcados em hotéis e pousadas, equipamentos hoteleiros que já estão sendo ocupados pelo viajante em virtude do trabalho. EA1 (2011), empresário do setor de viagens e turismo, relata o interesse dos viajantes em agenciar hotéis com quartos para casal, certificando-se de que o empreendimento não possui restrições quanto ao acesso de terceiros às unidades habitacionais. De modo geral, todos os entrevistados e alguns diálogos estabelecidos na “zona livre virtual” – como descrito entre “Jorge_HH” e “EmpresárioBR” realizado no *chat* de Lisboa – comprovam a preferência do uso do equipamento hoteleiro como principal local da interação sexual homoerótica.

Mas qual a logística de manutenção do anonimato se, numa hospedagem paga pelo empregador do viajante, o equipamento hoteleiro têm o cadastro do hóspede, sua procedência e ocupação? O depoimento de EV2 expõe detalhadamente como se procedem os encontros imediatos e os mecanismos de proteção estabelecidos.

Quando a gente aluga um quarto, pede com cama de casal, mas que seja pago para duas pessoas porque na fatura constaria esse detalhe. Eu peço um quarto com cama de casal e digo que não gosto da cama de solteiro: é pequena demais e eu acabo caindo da cama [risos]. Usar o próprio hotel facilita muito: eu não tenho que me locomover numa cidade que não conheço direito e também não precisar tirar dinheiro

do bolso se a hospedagem já está paga. Agora, para não causar desconfiança no hotel é só não marcar nada muito além das 20h. Eu desço na recepção, digo que estou esperando um amigo ou alguém do trabalho que precisa subir comigo no quarto para resolver alguma coisa rápida. Os hotéis encrencam se for passar a noite, mas durante o dia e por pouco tempo eles nunca falam nada! Ai eu fico esperando o cara do lado de fora para não perceberem que não o conheço. Dou as instruções e subo para quarto sem precisar dizer meu nome ao cara que acabei de encontrar. A gente faz o que tem que fazer e no máximo em uma hora ele vai embora (...) (EV2, 2011).

Como uma receita culinária, EV2 demonstra com tranquilidade o procedimento que o protege e viabiliza um encontro seguro, em que não há necessidade de trocas de informações entre sujeitos que se encontram para o sexo, nem entre o estranho e o equipamento hoteleiro. Apenas se locomove quem é residente e está familiarizado com a cidade. De modo geral, os entrevistados utilizam esse modelo de encontro quase que da mesma forma. Entretanto, três deles – EV3, EV4 e EV5 – não se encontravam em meios de hospedagem, o primeiro por estar na casa de familiares em Campo Grande/MS; o segundo estava no Aeroporto de Congonhas em São Paulo/SP; e o terceiro por não pernoitar em Florianópolis/SC. Ambos alegam utilizar motéis, meios de hospedagem que no Brasil são convencionalmente alugados por hora para a prática sexual, como segue:

Eu fico na casa de uma tia, então, quando vou me encontrar com alguém tenho que ir ao motel, que ao menos a gente entra sem precisar mostrar o rosto numa recepção, como acontece nos hotéis. Se eu fosse num hotel seria evidente para os funcionários que é um encontro sexual. Também seria

impossível na casa do cara que é casado (EV3, 2011).

Aqui não tem quarto para sexo, né? Bem que você poderia sugerir essa melhoria no aeroporto porque faz muita falta! [risos]. Quando viajo costumo me encontrar no hotel onde fico mesmo, que é mais fácil para mim. Aqui, se tivesse encontrado alguém, tomaria um café como estamos fazendo agora, e se sentisse vontade, iria ali no banheiro: é um local reservado para homens e, com habilidade, entram dois no mesmo box. É uma questão de boa vontade dos dois [risos] (EV4, 2011).

Como eu não durmo fora de casa, acabo indo em algum motel. Se o cara é aqui da cidade eu pergunto a ele onde seria melhor para ele que corre muito mais risco que eu de ser visto (EV5, 2011).

EV4, ao confirmar a mesma prática do encontro em seu meio de hospedagem, traz algo novo nessas sociabilidades: um encontro que, embora nos mesmos moldes já descritos, pode se efetivar numa troca sexual em um local reservado, mas de circulação aberta. O banheiro do aeroporto é um local predominantemente masculino onde dois homens podem, com alguma técnica, adentrar no mesmo box privativo, sem chamar a atenção dos demais, realizando trocas sexuais enquanto esperam seus respectivos voos.

Os aeroportos promovem, como exemplifico neste caso, o encontro entre dois viajantes em um lugar de relações fluídas, sem identidades. A ausência de identidade social e das relações cotidianas é o momento propício ao encontro do “outro”, de desejo sexual semelhante e anônimo igualmente reconhecido. Complementando esse contexto de anonimato, os espaços de passagem que são incapazes de dar forma a qualquer tipo de identidade, como acontece com os aeroportos, correspondem aos efeitos de um presente que Marc Augé (1993) chama de

supermodernidade e que produz “não-lugares”. Para Augé, “se um lugar pode se definir como lugar de identidade, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir como espaço de identidade, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar” (*ibidem*, p. 83). O “não-lugar” designa duas realidades complementares e distintas: os espaços constituídos com certas finalidades [transporte, comércio, etc.] e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços a partir do que o autor chama de “contratualidade solidária”, onde as relações são dadas por identidades contratuais de interesse, regradas pelo consumo. “O espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, e sim solidão e semelhança” (*ibidem*, p. 107), já que uniformiza os indivíduos e impede a formação de grupos ou relações afetivas.

Em outra perspectiva, os residentes se sentem mais comprometidos com o cotidiano do lugar em que vivem e onde transgridem as normas. Para eles, o espaço de sociabilidade sexual é menor e a manutenção do segredo é mais arriscada, como EV5 salienta ao deixar a cargo do residente a escolha do local onde possam se encontrar; e EV3 que admite a impossibilidade de cedência de local do residente em virtude do casamento e sua vida familiar. Por sua vez, argumentam que:

Prefiro ir a um hotel, que é menos suspeito. Até vou em motel, mas fico escondido, abaixado no banco de trás do carro para entrar (ER1, 2011).

Em casa é impossível. O jeito é ir até o cara de fora ou ir no motel (ER2, 2011).

Sempre vou nos hotéis. Nunca tive problemas para entrar. Também nunca precisei usar meu nome: sempre se marca o encontro do lado de fora (ER3, 2011).

O hotel é mais discreto sim, mas motel também serve, na necessidade! (ER4-PT, 2012).

Há uma clara diferenciação para os residentes entre o sigilo do encontro num motel e aquele dos meios de hospedagem convencionais: as pessoas vão ao motel para fazerem sexo. Logo, se, por algum momento, forem identificados, quais as possibilidades de fuga ou proteção de estigmas? O motel outorga, assim, pouca sensação de segurança durante a entrada e saída. Já os meios de hospedagem convencionais oferecem o sigilo pela semelhança e invisibilidade do lugar comum, “normal”: que não tem conotações sexuais e tão pouco, homossexuais.

No primeiro encontro presencial, é recorrente nos relatos encontrados uma pré-disposição ao novo, mas limitada a alguma garantia a efetivação do sexo: seja pelo uso da *webcam* ou por algum contato via telefone, para identificar se a aparência ou a voz não são afeminadas e se ter a certeza que as “semelhanças” que os aproximam são legítimas. Miskolci (2009b) relata que ocorre um “estranhamento” ocasionado pela migração do espaço secreto da *Internet* para a exposição pública, com encontros marcados pelo medo e apreensão diante da incerteza sobre a segurança de sua autoimagem e o possível parceiro sexual. “O encontro face-a-face costuma ser de avaliação recíproca e segue quesitos como conformação a imagens dominantes de masculinidade” (*ibidem*, p. 181), priorizando sempre o sigilo.

Enquanto pesquisador participante, estava sujeito as mesmas situações que esses homens experienciam. Em alguns momentos deparei-me com homens que na “zona livre virtual” apresentavam descrições e informações falsas sobre aparência física, situação conjugal e sexualidade. Ao adentrarmos na “zona livre presencial”, esses sujeitos se apresentavam claramente como homossexuais ou bissexuais, assumindo frequentar livremente os guetos *gays*, bem como sendo solteiros ou casados com outros homens, o que não correspondia ao meu recorte de análise. Alguns encontros também acabaram frustrados, em virtude de homens que não compareciam ao local acordado, fato que eu suponho ter ocorrido ou por arrependimento e medo da exposição pública e de fornecer qualquer informações que lhes pudessem comprometer, ou por

terem conseguido algum encontro sexual posterior ao meu contato, já que era esse o motivo pelo qual os encontrava na “zona livre virtual”. Possivelmente, alguns desses homens estavam na “zona livre virtual” apenas “brincando”, aprendendo a interagir ou reconhecer seus semelhantes, sem necessariamente estarem dispostos ao encontro presencial, sendo os “desencontros” comuns desse processo de sociabilidade.

Dentro de inúmeras tentativas, alguns viajantes se dispuseram a me encontrar para uma conversa informal, na condição de que não haveria nenhuma forma de identificação ou informações pessoais, tão pouco seriam utilizados recursos audiovisuais. Desse modo, as entrevistas foram realizadas sem gravações, a partir de um roteiro semi-estruturado, mas aberto às discussões específicas para cada caso. Com a proibição do uso de recursos audiovisuais, me foi permitido o uso apenas de papel e caneta, obrigando-me a um exercício intenso de transcrições em tempo real.

Todos os encontros foram realizados em locais públicos – na “zona de transição” –, como bares e restaurantes, a fim de evitar qualquer tipo de transposição ao que fora acordado no ciberespaço e estabelecendo uma “zona de segurança” entre o entrevistador e o entrevistado. Além disso, o ambiente do bar, em meio a bebidas e petiscos ajudava muito no processo de relaxamento e alívio da tensão ocasionada pelo estranhamento e aproximação do universo de análise.

Ao logo da pesquisa foram marcados dezessete encontros, dos quais se efetivaram onze: sete viajantes, incluindo dois em Lisboa; e quatro residentes, sendo um também de Lisboa, mas todos brasileiros. Os outros cinco encontros foram descartados: dois que não compareceram e três que não se encaixavam ao recorte analisado como haviam exposto na “zona livre virtual”. A Tabela 2 demonstra as entrevistas concedidas por viajantes, designadas convencionalmente por (EV = Entrevista Viajante); e a Tabela 3, as concedidas por “residentes” (ER = Entrevistas Residentes):

Tabela 2 - Entrevistas realizadas com viajantes na “zona de transição”.

Entrevistado	Tipificação*	Origem	Zona de transição
EV1	Imediato	Brasília/DF	Restaurante em Florianópolis/SC
EV2	Imediato	São Paulo/SP	Bar em Florianópolis/SC
EV3	Agendado	São Paulo/SP	Casa de amigos em Campo Grande/MS
EV4	Imediato	Curitiba/PR	Bar do Aeroporto em São Paulo/SP
EV5	Agendado	Brusque/SC	Bar em Florianópolis/SC
EV6-PT	Imediato	São Paulo/SP	Bar em Lisboa/PT
EV7-PT	Imediato	Rio de Janeiro/RJ	Cafeteria brasileira em Lisboa/PT

Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

* Referente ao tipo de encontro: se imediato a zona livre virtual ou agendado.

Tabela 3 - Entrevistas realizadas com residentes na “zona de transição”.

Entrevistado	Tipificação*	Origem	Zona de transição
ER1	Agendado	Porto Alegre/RS	Cafeteria em Porto Alegre/RS
ER2	Agendado	Florianópolis/SC	Restaurante em Florianópolis/SC
ER3	Agendado	Campo Grande/MS	Cafeteria em Campo Grande/MS
ER4-PT	Agendado	Ribeirão Preto/SP	Churrascaria brasileira em Lisboa/PT

Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

* Referente ao tipo de encontro: se imediato a zona livre virtual ou agendado.

Convencer um homem que está na “zona livre virtual” a conceder uma entrevista foi, sem dúvidas, a tarefa mais difícil do

trabalho de campo, principalmente quando se tratava dos viajantes, que pelo pouco tempo disponível, não me oportunizavam um encontro agendado, a não ser por indicação, como ocorreu com EV3.

Já EV5 estava ainda em sua cidade de residência no interior de Santa Catarina quando foi encontrado utilizando o *chat* de Florianópolis/SC, disponibilizando-me o agendamento para o dia posterior, quando estaria a trabalho na capital. Pela proximidade entre as duas cidades, EV5 raramente pernoitava na capital, o que reduzia ainda mais seu tempo disponível para um encontro erótico, buscado, então, antes da viagem.

Com os outros viajantes as entrevistas aconteceram logo após o encontro virtual, em torno de uma ou duas horas depois, exceto com EV4, coincidentemente encontrado no aeroporto em São Paulo/SP. O caso dos “residentes” era consideravelmente mais fácil, pois eram mais numerosos – como demonstra a Tabela 1 –, e foram entrevistados em suas próprias cidades, possibilitando agendamentos.

Nas entrevistas eram levantados questionamentos referentes à: procedência, idade, relação conjugal e sexual, desejo e prazer homoerótico, frequência de busca, interação virtual e pertencimento a um grupo sexual específico, entre outros assuntos abordados pontualmente em virtude da fala de cada um, como demonstram os Apêndices A e B. A conversa ficava aberta ao assunto sobre o qual cada entrevistado se sentisse mais à vontade e que, de modo geral, se concentrava nos encontros sexuais, no prazer da aventura e no medo do estigma. A família e a vida cotidiana eram apenas tangenciadas, sem detalhamentos.

Mesmo estando os sujeitos conscientes de estarem frente a um pesquisador, era notória a preocupação com a imagem e gestos, que deveriam corresponder ao modelo social de masculinidade, principalmente por se estar num local público. O início era, portanto, apreensivo e decisivo. Nos primeiros minutos de conversa eu deveria expor convincentemente um breve relato da pesquisa que, embora já tivesse sido feito na “zona livre virtual”, precisava se confirmar. A própria ideia da pesquisa era compreensivelmente ameaçadora: após tantos cuidados para se

manter o anonimato, como a presença de alguém que divulgaria métodos e ferramentas por eles utilizadas não representaria uma “ameaça” à invisibilidade?

Em contrapartida, havia, generalizadamente, o interesse em conhecer seu próprio universo, saber daqueles homens que são seus semelhantes mas não se conhecem, embora compartilhem das mesmas expectativas e comportamentos, numa forma de reforço à unidade, numa “comunidade imaginada”. Outro fato marcante da pesquisa foi verificar que, embora não se estabeleçam grupos, existe uma homogeneidade de opiniões e atitudes entre homens que nem mesmo se conhecem, mas que buscam seus semelhantes, seus “camaradas”³⁵. O reconhecimento do sujeito por sua sexualidade é admitido a partir de dois extremos da masculinidade: a do “ser homem” heterossexual e “ser homem” que sente prazer sexual com outro homem, mas que não se enquadra nas categorizações até hoje impostas pela sociedade.

Não há crises de identidade de gênero, tão pouco dúvidas sobre a condição sexual. Não há assumidamente algum sentimento de frustração ou infelicidade ligada ao sexo. Pelo contrário, é notória a externalização da satisfação pessoal e bem-estar no prazer sexual clandestino, como descrevo nos breves relatos que seguem.

7.3 A ZONA DE TRANSIÇÃO

O que intitulo “zona de transição” se refere à uma etapa da “zona livre presencial” formada pelo encontro dos pares sexuais já acordados na “zona livre virtual”. Embora se configure como um encontro afastado da identificação social dos grupos de origem, bem como da identificação pessoal de cada participante, é uma etapa pública do processo de seleção, onde são verificadas as possibilidades reais de interação sexual. É, portanto, um espaço transitório entre a “zona livre virtual” e a

³⁵ Referente à “camaradagem horizontal” da qual se reporta Anderson (2008), em complemento à “comunidade imaginada”.

“zona livre presencial”, que alguns homens estabelecem como forma de garantir segurança sobre suas ações, integridade física e moral.

No decorrer dos três anos de pesquisa de campo, consegui, dentro desse espaço de “transição”, as entrevistas que descrevo abaixo, apresentando nesse momento algumas breves histórias por eles relatadas e que dão maior dimensão do objeto pesquisado.

A primeira entrevista aconteceu em Florianópolis/SC. EV1 foi encontrado por intermédio do *chat* em 23 de maio de 2011. Empresário procedente de Brasília/DF, quarenta e cinco anos, casado há vinte e três anos, com dois filhos, estava na cidade para algumas reuniões na filial de sua empresa. Jorge o encontrou na “zona livre virtual” como “Empresário de Fora”, descrevendo-se como casado, “sigiloso” e “versátil”. Após a revelação da pesquisa, mostrou-se surpreso e interessado em colaborar, desde que em total anonimato, concordando em encontrar-me num restaurante próximo ao meio de hospedagem onde estava. Com fisionomia tranquila e porte quase atlético, demonstrava cuidado com a aparência pessoal, comportamentos e gestos. Fez questão de pedir um prato típico da região: ostras, saboreadas com vinho branco da Serra Catarinense, alegando ser um dos seus maiores prazeres quando a trabalho na Ilha. Apresentava uma conversa descontraída que culminou no seguinte depoimento:

Viajar é uma algo em meu trabalho que gosto muito: quebro a rotina de casa-escritório-casa, faço coisas diferentes, vou mais a bares e restaurantes e acabo comendo pratos típicos. Também conheço pessoas e encontro outros homens parecidos comigo. É isso que eu busco na “net”³⁶! Uso o *chat* porque acho simples e rápido. A gente encontra de tudo lá [risos] (...). Ontem mesmo conheci um cara no *chat* que mora na Lagoa [da Conceição]. Ele também é casado, tem uns trinta e cinco anos e estava

³⁶ “Net” é uma categoria nativa brasileira usada para designar a *Internet*.

trabalhando num escritório aqui perto. Quando saiu, veio aqui e conversamos ali naquela praça do outro lado, pelas 18h. Depois fomos para o quarto e transamos. Foi bem gostoso mas rápido demais: acho que nem 30min. Ele gozou rápido, vestiu a roupa e saiu todo apressado como se tivesse que “pegar o trem” [risos]. Acho que ele estava com medo de se atrasar demais para chegar em casa e a mulher desconfiar de algo. Isso é bem comum! E quando você transa com alguém que nunca viu antes, não se sabe o que vai acontecer, nem se o sexo vai ser bom mesmo. Acho que todos se concentram muito em gozar sem preocupação com o outro. Mas também já tive vários encontros bons durante minhas viagens; alguns inesquecíveis [risos] (...) (EV1, 2011).

Já EV2 é funcionário público federal procedente de São Paulo/SP, com 53 anos e três filhos, está no segundo casamento há quinze anos. Jorge o encontrou no *chat* de Florianópolis/SC, em 17 de agosto de 2011, com o *nickname* “Viajante”, caracterizando-se como casado, “discreto” e preferencialmente “passivo”. Tranquilo e descontraído, barba bem-aparada e cabelos cortados, apreciador de futebol, propôs o encontro em um bar majoritariamente frequentado por homens em dias de jogos de futebol. Divertia-se nas falas misturadas ao entusiasmo do jogo, por vezes, com manifestações eufóricas, típicas de torcedores. O encontro foi único e imediato ao contato virtual.

Adoro futebol! [risos]. Achei interessante a sua proposta: nunca ouvi nada organizado sobre assunto, assim como pesquisa. Eu não saio com outros homens com frequência porque não viajo muito a trabalho: somente uma vez por mês. (...) Sempre que viajo procuro sexo, mas nem toda vez acontece. Acho que também depende um pouco da sorte em encontrar alguém bacana, confiável e discreto. Por isso só procuro casados como

eu! Certa vez conheci um rapaz solteiro, bonitão, mas depois que fui descobrir que era louco: ficou dias me ligando. Ainda bem que o número que dei só usava aqui mas ele me incomodou tanto que tive que trocar de número. Outra vez fui me encontrar com um cara que se fazia de “machão”, todo malhado, forte e “ativo”, mas quando me dei conta, parecia que “andava de salto alto” [risos]. Por isso a *cam* é importante: você vê, escuta, avalia (...) e ainda corre o risco de ter um péssimo encontro, pois não há garantias que o sexo será bom. Só experimentando mesmo [risos] (...) (EV2, 2011).

Ao acionar minha rede pessoal, consegui a indicação de EV3, um empresário de 38 anos, residente em São Paulo/SP e casado há doze anos, sem filhos. A trabalho em Campo Grande/MS, concedeu-me a entrevista em 30 de setembro de 2011, previamente agendada para um jantar na casa de amigos em comum, cujo anfitrião também me concedeu entrevista na qualidade de proprietário da agência de viagens e turismo. De aparência jovem, usava barba, cabelos curtos e bem cortados, transmitia muita tranquilidade, com uma conversa desinibida e bastante interessado na pesquisa, atestando sua identificação com o tema.

Eu sempre tive atração sexual por homens, mas também por mulheres! Tenho uma vida normal. Minha família é muito católica e tradicional: jamais aceitaria uma condição diferente da que vivo. Mas eu gosto do modo como levo a minha vida sexual: saio com homens quando tenho vontade e oportunidade, normalmente quando viajo: quase toda semana [risos]! Uma vez aqui mesmo em Campo Grande/MS conheci um cara muito interessante: bonito, bem-sucedido, “gostoso”, nosso sexo foi ótimo! O problema é que eu quase me envolvi (...), comecei a querer mais e mais e minha

mulher chegou a notar que eu fiquei diferente. Acho que por isso nós casados também buscamos outros casados: não é uma questão de ser heterossexual e não “dar pinta”, mas também é uma segurança para evitar o envolvimento. No caso que te contei, o cara era solteiro e acabou me dando margem para mais contatos, ai eu quase “perdi a cabeça” levado por um desejo bobo! Se ele fosse casado, não teria deixado eu me aproximar tanto e eu teria ficado quieto (...)(EV3, 2011).

Inusitadamente, Jorge estava, em 17 de outubro de 2011, flanando na “zona livre virtual” enquanto eu esperava uma conexão de duas horas entre Campo Grande/Florianópolis no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, quando me deparei com EV4: homem de 58 anos, advogado residente em Curitiba/PR, casado há trinta anos, com um filho; buscando no *chat* – com o *nickname* “H_Congonhas” – interações homoeróticas enquanto passava o tempo de espera de sua conexão para casa. Trajando terno, barba bem cuidada, aparentava muito asseio e boa disposição física, demonstrava sempre cuidado com a aproximação de estranhos, mas concordou em conversar comigo num encontro único e imediato ao contato virtual, numa cafeteria do aeroporto. A base de café e torta de nozes, a conversa foi rica em detalhes relacionados a estigmas e a sofisticação do uso do espaço virtual nesses encontros.

Homens adoram sexo, inclusive entre eles. Em qualquer lugar reservado onde há muitos homens tem sexo! Prova disso são os banheiros, que são naturalmente separados para homens: vai me dizer que você nunca viu um olhar o pênis do outro no mictório ou dois homens entrando no mesmo box? Acontece o tempo todo e todos sabem disso. Se você quer sexo rápido num lugar que não chame a atenção, fique num banheiro público

cinco minutos e logo arrumará [risos]. Mas é claro que devemos ter muito cuidado para não seremos chamados de “bichas” por aí. A *Internet* facilitou muito essa busca: nos *chats* você encontra pessoas próximas a você, com vontade de fazer a mesma coisa. Pode usar a *cam* e saber quem vai encontrar. Claro que riscos existem constantemente, mas é bem mais simples e fácil, principalmente quando você não conhece a cidade e ainda precisa encontrar um lugar de encontros, saber como se chega lá, etc. Além disso, são mais voltados para os *gays*. Eu não gosto de lugares *gays*! Uso o *chat* para encontrar homens quando viajo e acabo transando no hotel mesmo. Também tem que ser discreto e casado, para se ter mais segurança e entendimento entre os dois. (EV4, 2011).

EV5 foi um caso a parte: encontrado no *chat* de Florianópolis/SC quando estava ainda em sua cidade, Brusque, no interior do estado. Homem de 37 anos, empresário do ramo de alimentos, casado há cinco anos, tem um filho. Utilizando o apelido “Homem do Interior”, concedeu-me entrevista em 10 de novembro de 2011 em um bar de Florianópolis/SC, previamente agendada para o dia posterior ao encontro no *chat*, dia em que foi para a capital do estado a trabalho. Aparentemente jovem, alto e robusto, voz grave, deixou a conversa fluir de forma mais natural após os temas relacionados ao trabalho e família serem esgotados, dispondo-se a falar realmente dos temas sexuais em um encontro único.

Brusque é uma cidade pequena e minha família é bastante tradicional. Não existe nenhuma possibilidade de ter um encontro sexual com outro homem lá! Floripa é diferente: tem muita gente e é mais fácil desaparecer na multidão [risos]. Só não quero é chamar a atenção nem comprometer a minha vida familiar. Já me encontrei com alguns homens daqui, mas nunca tive um

“caso”³⁷. Eu tenho que usar o *chat* um dia antes para marcar o encontro. No dia que venho não tem como porque saio bem cedo e trabalho o dia todo aqui. Tenho no máximo duas horas extras antes de voltar para casa. Mas as pessoas buscam sexo para aquele momento que entram: eu sempre pego o telefone e ligo mas, às vezes, a pessoa nem atende. Muitas vezes fui embora sem conseguir nada! (EV5, 2011).

Já em Lisboa, encontrei dois homens com perfis parecidos utilizando o *chat* para encontrar parceiros sexuais imediatos. Ambos estavam hospedados em hotéis e me concederam um encontro único e imediato ao contato virtual, estando assim divididos: EV6-PT, brasileiro de 46 anos, empresário casado e pai de dois filhos. Residente em São Paulo/SP, estava a negócios na cidade. Com aparência séria, fala calma e erudita, tratou dos temas sexuais de modo bastante interessado e expôs as vantagens da viagem internacional nessas práticas. Utilizando o *nickname* “Brasileiro em PT”: casado, “discreto” e “versátil”, concedeu-me a entrevista num bar em 13 julho de 2012. O segundo, EV7-PT, brasileiro procedente do Rio de Janeiro/RJ, é funcionário de uma multinacional, também a trabalho em Lisboa. Muito jovem, com 33 anos, casado e uma filha, tinha aparência muito serena, calma e tímida, com fala e gestos contidos. Encontrado no *chat* em 10 de agosto de 2012 utilizando o *nickname* “H_BR-PT”: casado e “passivo”, dispôs-se à entrevista numa cafeteria tipicamente brasileira no centro lusitano, focando também as relações de facilidades encontradas em Portugal para o sexo entre homens.

Sexo é algo muito presente nas viagens a trabalho: isso acontece comigo há mais de vinte anos. Você sai, trabalha, tem seu momento de lazer, no hotel, sozinho, sem

³⁷ “Caso” é uma categoria nativa brasileira usada para designar um relacionamento amoroso sem vínculos sociais.

conhecidos te observando, o que você fizer só ficarão sabendo se você mesmo contar. Tudo é propício ao sexo! E quanto mais longe de casa, melhor! Se eu busco sexo livremente quando vou a Campinas/SP, que é ao lado de São Paulo/SP, imagine as oportunidades que tenho aqui em Lisboa [risos] (...) (EV6-PT, 2012).

Eu não transo com homens há muito tempo. Isso na minha vida é bem recente porque no outro emprego que tinha quase não viajava. Nesse que estou há quatro anos viajo muito, principalmente para cá e para Londres. O Rio é uma cidade que oferece muitas oportunidades para sexo, mas eu sou muito tímido e medroso. Acho que estou sendo vigiado o tempo todo! Mas a primeira vez que fui a Londres acabei transando com um cara que conheci num *pub* que tinha na esquadra do hotel onde estava. Foi uma experiência muito louca, mas gostosa [risos]. Depois acabei aprendendo como agir, conheci o *chat*, perdi o medo e acabo procurando, quando estou bem longe de casa [risos] (...) (EV7-PT, 2012).

No que tange aos residentes, a proposição era exatamente igual, mas na posição inversa ao viajante, a fim de compreender o processo de encontro. Como exposto na Tabela 1, eles aparecem em maior número, mas foram aqui elencados em menor quantidade por serem os viajantes o foco principal da análise. Descrevo, a seguir, os quatro residentes entrevistados e seus depoimentos.

O primeiro deles, ER1, foi encontrado a partir de minha rede pessoal em Porto Alegre/RS. Homem de 44 anos, funcionário público, casado pela quinta vez há dois anos, com três filhos, tinha voz grave, barba por fazer e cabelos desarrumados. Demonstrava segurança na fala e nos relatos de suas experiências extraconjugais homoeróticas contadas como grandes troféus de conquista e satisfação pessoal, afirmando

que mantém relações sexuais hetero e homoeróticas há mais de vinte anos, principalmente com viajantes. A entrevista foi realizada em 02 de maio de 2011, em Porto Alegre/RS, por agendamento, numa típica cafeteria da cidade.

Eu sempre tive casos fora do casamento, e já até perdi uma esposa por isso [risos]. Com alguém de fora é mais seguro: logo vai embora e não te compromete. Se for casado, melhor ainda! Aqui em POA³⁸ tem muitos homens que vêm de São Paulo/SP, Curitiba/PR e Florianópolis/SC para trabalhar. No *chat* você encontra todos os dias. (...) Como a cidade é enorme, é muito fácil se esconder, ir a lugares mais afastados, motéis e também nos hotéis. Muitos hotéis aqui da cidade eu conheci assim [risos] (...) (ER1, 2011).

ER2, 34 anos, residente em Florianópolis/SC, casado há quatro anos, com dois filhos, é empresário do setor automotivo, encontrado no *chat* com a identificação: “H_discreto”: casado, “sigiloso” e “versátil”. Jovem, aparentando bastante cuidado com o corpo malhado, concedeu-me a entrevista agendada em 10 de agosto de 2011, durante um almoço num restaurante voltado para o turismo, onde já marcou encontros com alguns homens. Acompanhado de frutos do mar e chopp, manteve uma conversa serena e bem direcionada no relato dos inúmeros casos que manteve com viajantes, sem prejuízo de sua ordem social.

Floripa tem muita gente “de fora”: trabalhadores e turistas, que é bem mais tranquilo para um encontro sexual. Confesso que já saí uma vez com um rapaz da cidade, mas depois descobri que morava perto da minha casa, sabia quem eu era e ainda conhecia a minha esposa. Eu pirei! [risos]. Esse mundo é muito pequeno, não dá para

³⁸ “POA” é uma categoria nativa que se refere a Porto Alegre/RS.

arriscar! Depois disso, eu chamo no *chat* quem se identifica como “de fora”. Falei com você porque estava lá que era paranaense: “Jorge_PR”. O viajante, além da vantagem que ofecere por não ser daqui, é bem fácil de conseguir: todo mundo procura sexo rápido quando viaja sozinho, isso é um fato! (...) (ER2, 2011).

Em Campo Grande/MS, encontrei em 15 de outubro de 2011, por indicação da minha rede pessoal, ER3: homem de 41 anos, comerciante, casado há 17 anos e pai de três filhos. No deleite de cafés e doces, a conversa fluiu de modo bastante amigável e aberta. De roupas claras, chinelos e bermudas, ousou falar da intimidade familiar e das relações de sexo homoerótico estabelecidas principalmente na “zona livre virtual”. Nosso encontro aconteceu numa tradicional cafeteria da cidade, por agendamento.

Saio para transar com outros homens sempre que posso, mas isso é limitado pelo trabalho, amigos, família. Acho que o sexo com outro homem é muito diferente do se tem em casa com uma mulher. Em casa, além do sexo, você tem uma vida cheia de cobranças e preocupações. Fora só existe o sexo, é momentâneo e a gente acaba querendo aproveitar tudo que pode. Também quando você troca de parceiro, muda muito o sexo, porque cada transa é diferente. Em casa, é quase sempre a mesma coisa, o que desmotiva um pouco depois de alguns anos. Não que a culpa seja dela: acho que acontece com todos os casais depois de muito tempo juntos. (...) Transar com alguém “de fora”, vez ou outra, até ajuda o casamento [risos]. A *net* é um bom lugar de fuga, um esconderijo, uma válvula de escape dessa tensão. Eu entro muitas vezes sem nem ter como me encontrar com alguém, mas o *chat* me ajuda a relaxar quando me

excito, falo sacanagens³⁹ e me distraio (...)
(ER3, 2011).

Em Lisboa deparei-me com o perfil recorrente de ER4-PT, brasileiro de Ribeirão Preto/SP, 39 anos, casado com uma mulher portuguesa há 8 anos, com quem tem um filho. Reside em Lisboa há 10 anos, onde trabalha numa empresa de segurança privada. Utilizando quase todos os dias o mesmo *nickname*: “H_sigiloso”: casado e versátil, aparentava tranquilidade e preferência pelo uso da *webcam*. Dispôs-se a entrevista agendada em 07 de setembro de 2012, numa típica churrascaria brasileira no centro lusitano, onde fez uma série de observações a respeito das interações sexuais entre brasileiros e portugueses no *chat*.

No *chat* a maioria são brasileiros que moram aqui em Lisboa como eu. Têm portugueses, mas eles não têm o hábito de usar o *chat* como nós. Eles têm os sites deles de encontros. No *chat* você encontra até brasileiros que vão se mudar pra cá e querem saber mais do país e da vida na Europa. Os portugueses que frequentam o *chat* sabem que provavelmente vão encontrar só brasileiros e gostam disso! Também encontram-se turistas, homens de negócios, estudantes que vêm a congressos, etc. Os brasileiros de fora acham estranho quando usam o *chat* e quase não encontram portugueses [risos]. O encontro sexual entre brasileiros por aqui é bem comum: acho que já saí com mais brasileiros aqui que lá no Brasil [risos] (ER4-PT, 2012).

Em sentido amplo, as entrevistas me possibilitaram compreender os sujeitos um pouco mais além do que podia ver

³⁹ Falar sacanagem é uma categoria nativa brasileira que se refere à discutir assuntos relacionados ao ato sexual.

nas “zonas livres”, cuja atuação impera na construção de personagens ideais, sexualmente atrativos. Todas as entrevistas acima relatadas demonstram como o processo de pertencimento à “comunidade imaginada” depende de uma experientiação que os faz aprender como lidar com os riscos e identificar semelhantes, em passos demarcados de conduta pública e camaradagem.

Os residentes descrevem como aprenderam a enxergar no viajante uma proteção para suas vidas cotidianas, tal qual o viajante entende que longe de seu grupo está liberado do controle social que ordena suas ações – incluindo a sexualidade – em âmbito público e privado. Todo o aprendizado para o pertencimento é efetivamente aprendido ao longo da busca por “iguais”; e não através de um processo estabelecido por uma cartilha que contenha as informações gerais sobre o “novo” comportamento. Esse processo, um tanto desconexo, gera uma unidade disforme, relativizada a cada experiência, mas presente em todos os *chats* por onde flanei.

A “zona de transição”, usada por eles como um processo mais seguro e eficaz para o sucesso do encontro sexual representou, durante a pesquisa, um campo complementar do meu trabalho, que dava aos pesquisados a segurança emocional necessária para me concederem as entrevistas. Oportunizou-me ter acesso à informações e relatos que não conseguiria no ciberespaço, em virtude das discussões puramente sexuais e maquiadas pela figura de Jorge.

Além dos relatos acima descritos, esses encontros na “zona de transição” me possibilitaram compreender amplamente o universo de relações de sociabilidade sexual dos pesquisados em comparação à vida cotidiana – profissional, familiar e sexual – e suas relações com a viagem, como segue nos “ecos da viagem”.

PARTE III

ECOS DA VIAGEM

8 OS ENCONTROS

Se a mulher pertence ao marido, o marido só a ele pertence.

Michel Foucault, 1994b

É chegada a hora de desvendar algumas particularidades talvez ainda nebulosas para os leitores, mesmo para aqueles que estão familiarizados com os *chats* e que por algum momento já se depararam com as ilustrações aqui expostas, mas somente conseguem ter dimensão de como realmente ocorre esse jogo de interesses sexuais e sociais ao adentrarem nesse genuíno sistema de sociabilidade homoerótica, como me propus a fazer para essa tese.

Quando, em alguns momentos anteriores, me referi ao trabalho de campo como desafiador e citei as inúmeras dificuldades que tive, não foi senão para indicar ao leitor o longo caminho que precisei percorrer para chegar a esse tópico, onde relato as entrevistas concedidas. Sempre que expunha meu trabalho ao longo do doutoramento, o principal questionamento que recebia era justamente a respeito dos dados: como conseguia ter acesso às informações? Como convencer um homem com sociabilidades sexuais secretas a revelar abertamente essa dinâmica de códigos e práticas?

Em primeiro lugar, preciso destacar que, no início, eu mesmo não sabia para onde essa pesquisa me levaria. Tive, na verdade, quatro períodos distintos de pesquisa que delinearam o que apresentei até aqui e que fizeram parte da minha trajetória e crescimento profissional dos últimos anos.

O primeiro momento se refere ao início de meu doutoramento na UFSC, em 2009, quando comecei minhas pesquisas sobre a temática do sexo ligado ao turismo, enfocando as relações da homossexualidade de turistas que vinham à Ilha de Santa Catarina em busca de lazer, entretenimento e sexo. Foi aqui que passei a entender como o cotidiano e as relações de gênero e sexualidade estão intimamente relacionados à atividade turística, que na Ilha havia sido brevemente abordada por alguns

autores na esfera da heterossexualidade. Embora tenha continuado esse trabalho até 2012, o fiz paralelamente à tese, que me direcionou à possibilidade de pesquisas ainda mais desafiadoras. Foi aqui que descobri os sujeitos que analisei na tese, como também foi nessa fase que moldei toda a minha metodologia de busca e aproximação de pessoas que buscam interações sexuais diversas.

Parti, então, para um segundo momento, onde busquei identificar um recorte da realidade que não tivesse ainda sido estudado, fase onde encontrei a maior parte das referências teóricas que dão sustentação científica à análise. Nesse período, já em 2010, consegui delimitar o recorte e experienciar no ciberespaço os primeiros contatos, os primeiros testes, erros e acertos, moldando uma estratégia de aproximação que foi inspirada em algumas pesquisas já realizadas como a que Richard Miskolci apresentou nos *chats* de São Paulo, embora meu caso exigisse, ainda, outras especificidades, principalmente pela impossibilidade de se manter contatos posteriores com os interlocutores. Aqui também moldei “Jorge”, o personagem que me acompanhou e me substituiu quando a condição de pesquisador muito mais me afastava dos pesquisados do que efetivamente me dava acesso a eles. Mas, até esse momento, havia conseguido apenas diálogos virtuais, conversas informais que pouco me esclareciam as dúvidas ou me davam caminhos a percorrer.

Mais afinado ao tema e estando Jorge mais experiente, entrei na terceira fase, em 2011, quando passei a ter acesso a alguns dos homens que encontrava no ciberespaço. Como? Essencialmente, o que me possibilitou chegar às entrevistas foi o refinamento de Jorge. A cada dia aprendia algo que me ajudava a identificá-lo como membro dessa “comunidade”, fazendo com que ele fosse atrativo e pudesse prender a atenção dos “outros”. Nesse sentido, precisei usar minha imagem que, a todo momento, era solicitada via *webcam*. Logo, essa pesquisa somente foi possível pelo fato do pesquisador ser homem e poder atuar no universo dos pesquisados. Além dos códigos e assuntos em comum aos quais me familiarizei, precisei ultrapassar duas limitações: o fato de não ser casado, onde

adotei o uso de uma aliança enquanto flanava na “zona livre virtual”; e a minha idade, relativamente jovem para o perfil de homens que costumava encontrar, acima dos 30 anos, sendo que eu, na época, tinha apenas 25 anos. Para tanto, passei a usar barba, a fim de aparentar mais idade e demarcar mais os estereótipos da masculinidade hegemônica.

A aliança apenas me acompanhava em exposições virtuais, mas a barba passou a fazer parte da minha imagem, como um personagem que precisei realmente manter. Certa vez, num verão bastante quente, tirei a barba que estava me incomodando. O resultado foi uma expressiva rejeição a Jorge durante alguns dias, como se ele tivesse deixado de pertencer a “comunidade” por ser jovem demais. O uso da barba talvez tenha sido uma das coisas que mais marcaram esse período da minha trajetória. Anteriormente, eu nunca a havia usado; e ela, que pertencia a Jorge, acabou fazendo parte da minha vida e curiosamente gerou recusa de meu grupo social de origem: todas as vezes que retornei ao Mato Grosso do Sul, ouvia de amigos e familiares, manifestações contrárias à imagem do “barbudo”.

A quarta fase se refere ao período que realizei o estágio doutoral no exterior, onde acabei encontrando o mesmo universo de pesquisa situado em Lisboa, confesso, mais por acidente do que por intenção. Em momento algum imaginei encontrar em Lisboa brasileiros que reproduzissem exatamente o mesmo comportamento sexual, utilizando-se das mesmas ferramentas e caminhos, como o roteiro que apresento na Figura 1. Claro que, nessa fase, já estava treinado o suficiente para conseguir as aproximações de modo mais rápido, sem contar que o universo geográfico era menor, apenas uma capital. E eu, que cheguei na capital portuguesa em fevereiro de 2012, sem barba, estava novamente acompanhado dela por volta do mês de abril, quando Jorge retomou suas atividades.

“Ecos da viagem” contempla os relatos e depoimentos que me fizeram compreender a realidade observada, seus fenômenos divergentes da norma social, seus impasses, relações de complementariedade e seus contextos sociais, que descrevo abaixo.

8.1 AS ENTREVISTAS

Em diferentes momentos e intervalos de tempo, as entrevistas concedidas foram sistematizadas a fim de dar ao leitor uma visão prática do que discuti teoricamente até agora. Embora nenhuma entrevista tenha sido igual a outra, já que cada uma acabou apresentando discussões sobre os relatos individuais, os temas gerais como trabalho, identidade sexual pública, cotidiano e moral apresentaram resultados bastante próximos e coerentes, reforçando a minha ideia de que mesmo não constituindo um grupo fixo ou organizado, esses sujeitos se aproximam por semelhança e sentem segurança emocional para romperem a ordem social dominante a partir de um senso de “comunidade” e “camaradagem”.

As primeiras inquietações que eu tinha que compreender eram referentes às relações entre cotidiano e viagem a trabalho, tema que escolhi também para dar margem à moralidade e sexualidade, que como temáticas subjetivas e de ordem privada, precisavam de um ambiente de discussão já amistoso e não seriam convenientes para um início de conversa. Levei também em consideração o fato de que estava me encontrando com homens que haviam trabalhado o dia todo, mas que se dispuseram a me ajudar com a pesquisa. Por isso, tentava manter uma conversa sempre informal e descontraída, de modo a deixá-los muito à vontade como que numa *happy hour*, onde poderiam rir, beber, comer e falar de suas aventuras amorosas sem constrangimentos ou limitações. Os limites, na verdade, eram estabelecidos por eles mesmos, que não se dispunham a responder questionários, tão pouco manter formalidades. Eu apenas conduzia os assuntos para não perder o foco das análises.

O cotidiano foi por eles apresentado como uma engrenagem reguladora do dia-a-dia, onde se concentra a constituição familiar padrão e as noções de moralidade social que regem suas relações públicas e privadas, com a qual aprenderam a conviver e a salvaguardar harmoniosamente. Especificamente, interpretam o curto tempo livre que encontram

entre o trabalho e o descanso durante uma viagem profissional como equiparado ao momento de descanso e lazer⁴⁰ cotidiano, diferenciado apenas por estarem sozinhos, longe de casa e dos “conhecidos”⁴¹, como argumentam alguns deles:

Todos os dias tenho a mesma rotina: tudo igual, a mesma hora para levantar, o mesmo tempo para chegar ao trabalho (...). Estou sempre cansado e entediado! Quando viajo, mesmo a trabalho, essa rotina muda. Claro que, às vezes, é mais cansativo ficar pra lá e pra cá, mas é diferente: tenho mais liberdade e menos cobranças! Rotina você sabe: é cobrança, todo mundo te vigiando (...), sinto-me sempre vigiado! (EV1, 2011) – [*grifo meu*].

Por cotidiano eu entendo toda a minha vida: o que tenho que fazer em casa, no trabalho, com meus filhos, com meus amigos (...). Eu gosto do que eu faço, mas é sim um pouco chato [risos]. Gosto de viajar. Sempre viajei muito a trabalho e com a família nas férias. Acho que viajar é parte do meu cotidiano, embora mude meu dia-a-dia. Fora do escritório eu faço meus horários: é uma rotina alternativa e mais gostosa porque sou menos cobrado (...) e estou fora de casa [risos]! (EV2, 2011) – [*grifo meu*].

Cotidiano é rotina, o que a gente faz todo dia com as mesmas pessoas. A viagem me traz outras coisas: novas pessoas, novos contatos. Mesmo trabalhando eu sou mais livre quando viajo [risos]. (EV3, 2011) – [*grifo meu*].

⁴⁰ Por lazer, Joffre Dumazedier (1973) entende as ocupações das quais pode-se entregar de livre vontade para o repouso, divertimento, recreação e entretenimento ou, ainda, aprimorar conhecimentos e formação desinteressada, desvinculado das obrigações profissionais, familiares e sociais.

⁴¹ “Conhecidos” é o termo normalmente utilizado pelos entrevistados para designar pessoas de seus grupos sociais fixos.

Na viagem eu posso fazer tudo que tenho vontade e não me deixam [risos]. Tenho meus prazeres longe de casa e não prejudico ninguém nem exponho minha família. Viajo em média uma vez por mês e fico três ou quatro dias fora. Então, minhas “escapadas”⁴² já são rotineiras: acontecem em quase todas as viagens. (EV6-PT, 2012) – [*grifo meu*].

Durante as falas, percebia sempre que a ideia de cotidiano lhes gerava descontentamento: um assunto chato, que lhes fez lembrar da rotina, da vida comum. Para eles, o cotidiano se resume àquilo que é banal, repetido todos os dias, que cansa e aprisiona na repetição, o que vai ao encontro das análises realizadas por Lefebvre (1968), Heller (1970) e De Certeau (1994), bem como aos “dispositivos de controle” expostos por Foucault (2004) e que De Certeau se apropria para tratar da vigilância social que o cotidiano impõe às pessoas, embora EV6 exponha uma rotina prazerosa, referente às “escapadas” sexuais que, para ele, são constantes durante a viagem a trabalho. Ambos os entrevistados assumem, para a ideia de viagem profissional, uma postura positiva frente à liberação das regras diárias e da vigilância do grupo social fixo, como uma “rotina paralela” e compensatória.

Partindo desse pressuposto, a viagem é encarada como a quebra dessa repetição, incluindo a fala de EV2, que mesmo considerando-a parte do cotidiano, argumenta ser um momento mais prazeroso, onde as cobranças sociais são menores. Já EV6-PT classifica suas “escapadas” como habituais, reforçando o senso comum de diferenciação entre viagens profissionais e aquelas cujo fator predominante são as férias, compondo a vida profissional dos pesquisados como uma rotina, embora diferenciada pela possibilidade do novo e do socialmente invisível, que não interfere na vida familiar ou profissional,

⁴² Refere-se a escapar da vigilância social ou, neste caso, familiar, pela quebra da monogamia.

aproximando-se das ideias de Krippendorf (1989) sobre o comportamento do turista, que vê na viagem a oportunidade de extravasar seus desejos e comportar-se como normalmente não faz no dia-a-dia.

Pensar a viagem, então, como quebra da rotina, mesmo quando o motivo é o trabalho, cujo tempo livre de descanso é exatamente igual ou por vezes inferior ao tempo habitual, compõe outro contexto de relações sociais, a exemplo de EV4, EV5 e EV7-PT que argumentam:

Eu trabalho muito nas viagens. Aproveito os horários alternativos para ler mais e colocar o serviço atrasado em dia. Uso o tempo que gasto em casa com família para fazer outras coisas. Mas também relaxo mais! Vou sempre a algum bar, nem que seja no hotel mesmo. Minha mulher sempre reclama que eu bebo, então bebo mais quando não durmo com ela [risos]. (EV4, 2011) – [*grifo meu*].

Eu sempre venho para Floripa a trabalho. Acho muito bom porque aqui o trabalho é mais direcionado a reuniões e acordos comerciais. As viagens são curtas e raras vezes durmo fora de casa, mas sempre sobra tempo para aproveitar a viagem e fazer coisas que gosto. Sempre tenho relações sexuais com outras pessoas, mas na cidade pequena é difícil! (EV5, 2011) – [*grifo meu*].

Aproveito o tempo livre na viagem para fazer coisas diferentes e relaxar: bares, lugares novos, bons restaurantes e, claro, sexo diferente. É fácil conseguir sexo longe de casa. Fico mais à vontade para procurar e fazer sexo despreocupado dos problemas do dia-a-dia [risos]. (EV7-PT, 2012) – [*grifo meu*].

Independente do motivo da viagem, ela pode sempre representar alguma forma de compensação, como afirma

Krippendorff (1989), inclusive pelo trabalho nela dispendido. Muitas vezes a viagem é encarada como mais prazerosa e interessante por estar condicionada às interações sociais diferenciadas. Há sempre um momento lúdico e especial ocasionado pela troca entre casa e hotel, bem como pelo entrosamento em diferentes círculos sociais que podem, nesse breve momento, serem escolhidos. Desde o início das entrevistas, a sexualidade acabava de uma forma ou de outra sendo uma das principais motivações para o que se entende, no senso comum dos pesquisados, como uma ruptura momentânea da norma social. EV5 expõe sua busca sexual fora do casamento como algo facilitado pela viagem ao grande centro urbano, fora do alcance de seu grupo de origem e EV7-PT evidencia a facilidade em encontrar sexo durante as viagens por se sentir liberado das amarras de sua vida social cotidiana.

Concomitante à ideia da viagem libertadora, as noções de norma social são igualmente subjetivadas para pessoas que, embora permaneçam no seu cotidiano, têm a oportunidade de se relacionarem, das mais diversas formas, com viajantes. Neste contexto, identifiquei as relações de proximidade entre o residente e o viajante, como demonstram as falas, a seguir:

No meu trabalho eu tanto viajo quanto tenho contato com pessoas de outros lugares aqui mesmo em POA. Encontrar gente diferente é sempre bom. Mesmo quando eu não viajo, vou com o pessoal que veio aqui a trabalho em lugares diferentes do meu dia-a-dia, normalmente alguma região mais turística, para causar boa impressão: os lugares são mais bonitos, os bares são melhores (...). E conversar com quem não conheço sempre faz sentir-me bem, mais solto [risos]. (ER1, 2011) – [grifo meu].

Aqui em Floripa sempre tem turista e gente de outras cidades do interior que vem a

trabalho. Eu conheço muita gente “de fora”⁴³ no meu trabalho e isso é legal porque sempre estou conversando sobre coisas diferentes (...) fazendo coisas diferentes, sabe?. O pessoal daqui é sempre mais fechado, todo mundo se conhece e tem medo do falatório. Com o pessoal “de fora” não é assim. As coisas acontecem mais rápido (...). (ER2, 2011) – [*grifo meu*].

Pessoas de outras cidades são sempre legais, né! (?). Acho que aqui é tudo mais fechado e as pessoas estão sempre usando uma maquiagem que esconde a “cara”⁴⁴. Tudo é muito fake⁴⁵! Eu mesmo sou um aqui e outro com quem que não me conhece. Eu não viajo muito porque o trabalho não deixa, mas gostaria de sair mais e ter outras oportunidades de encontrar pessoas diferentes. (ER3, 2011) – [*grifo meu*].

Sempre tenho contato com gente “de fora” por causa do trabalho. Na empresa tem muita gente de outros países e bastante do Brasil. Com os brasileiros é mais fácil ter contato: a gente tem assunto para puxar, a língua é a mesma e os brasileiros adoram conhecer outros brasileiros aqui fora. (ER4-PT, 2012) – [*grifo meu*].

Na formação da zona de segurança na qual se estabelecem contatos com viajantes, pode-se experienciar o convívio social diferente sem necessariamente haver viagem,

⁴³ “De fora” é uma categoria nativa brasileira bastante utilizada no ciberespaço para se referir a pessoas de outras cidades e regiões que não aquela de quem fala.

⁴⁴ “Cara” é uma categoria nativa brasileira que aqui se refere a rosto ou face, mas que também pode corresponder a “homem”.

⁴⁵ “Fake”, originário do inglês “falso”, é uma linguagem muito utilizada pelos brasileiros no ciberespaço e comumente encontrado como expressão cotidiana para se referir a uma mentira ou falsidade generalizada.

pois o “diferente” é capaz de motivar as rupturas da repetição social a partir do “outro”, o “de fora”, que especificamente deixam ER1 mais à vontade e ER2 mais tranquilo quanto a comentários entre conhecidos. Na afirmação de que seu cotidiano é *fake*, ER3 remete à comparação de Goffman (2002) sobre a encenação social da vida cotidiana, assumindo a criação de um personagem para persuadir o par sexual que lhe é conveniente e manter a aceitação de seu grupo de origem. Já ER4-PT salienta que seu trabalho lhe proporciona encontrar novas pessoas e que sua brasilidade é um atrativo a outros brasileiros em visita a Lisboa, o que reforça a noção de “tribo” de Maffesolli (2000), onde um brasileiro sempre encontra conforto e segurança na proximidade do outro, o seu “semelhante”.

Ainda sobre a temática das viagens, os homens analisados entendem que não são turistas por estarem numa viagem profissional, longe de suas famílias. Entretanto, algo passou a me intrigar durante a *flânerie* pela “zona livre virtual”: eram constantes os encontros com homens que se autoidentificavam “turistas” como uma qualificação para os residentes. Nas entrevistas, no entanto, unanimemente os sujeitos reafirmam as diferenciações entre viagem e turismo, como segue:

Eu não sou turista! Adoro viajar, mas faço turismo quando viajo para descansar, o que faço apenas uma ou duas vezes por ano, dependendo do trabalho. Eu gosto de ser turista, mas quando penso nisso, penso sempre na minha família (EV1, 2011) – [*grifo meu*].

Turista? E turista trabalha? [pergunta com estranhamento]. Achei que turista só viajasse nas férias, não? (EV2, 2011) – [*grifo meu*].

Turismo eu faço sempre com minha esposa! Estou aqui trabalhando [risos] (EV3, 2011) – [*grifo meu*].

Viajar a trabalho é sempre cansativo e desgastante. Mesmo saindo da rotina, acho que trabalho não combina com turismo! Não

saio por ai tirando fotos de nada nem visitando pontos turísticos nas viagens profissionais, até porque não dá tempo (EV4, 2011) – [*grifo meu*].

Não, eu não sou turista, a não ser nas férias do meu filho. Ai sim, programamos sempre uma viagem para algum lugar diferente que seja bom para criança (EV5, 2011) – [*grifo meu*].

Eu até faço turismo em momentos de lazer, mas isso é raro. Se posso visito os pontos turísticos que não conheço, vou a bares e festas típicas. Mas turismo sempre me faz lembrar da família. Penso que quando viajo a trabalho eu passeio e relaxo! [risos] (EV6-PT, 2012) – [*grifo meu*].

Eu adoraria ser turista nessa viagem, mas tenho que trabalhar! (EV7-PT, 2012) – [*grifo meu*].

Há um consenso nos entrevistados para a prática turística ligada às atividades de lazer, fora dos compromissos sociais e cotidianos, como apontam Urry (1996) e Barretto (2006). Contudo, eles não menosprezam a condição de turista como Boorstin (1914) e Urbain (2002), que o definem como alguém que é desprovido de identidade e apenas experiencia coisas falsas; como um ser abitolado. Ao contrário, demonstram apreço pelo turismo enquanto prática de férias e descanso, que costumam realizar com suas famílias, comprovando que, independente do uso agenciado de infraestrutura turística e equipamentos de lazer, o divisor de águas está na representação do trabalho como obrigação cotidiana presente ou não na viagem, que vai ao encontro da pesquisa realizada por Barretto (1996) com homens em viagens de negócios, que não se reconhecem como turistas.

Em contrapartida, aqueles que pertencem ao lugar onde transitam esses viajantes e que com eles se relacionam,

apontam que a qualidade é não pertencer ao lugar, ser “de fora”, independente da condição de viagem profissional ou turística, como demonstram nas falas:

Eu não acho que o homem que viaja a trabalho seja turista, até porque eu sempre faço isso não me acho turista. Mas quando o meu interesse é conhecer alguém “de fora” realmente não me importo com isso. O importante é não ser da minha cidade. O que está fazendo aqui não me importa! (ER1, 2011) – [grifo meu].

Tanto faz [risos]! Turista ou não, a gente procura alguém de outra cidade para se sentir seguro, não ter amigos em comum (...) (ER2, 2011) – [grifo meu].

Olha, eu conheço muita gente de outras cidades menores que quando estão aqui em Campo Grande aproveitam para fazer coisas que não fazem nas suas. Alguns vêm a trabalho e outros na condição mesmo de férias ou para ir em festas, boates, bares. Eu até acho que esses são turistas, mas honestamente, não vejo muita diferença entre quem vem a trabalho e quem vem a passeio. Se os encontro “na noite”, são todos iguais e estão procurando a mesma coisa (...) (ER3, 2011) – [grifo meu].

Turista ou não, o importante é não ter o mesmo convívio social, né? Já encontrei muitos turistas em férias (...). Aqui na Europa é bem comum encontram turistas que viajam sozinhos e que também saem procurando sexo na *net*, nas boates, saunas (...) (ER4-PT, 2012) – [grifo meu].

A condição de viajante, na perspectiva dos homens locais, funciona muito mais como um atrativo que propriamente uma distinção entre viajante e turista, onde não se estabelecem

relações de inferioridade, mas de complementariedade entre os dois casos. ER3 demonstra claramente em sua fala que nos momentos de encontro social entre residentes e viajantes ou turistas, são todos iguais, distintos somente pela origem geográfica que, em sentido amplo, os qualifica. Já ER4-PT demonstra que a qualidade de viajante na Europa inclui uma boa parcela de turistas solitários, referindo-se aos conhecidos mochileiros, o que demonstra também a amplitude de encontros ocasionados na “zona livre virtual”.

Durante a pesquisa de campo, um fato interessante na observação participante foi perceber como existe uma transmutação de valores por parte dos mesmos viajantes, que negam a condição de turistas a partir do trabalho, mas a utilizam como atrativo na busca sexual. A condição “de fora” a qual se referem nas falas anteriores é sempre reportada como qualificação e habilitação para sociabilidades sexuais mais seguras, enunciadas nos *nicknames* dos *chats* de inúmeras formas, seja como: “de fora”, “sozinho no hotel”, “turista”, “turista paulistano”, etc.

Das entrevistas concedidas, apenas EV1, EV2 e EV6-PT identificavam-se como “turistas” na “zona livre virtual”. Embora neguem estar realmente na condição de turistas, utilizam essa designação como personagens que lhes dão acesso aos “outros”, salientando que:

Faço isso sim, mas para facilitar os encontros. Ser ou não turista não importa! É melhor do que dar detalhes do meu trabalho. Acho que “ser turista” já é uma identificação genérica (EV1, 2011) – [grifo meu].

Quando não se quer dar muitas explicações, “ser turista” é mais fácil! Acho que não tem diferença. Eu mesmo me importo que seja casado e discreto, mas pode ser branco, preto, amarelo, turista [risos]. Agora, para quem é da cidade sim, ser turista é mesmo uma qualidade, é ser “de fora” (EV2, 2011) – [grifo meu].

No chat todos somos turistas [risos]! Eu não quero encontrar um companheiro. Isso já tenho em casa. Então na *Internet* tenho encontros casuais com pessoas que não voltarei a ver (...). Me sinto fazendo turismo porque estou lá à lazer buscando prazer! [risos] (EV6-PT, 2012) – [*grifo meu*].

O reforço dado ao anonimato social cotidiano pela construção engenhosa de um personagem atrativo articula um “efeito camaleão”, onde cada pessoa se traveste da aparência que lhe convém: o “homem de fora”, que pode ser também chamado de “turista”. Esta conveniência remete à comparação de Goffman (2002) sobre o ator e o sujeito social, inebriado de técnicas para se fazer crer e ser aceito pelo grupo no qual tenta, em algum momento, se inserir, seja na sociedade, seja na platéia, articulando todas os recursos disponíveis para persuadir o coletivo e salvaguardar a vida privada no que tange às práticas sexuais divergentes, inclusive, no ciberespaço.

Nesse espaço paralelo, as noções de identidade social são mutáveis e completamente relativas: ora o sujeito se mantém e reafirma o cotidiano no trabalho, ora se assume um “turista” descompromissado, cuja importância está apenas em “ser turista” para garantir sociabilidades sexuais seguras e anônimas entre um “homem local” e o “outro”, de outro lugar.

As noções de distanciamento social do grupo fixo, aproximação entre iguais e reaproximação do grupo fixo, que fomentam a busca sexual fora dos contextos heteronormativos cotidianos, ocorrem, em sua maioria, de maneira invisível, camuflada e inserida na rotina dos grandes centros urbanos. Assim, a experiência sexual fora do casamento e da moral social se rompem num processo liminar entre a vida pública e a privada, concretizando a realização de desejos sexuais sem prejuízos a imagem social do “homem heterossexual”.

Para melhor compreender os processos em que se iniciam as buscas sexuais, busquei informações numa fonte paralela a minha pesquisa: um homem que, embora não esteja no universo dos pesquisados, está diretamente envolvido com as práticas de

viagens a trabalho. EA1, empresário brasileiro do ramo de viagens e turismo, que atende empresas dos mais variados ramos em viagens de negócios, em entrevista (Apêndice C) salienta a forte presença de homens nas viagens e a afirmação da identidade heterossexual de seus clientes.

Eu atendo diversas empresas públicas e privadas como uma espécie de serviço terceirizado. Organizo a viagem, hospedagem, alimentação, traslados, e outras coisas que variam conforme a necessidade das empresas. (...) Atendo majoritariamente homens. Sempre recebo os dados dos viajantes e alguns deles entram em contato direto com a agência para pedir coisas específicas, do tipo quarto para casal, mesmo viajando sozinhos (...). Pedem informações das cidades que nunca foram. Querem saber sobre os bares, restaurantes, o hotel (...). Alguns perguntam sobre poder levar alguém para o hotel, sobre as mulheres e os lugares onde podem encontrar sexo [risos]! Essas coisas eu não agencio, mas informo, se me perguntam (EA1, 2011) – *[grifo meu]*.

No momento em que, na entrevista acima citada, há o contato direto com relações de sexualidade, a identidade social de gênero é reforçada pela predominância da masculinidade hegemônica [heterossexual] enraizada no senso comum, tal qual tratam Almeida (2000) e Connell (2005), onde atestam um interesse sexual “natural” por mulheres, já que são homens. Quando questionado a respeito das representações de identidade masculina de seus clientes na busca sexual dessas viagens, EA1 complementa:

Eles [os viajantes] sempre me pedem informações sexuais das cidades. Querem

saber se o hotel é perto de algum ‘puteiro’⁴⁶ e se não há problemas em levar alguém para o hotel. Por isso já me pedem quarto para casal! E sempre por telefone escuto comentários do tipo: “sabe como é: a gente tem que relaxar depois de um dia de trabalho!” [risos]. Também pedem sempre discrição, pois não querem que na empresa saibam de algo: a maiora tem esposa e filhos. (...) Indico locais variados, mas ninguém nunca me pediu algo voltado para gays. Às vezes, percebo que eles querem saber, pois me pedem todos os lugares de sexo e boates nas cidades-destino. Quando isso acontece, indico e especifico se o lugar é gay ou normal. Como não os acompanho, não sei exatamente para onde vão, mas também apenas uma vez recebi reclamações de que não havia necessidade de indicações gays [risos]. A gente não consegue agradar todo mundo, mas acho que o desejo por sexo está sempre presente! (EA1, 2011) – [grifo meu].

A busca sexual é constante e, por vezes, generalizada, na clara fala de EA1, que afirma perceber algum tipo de interesse dos clientes em lugares destinados ao público homossexual, embora de maneira velada. Há, ainda, uma distinção a respeito do que é “gay” e o que é “normal”, remetendo-me mais uma vez a Almeida (2000, p. 90) que afirma que, para cultura ocidental moderna, “ser um homem normal é ser um homem heterossexual”. Sobre a fala “acho que o desejo por sexo está sempre presente” (EA1, 2011), há a confirmação da presença da sexualidade na viagem, justificada pelos clientes da agência como um momento de “relaxamento” pelo dia de trabalho, onde distanciamento das relações fixas, revela novas oportunidades

⁴⁶ “Puteiro” é uma categoria nativa brasileira que designa as casas de sexo destinadas a homens que buscam relações homo ou heterossexuais.

para a satisfação de desejos que, embora velados, podem incluir o sexo transgressor à moral social.

Sobre a noção de moralidade aplicada a seus comportamentos sexuais divergentes, questionei-os sobre o que pensam a respeito de serem considerados “anormais” ou “desviados”. Eles, por sua vez, interpretam o “desvio” como algo relativo aos homossexuais “assumidos”, mas inerente à atividade sexual anônima, como segue:

Acho que o homossexual é desviado: ele contraria a sociedade. (EV1, 2011) – [*grifo meu*].

Não me vejo desviante nem desvio ninguém porque o que faço na minha vida íntima só diz respeito a mim. Se faço o que tenho vontade e não prejudico ninguém, não posso estar cometendo nenhum erro. (EV3, 2011) – [*grifo meu*].

Desvio? Isso é coisa de gay, que sai por ai dando mau exemplo ou fazendo o que a gente sabe que não está certo. Na vida particular você tem o direito de fazer o que quiser, mas la fora tem cobrança, preconceito e formalidades que impendem essa vida sem regras. (EV5, 2011) – [*grifo meu*].

Acho que desvio é confrontar a sociedade e isso eu não faço. (EV7-PT, 2012) – [*grifo meu*].

Em conformidade com Becker (2008), Miskolci (2005) e Velho (2003a), os sujeitos entendem que a formação do processo “desviante” está no confronto social. Nesta perspectiva, isentam-se da possibilidade de causarem qualquer desajuste à norma, visto que as sociabilidades homoeróticas que experienciam permanecem no âmbito privado, longe de identificação pública do homossexual, entendido como verdadeiro “desviante”: ele é quem enfrenta a sociedade e “sai

por ai dando mau exemplo ou fazendo o que a gente sabe que não está certo” (EV5, 2011).

Há uma rejeição generalizada ao *gay* e a imagem do feminino, que pode vir a comprometer a masculinidade hegemônica na qual se inserem esses homens. Os depoimentos que seguem demonstram as diferenças estabelecidas entre eles e os outros – os “desviados” – com quem não se relacionam, embora estabeleçam semelhanças pelo desejo homoerótico.

Nunca saio com *gays*. Eles não me atraem e também não gosto da ideia de ser comparado a um deles só porque às vezes transo com outro homem. Uma coisa não tem nada a ver com a outra! (EV1, 2011) – [*grifo meu*].

Eu acho que as pessoas enfeitam demais os conceitos: na prática, *gay* é afeminado ou assumido, que todo mundo sabe que é! Eu sou um cara “normal”: tenho minha família e vivo como mandam os bons costumes. Gosto de transar com outro homem, mas jamais seria *gay*! (EV2, 2011) – [*grifo meu*].

Gosto de homens iguais a mim e não tenho atração sexual por *gays*. (EV3, 2011) – [*grifo meu*].

Não gosto de “bicha”. Acho que todo mundo pode ser o que quiser, mas eu tenho família e não posso expô-los às minhas safadezas. “Bicha” chama a atenção, mesmo se não for afetada: só de ser conhecido já é um risco! (EV4, 2011) – [*grifo meu*].

A viagem é a trabalho. Por mais longe que esteja de casa, pode-se sempre encontrar alguém conhecido. Por isso, não dá para sair com *gays* nem frequentar os mesmos lugares. Eu não me sinto seguro: parece que tem sempre alguém que me conhece e pode me entregar. O *gay* já não tem nada a perder: não tem problemas na família, nem

no trabalho porque ele assume que só gosta de homens. Fica com você hoje e amanhã todo mundo pode ficar sabendo! (EV5, 2011) – [grifo meu].

Prefiro outros homens casados. É mais seguro e menos provável que sejam afeminados. Tem muito homem feminino por ai bancando o machão, mas o casado sempre tem um comportamento mais masculino porque não convive com o mundo gay. (EV6-PT, 2012) – [grifo meu].

Quando era adolescente até pensei que fosse gay porque tinha atração por homens, mas nunca quis ser mulher e sempre tive uma vida normal. Acho que os gays são excessivos, escandalosos, chamam muita atenção. Isso não me agrada! (EV7-PT, 2012) – [grifo meu].

Ao longo de todas as discussões enveredadas pela busca sexual e a escolha do melhor parceiro, a questão da identidade social é sempre marcada pela rejeição à homossexualidade. Em contrapartida, há a naturalização do prazer homoerótico, que não pode ser externalizado para não se enquadrar nas designações desviantes da heteronormatividade, que separam os “homens normais” dos “gays”, como claramente expõe EV7-PT ao argumentar que, embora tivesse alguma dúvida, não poderia ser gay porque tinha uma “vida normal” e nunca quis ser uma “mulher”.

Essa simples reprodução do senso comum me fez lembrar da pesquisa de Fry (1982) sobre a categorização da homossexualidade no Brasil, onde expôs o papel do “machão” como um homem exclusivamente ativo que até poderia manter relações sexuais com outro homem “passivo” – o “bicha” – sem atingir sua masculinidade. Alguns conceitos enraizados na cultura popular e no senso comum, como as categorias nativas do “macho” em contraposição ao “bicha” apresentam, ainda hoje, reflexos evidentes tanto na sociedade em geral como entre

aqueles que experienciam a relação homoerótica. Contudo, havia aqui uma diferença: a noção de “bicha” me parece equiparada ao conceito de *gay*, como homossexual assumido, e não como exclusivamente uma característica do homem “passivo”.

Ao ser questionado a respeito do tema, EV4 – único entrevistado que se reconheceu exclusivamente “ativo” – argumenta, sem nenhuma demora, que a diferença entre eles e os *gays* realmente está na noção de “assumir” a homossexualidade e não pelo prazer sexual passivo, e os vícios de linguagem que podem ter conotações de preconceitos ao “passivo” se devem efetivamente ao inconsciente, àquilo que aprendeu em seu grupo social de origem.

Falo em “bicha” porque é assim que aprendi a chamar o *gay*. Se é pejorativo, não faço por maldade. Cada um vive do jeito que é feliz e acha que é melhor para si! Mas quis dizer que “bicha” é o *gay*, o homossexual assumido. Isso eu não gosto porque pode sobrar para mim. Mesmo se o “cara” não for afeminado, se me disser que é *gay* eu já não saio com ele. O “passivo” que procuro e transo não é “bicha” porque tem esposa, filhos, uma vida normal (...) (EV4, 2011) – [grifo meu].

O entendimento e justificativa que os pesquisados encontram para as práticas homoeróticas esporádicas está na noção de desejo e prazer, que é íntimo e não afeta a vida pública. Já a identidade social de gênero lhes é imposta, compondo um “dispositivo de ordem” no viver social, tal qual Foucault (2004) expõe sobre o controle prisional, que cria uma sensação de vigilância constante. Entendo que os procedimentos técnicos cotidianos engendram uma vigilância generalizada da sexualidade, que não apenas é reproduzida pela norma heterossexual, mas também nas possibilidades de igualdade e aproximação das práticas homoeróticas experienciadas apenas em segredo – o mesmo que Simmel (1905) se refere à uma parte da vida individual que é mantida longe dos olhos da sociedade,

longe da vigilância pública – na clandestinidade do grande centro urbano.

Assim, os sujeitos pesquisados se reconhecem a partir da imagem pública heterossexual, que Lanzarini e Machado (2010) definem como uma imagem coletiva que suprime subjetividades. Tomando, então, a heterossexualidade como referencial moral, eles se diferenciam das divergências ao negarem qualquer proximidade com a homossexualidade, isentando-se dos “desvios” apontados por Becker (2008) ou dos estigmas de Goffman (1988), numa autodefesa que lhes proporciona tranquilidade e bem-estar no cotidiano.

De igual maneira, os residentes encontram na identidade homossexual um enorme risco a suas vidas públicas, uma vez que se expõem a um perigo iminente de serem descobertos, por estarem próximos do grupo social de origem, mesmo no grande centro urbano. Nessa perspectiva, enfatizam muito a relação do casamento ligada a ideia do segredo, reproduzindo a masculinidade hegemônica e sustentando o discursos de seus potenciais parceiros [os viajantes]:

Claro que eu busco homens parecidos comigo, preferencialmente casados também. Sinto-me mais seguro quando alguém tem a mesma coisa a perder que eu. (ER1, 2011) – [grifo meu].

Não entendo que sexo de vez enquanto entre homens seja sinal de homossexualidade. Somos homens normais que, às vezes, gozam com outros homens! (ER2, 2011) – [grifo meu].

Alguns caras são mais afetados⁴⁷ que outros. Nem todos são tão discretos, mesmo casados com mulheres. Mas normalmente os casados são os que menos nos causam surpresas na hora do encontro. Fora que não

⁴⁷ “Afetado” é uma categoria nativa brasileira que designa “homem afeminado”.

“ficam no pé”⁴⁸, não ligam no outro dia. (ER3, 2011) – [grifo meu].

A gente tem família e não da para ficar a arriscar em sair com qualquer um. Sempre tem gente louca na *Internet*, que pega o seu telefone e depois fica a ligar, sem parar. Só saio com casados porque não são gays e também não querem problemas em casa, como eu. (ER4-PT, 2012) – [grifo meu].

A sustentação da norma nas falas é ressaltada a partir de dois pontos convergentes: primeiro, todos os envolvidos são “homens normais”, que não são identificados nem se identificam como *gays*; segundo, todos atestam suas sexualidades a partir do casamento heterossexual, que no processo de seleção entre homens garante, teoricamente, um contato privado momentâneo – sem intenções de continuidade – e um contato público seguro, visto que as sociabilidades heterossexuais são consideravelmente corriqueiras, comuns e invisíveis, legitimando a normalidade da vida cotidiana.

A identidade heterossexual é mantida e reafirmada no dia-a-dia pelo casamento, que é apresentado como prioritário e público: prioritário por constituir a vida social pública; e público por manter a imagem do “homem” salvaguardada de estigmas. As noções de moralidade e bem-estar social estabelecem interrelações de autodefesa pela vida conjugal que passa a ter, então, um papel inverso à moralidade monogâmica ocidental: ser casado entre eles é um pré-requisito, um atrativo, uma qualidade.

Ao serem questionados a respeito das relações de conciliação entre o casamento heterossexual cotidiano e suas incursões extraconjugais homoeróticas, apresentam o desejo como algo intrínseco às suas sexualidades, uma força quase que incontrolável que, mesmo tendo conflitos sociais – por não ser aprovada pela sociedade – acaba reproduzindo as noções de dominação do homem frente à mulher, e da fidelidade como um

⁴⁸ “Ficar no pé” é uma expressão popular que se refere à insistir em alguma coisa ou pessoa de quem se quer algo.

benefício exclusivamente masculino, como já argumentava Foucault (1994b). Apresentam, também, uma estreita ligação entre o preconceito e a autodefesa sobre o que consideram “divergente”, a saber:

Ter um casinho fora do casamento é natural, não? Nem sei quantas vezes percebi isso dentro de casa: meu pai era bem namorador! Meu irmão mais novo também é casado e está sempre me chamando para umas farras⁴⁹. Acho que isso é normal de homens! [fala com ênfase]. Eu não acho errado, desde que minha esposa não saiba, nem afete minha família. É somente sexo, não sou gay! (EV1, 2011) – [grifo meu].

Não é certo trair. Eu mesmo não aceitaria! Mas tenho desejos e gosto de realizá-los, principalmente aqueles que não dizem respeito às mulheres. De homem para homem, entende? [risos]. Acho que é imoral sair por ai na frente de todo mundo fazendo o que não é comum, embora muita gente faça! Mas eu sou bem discreto e não tenho problemas com a sociedade. (EV2, 2011) – [grifo meu].

Ah, não vejo minhas aventuras fora do casamento como traição. Acho que é uma maneira de ser feliz e manter meu casamento bem. Eu preciso de outro tipo de sexo, mas não penso em abandonar meu casamento por isso: claro que ele é mais importante! Também não acho certo sair com homens estando casado com uma mulher, mas eu sou assim desde criança: não é algo que escolhi para a minha vida. Se fosse uma escolha, não a teria feito! Mas também não vejo como algo ruim. Ruim é o preconceito que não vem de mim, embora, às vezes, me domine! (EV3, 2011) – [grifo meu].

⁴⁹ Neste ponto, EV1 (2011) refere-se às festas sexuais extraconjugais.

Sexo é coisa natural de homem. Desde que não faça nada que envergonhe a sua família, não tem nenhum problema. É somente prazer: não tem envolvimento nem continuidade. Começa e termina na trepada⁵⁰! Mas eu não tenho atração por gays. Eles sim têm problemas com a sociedade, eu não! (EV4, 2011) – [grifo meu].

Gosto muito de transar com outros homens. Sei que não é certo porque sou casado, mas não consigo me controlar. Por isso faço em outras cidades enquanto trabalho, que é mais seguro! Eu tenho minha vida normal com minha família, mas cometo meus pecados por aí! (EV5, 2011) – [grifo meu].

Desde que não se faça a família infeliz, não tem nada errado em ter momentos de prazer que são só seus: sou casado há 17 anos e sempre tive meus momentos de fantasia. Viajo muito e isso facilita tudo! Não me vejo com nenhum desvio de conduta porque todo mundo tem suas perversões e segredos: tem muita gente que faz o mesmo que eu! (EV6-PT, 2012) – [grifo meu].

Eu faço o possível para evitar traição, acho que minha esposa não merece. Mas eu sinto muito desejo por homens desde adolescente e não consigo evitar. Às vezes me sinto culpado, um cretino! Certa vez li que pode ser uma doença, um problema genético, ou coisa assim. Não sei se é isso mesmo, mas eu tenho conseguido conciliar esses desejos a minha vida quando viajo a trabalho porque normalmente vou sozinho. (EV7-PT, 2012) – [grifo meu].

⁵⁰ “Tregar” é uma categoria nativa brasileira que designa o ato sexual casual, sem compromissos conjugais.

Há um consenso no uso do desejo homoerótico para justificar a busca por relações extraconjugais, embora EV2, EV5 e EV7 considerem este comportamento errado e injusto com suas esposas. Os outros, em contrapartida, entendem o sexo como algo intrínseco ao comportamento do homem, que EV1 salienta como “aprendido em casa”, tal qual a heterossexualidade compulsória descrita por Rich (1980) e os estudos de Foucault (1994b) sobre o comportamento matrimonial dos gregos, onde o homem já tinha o privilégio de não estar amarrado sexualmente ao casamento.

Em sentido amplo, identifiquei nesses homens um *ethos* de classe média burguesa conservadora da qual trata Almeida (2000) para justificar a imagem moral da heterossexualidade que é reproduzida às massas como forma de controle social. Ao contrário do que se poderia pensar, os pesquisados não compõem um círculo de homens que estão abertos às diferenças sociais e sexuais, mas sim, excluem o diferente [o homossexual] e aceitam o sexo fora do casamento porque são “homens”.

Os casamentos heterossexuais firmam-se como prioritários sobre o desejo homoerótico, que é realizado sem “envolvimento nem continuidade”, como argumenta EV4, ficando o desejo no campo do efêmero, do clandestino. EV5 faz, ainda, menção a noção “pecado” – ele se denomina católico praticante –, o que me remete às influências do Cristianismo na naturalização do gênero pelo sexo reprodutivo, como expõe Almeida (2000) sobre a prevalência da masculinidade heterossexual como hegemônica na sociedade ocidental. Já EV3 e EV6 entendem que o problema da divergência é social, e não propriamente do comportamento individual, havendo menos conflitos pessoais.

A condição de fluidez identitária nas diferentes “zonas livres” e senso de camaradagem entre “iguais” no grande centro urbano é facilmente comprovada nas falas que seguem:

A gente se reconhecer na *net* por ser casado e ter jeito de “macho”: isso é atrativo, uma parceria segura. Mas é claro que a parceria também acontece porque um entende o outro: não existe cobrança nem perguntas sobre trabalho e família. Eu nunca digo meu

nome verdadeiro e sei que ninguém diz também. É uma mentira que a gente entende e não se importa. (EV1, 2011) – [*grifo meu*].

Somos parceiros, mas sem intimidades sobre a vida pessoal. É só sexo: tesão e prazer! (EV2, 2011) – [*grifo meu*].

Temos os nossos códigos: quando o cara diz que é funcionário público, isso já significa que não vai falar nada específico. Se fala uma profissão, a gente já presume que é mentira [risos]. Então, é parte do “acordo” aceitar a mentira sem questionar demais. (EV3, 2011) – [*grifo meu*].

Eu nunca uso meu nome. Sobrenome nem tenho [risos]! Mas há um predomínio de nomes comuns e bem masculinos: João, Pedro, José, Antônio, Jorge, Adão, Augusto (...). As profissões também são genéricas: médico, advogado, empresário, funcionário público, etc. (EV4, 2011) – [*grifo meu*].

As pessoas costumam mentir na net e no encontro é bem fácil perceber a mentira, mas isso não interfere no sexo, a não ser quando a mentira é sobre a aparência: você vai encontrar o Romeu e quem aparece é a Julieta⁵¹ [risos]. (EV5, 2011) – [*grifo meu*].

Se eu tenho as mesmas necessidades e desejos que outros, por que não nos ajudarmos? Somos todos parceiros e cúmplices. Os “iguais” sempre se reconhecem. (EV6-PT, 2012) – [*grifo meu*].

Você pode ser o que quiser, desde que seja discreto e sigiloso. Eu não quero um amigo íntimo. Quero prazer e adeus! (EV7-PT, 2012) – [*grifo meu*].

⁵¹ EV5 faz alusão ao romance inglês “Romeu e Julieta” de William Shakespeare.

A horizontalidade das relações é expressa na aceitação de qualquer identidade que se adeque ao perfil da “comunidade imaginada”, mesmo havendo o consenso da mentira que, nesse caso, é entendida e compartilhada como forma de proteção e anonimato. O sentimento de parceria se concretiza na condição da troca de prazer sem compromissos. A única mentira que é rejeitada dentro da “comunidade” se refere ao fenótipo e o comportamento público, onde estereótipo do “macho” deve prevalecer, como acontece com os nomes e profissões bem-sucedidas que eles utilizam em seus personagens.

A noção coletiva de códigos de conduta reafirma o senso de igualdade no qual são capazes de se reconhecerem pela camaradagem frente ao que destoa das regras sociais e deve ser mantido em sigilo – já que é secreto –, como argumenta EV7-PT. O grande centro urbano garante a invisibilidade pela atitude *blasé*, bem como a aproximação entre “iguais”, gerando uma sensação de segurança e proteção coletiva pela ausência de identidade social para os encontros homoeróticos.

Esses homens rompem as estruturas sociais e tudo que aprenderam e vivenciam no dia-a-dia. Contudo, esse rompimento não significa conflito pessoal ou social, mas sim, uma plasticidade identitária suficientemente capaz de transpor as fronteiras morais da vida cotidiana para experienciarem prazeres sexuais transversais às suas culturas.

Os entrevistados relatam seus primeiros contatos homoeróticos e a busca por “iguais” no anonimato, fatos que ocorrem desde a infância, a partir da aprendizagem sexual que tiveram, como na “casa dos homens” relatada por Welzer-Lang (2001) e que pode ser visto a seguir:

Eu me lembro bem quando era criança: eu e meus primos brincávamos sempre separados das meninas e longe dos adultos. Nas brincadeiras tinha sempre algum contato mais sexual. Foi com eles que aprendi a me masturbar. Era sempre gostoso e perigoso,

mas todos mantinham segredo! (EV1, 2011) – [*grifo meu*].

Na escola, quando criança, era comum vermos revistas de mulheres nuas e nos masturbávamos todos juntos, no recreio [risos]. Era excitante ver as revistas, mas também o que acontecia entre os meninos era interessante: ninguém se tocava, mas todos se olhavam. (EV2, 2011) – [*grifo meu*].

Nas brincadeiras entre meninos tem sacanagem. Nas lutas de brincadeiras de correr e pega-pega, um sempre toca o outro, tem alguma excitação, acho que até a ingenuidade, mas tem! (EV3, 2011) – [*grifo meu*].

Desde garoto sentia tesão⁵² quando era tocado por outro menino nas brincadeiras de escola ou futebol. Não dizia nada a ninguém, tive medo de ser confundido com uma “bicha”. Ai eu só olhava, imaginava, era gostoso! E só tinha a oportunidade de ver ou me aproximar nesses momentos em que os meninos brincam juntos, longe dos adultos. (EV4, 2011) – [*grifo meu*].

Um momento que me recordo bem era sempre depois da aula de educação física que a gente tinha que tomar banho para entrar na sala de aula. Era um banheiro enorme e, às vezes, tinham alunos mais velhos de outra sala que tomavam banho no mesmo horário. Era a melhor parte da aula [risos]. (EV5, 2011) – [*grifo meu*].

Rola⁵³ sim um tesão desde a infância, mas isso fica com a gente. Muitas vezes não acontece nada e nem se comenta isso entre

⁵² “Tesão” é uma categoria nativa brasileira que se refere ao desejo sexual.

⁵³ “Rolar” é uma expressão coloquial brasileira; sinônimo do verbo “acontecer”.

os próprios meninos. São só olhares, comparações, desejo. Eu mesmo só tive contato sexual com um na escola e foi só masturbação. Acho que nunca tinha contado isso para alguém! (EV6-PT, 2012) – [*grifo meu*].

Ah, me lembro de olhar os meninos sem camiseta ou no banheiro da escola. Nunca fiz nada porque eu não entendia muito bem o que era. Quando acontece, ninguém comenta sobre isso. (EV7-PT, 2012) – [*grifo meu*].

Quando era criança, tinha uma paixão por um vizinho. Crescemos juntos, estudamos na mesma escola a vida toda. Brincávamos sozinhos em casa e algumas vezes nos tocamos e rolou masturbação. Uma vez o beijei de surpresa! Depois disso ele nunca mais falou comigo [risos]. (ER1, 2011) – [*grifo meu*].

A infância é uma boa oportunidade para se fazer coisas proibidas! Todo mundo esquece, não dá tanta importância, não tem maldade porque sempre têm aquela ideia de que criança não tem malícia e não sabe o que está fazendo! (ER2, 2011) – [*grifo meu*].

O primeiro homem que tive algo sexual foi meu primo. A gente deveria ter uns doze anos. Foi na casa da nossa avó, onde estávamos passando as férias e dormindo no mesmo quarto. (ER3, 2011) – [*grifo meu*].

Já fiquei com alguns meninos no banheiro da escola. (ER4-PT, 2012) – [*grifo meu*].

Durante as entrevistas, era constante a sensação de nostalgia ao recordar o passado, desejos e comportamentos involuntariamente associados ao presente. Todos os sujeitos entrevistados falam de uma iniciação sexual que foi homoerótica,

como é para grande parte dos homens na sociedade ocidental moderna, que tem também relação com o início de seus desejos homoeróticos e o modo como passam a conviver com esses desejos durante a vida. Logo, identifiquei o comportamento sexual adulto como a perpetuação de um passado prazeroso, pela manutenção do desejo que não se esgota, neste caso, alimentado apenas esporadicamente. A “casa dos homens” é agora experienciada de outra forma: há um processo de afastamento do cotidiano e de busca por “iguais” em redes de sociabilidade momentânea, mas que mantém o mesmo sigilo de antes e, por certo, os mesmos conceitos aprendidos nos *scripts* da sexualidade a respeito do que pode ou não ser externalizado sobre suas vidas sexuais, conforme descreveu Gagnon (2006) sobre os roteiros da sexualidade e do comportamento sexual.

A noção de infância como momento de aproveitar a liberdade social da qual se refere ER2 está em consonância com uma ideia generalizada de que a moral é diferenciada na sociabilidade infantil: mais leve, menos cobrada. Contudo, a noção de moralidade da criança, mesmo em formação, já estabelece limites e preconceitos ao contato homossexual, que desde cedo busca proteção no anonimato, numa espécie de acordo entre semelhantes sobre o sigilo daquilo que lhes é prazeroso, mas proibido: o sexo.

Em seguida, busquei entender como se concretiza o desejo sexual entre dois homens que se identificam como heterossexuais, o que me levou a investigar o papel do pênis e da passividade anal como fatores enigmáticos nessas relações, onde as categorias “ativo” e “passivo” são centrais nas práticas de buscas sexuais de meus interlocutores, que as utilizam desde a “zona livre virtual”, inclusive nos *nicknames*, a exemplo de “João_ativo” ou “CasadoPassivo”. Haveria, então, dominação e submissão entre “ativo” e “passivo”? Como se relacionam sexualmente dois homens que pertencem a uma mesma forma de masculinidade hegemônica?

O pênis ocupa um papel central na conquista e no apelo sexual como forma de demonstrar o interesse pelo outro “macho”, numa troca de prazeres entre dois pênis que podem ser utilizados de igual maneira. É o objeto maior para a realização de

um desejo que é devidamente negociado na “zona livre virtual” e que inclui dois pênis “ativos” para o sexo oral e a penetração anal que pode ocorrer entre ambos.

Quando me refiro a dois pênis “ativos” quero dizer que essa relação não inclui um homossexual exclusivamente “passivo”, e sim, dois homens que mantêm uma vida sexual regular na condição de “ativos”, já que são casados com mulheres. O papel do pênis para a excitação do parceiro sexual, despertando-lhe interesse, se inicia na “zona livre virtual”: é bastante comum no diálogo virtual haver a descrição de tamanho e espessura, potência sexual, gostos e fantasias.

O “pinto”⁵⁴ é importante sim: não que a gente seja ligado nos “grandes”. Alguns gostam, mas outros não. Sendo ativo ou passivo, têm dois “pintos” ali querendo brincar (...) e a gente brinca! [risos]. (EV1, 2011) – [*grifo meu*].

O tamanho não é uma disputa. A gente fala mesmo pra estimular o sexo, dar tesão na conversa. No encontro, antes mesmo de rolar um beijo acontece sempre uma “passada-de-mão”⁵⁵ para ver se o clima rola mais rápido. Se você quer transar com um homem, tem que gostar do “pinto” dele! [risos] (...). (EV2, 2011) – [*grifo meu*].

Eu não me importo com o tamanho, mas quero que funcione! [risos]. (EV3, 2011) – [*grifo meu*].

Eu sempre pergunto o tamanho e até peço para ver na cam: se vou me encontrar com o cara para transar, já falo logo o que tenho a oferecer e quero saber o que terei em troca. Sou só “ativo”, mas faço sexo oral e o que

⁵⁴ “Pinto” é uma categoria nativa brasileira que se refere a pênis.

⁵⁵ “Passada-de-mão” é uma categoria nativa brasileira que se refere a um toque leve.

mais rolar. Só não gosto de ser penetrado. (EV4, 2011) – [*grifo meu*].

Claro que o pinto é importante. Não que eu esteja atrás de um na *net*, mas se busco um homem, não posso dizer que não me importo com o “pinto” dele. Todo homem se importa com isso, talvez até mais que as mulheres. (EV5, 2011) – [*grifo meu*].

Uma vez fiquei com um cara que só me disse que tinha um “pinto normal”, supondo eu não ser nem grande nem pequeno: apenas comum! Na hora do sexo, ereto deveria ter uns 10 cm. Claro que fiquei frustrado e acabei sendo só “ativo”. (EV6-PT, 2012) – [*grifo meu*].

Não vou negar que o meu é bastante atrativo, maior que quase todos os que transei (...) e uso isso a meu favor! O único problema é que acabo sendo muito mais “ativo” que “passivo”, porque todo mundo gosta dos grandes [risos]. (EV7-PT, 2012) – [*grifo meu*].

O pênis é encarado como uma fonte de prazer e a sociabilidade que os sujeitos estabelecem se baseia numa relação de troca de prazeres que deve não necessariamente ser equivalente, mas satisfazer o desejo de ambos. O pênis é um objeto que inevitavelmente é incluído na dimensão do outro corpo. EV4 demonstra que, embora não se utilize do pênis do parceiro para sentir prazer passivo, ele pertence ao conjunto sexual que todos os homens buscam no outro. Caso não haja conformidade nessa relação, como relatou EV6-PT, as frustrações podem ocorrer não somente pelo engano do encontro que não efetiva o sexo, mas também pela falta de compromisso com o desejo do outro, como também dispõe EV7-PT. Incluído nas dinâmicas da “zona livre virtual”, o pênis se faz um objeto desejado por se referir também ao que é exclusivo do corpo dos

homens, parte que proporciona prazer, inclusive, monossexual, pela masturbação.

Em todos os contatos estabelecidos na “zona livre virtual” eram acordados os papéis sexuais que cada um deve desempenhar, incluindo ao menos, um “ativo” e um “passivo”, o que já pré-dispõe ao sexo com penetração anal. Na contramão do que apresentam autores como Fry (1982), Almeida (2000) e Connell (2005) sobre as categorias sexuais de “ativo” e “passivo”, não percebi, neste universo de sexo entre “homens hegemônicos”, uma disputa entre “machos” ou a submissão do passivo. Claro que, de uma forma ou de outra, há uma atração que relaciona o “ativo” àquele que tiver o maior pênis, fazendo alusão a uma esfera de poder ligada ao sexo, que Foucault (1994b) trata a partir da ideia do dominador que deve ser sexualmente “ativo”, o que lhe legitima o comando, a dominação e o poder frente ao “passivo”, como que pode ser ilustrado pelas falas de EV6-PT e EV7-PT. Entretanto, ao passo que o maior pênis legitima o “macho”, eles apresentam um descontentamento pela condição exclusiva de “ativo” numa sociabilidade sexual esporádica.

O desejo homoerótico nestes homens, portanto, está relacionado também a outra forma de prazer, alcançada na passividade anal, encarada como outra forma de realização e gozo – diferente do que lhes é habitual – sem nenhuma conotação de inferioridade, mantendo no desejo de passividade sexual suas masculinidades hegemônicas. Abre-se uma fenda no tempo e no espaço para um momento prazeroso, sem cobranças ou disputas, onde se igualam condições sexuais e se anulam as diferenças do cotidiano, tal qual exemplificam as falas:

Eu gosto de homem forte, grande, que fala grosso e tem jeito de homem. Com eles prefiro ser “passivo”. (EV1, 2011) – [*grifo meu*].

Sinto atração por homens iguais a mim e que sejam preferencialmente “ativos”. (EV2, 2011) – [*grifo meu*].

Eu gosto das duas coisas, mas normalmente prefiro ser “passivo” com outro homem. “Ativo” já sou com a minha esposa [risos]. (EV3, 2011) – [grifo meu].

Nunca fui “passivo”. Nunca senti vontade de ser, mas também não tenho tesão por homem que geme e age feito uma mulher! (EV4,2011) – [grifo meu].

Cheiro e jeito de homem me excita. Curto ser “ativo” também, mas confesso que busco homens de estilo “bruto”: fortes e peludos; para serem “ativos” comigo. (EV5,2011) – [grifo meu].

Com homens sou somente “passivo”. Tenho muita atração por homem rústico. (EV6-PT, 2012) – [grifo meu].

Sou “ativo” e “passivo”. Gosto mesmo das duas coisas: depende do tesão, do cara com quem estou, mas tem que ser “macho”, senão, não rola! (EV7-PT, 2012) – [grifo meu].

Curto tudo sim. Queria ser mais “passivo” que “ativo”, mas todos querem ser “passivos” e eu que sou flexível aceito para não perder a transa. (ER1, 2011) – [grifo meu].

Homem tem a vantagem de poder escolher, né? [risos]. Da para sentir prazer das duas formas, mas tenho encontrado muitos “passivos” na Internet. (ER2, 2011) – [grifo meu].

Prefiro ser “passivo”, mas normalmente rola as duas coisas na mesma transa! (ER3, 2011) – [grifo meu].

Sou “versátil”, mas prefiro ser “passivo”. (ER4-PT, 2012) – [grifo meu].

Existe um desejo pela imagem hegemônica do “macho”, uma atração sexual que consegue mutuamente manter o sistema sexual moral pelo convívio entre “machos” e realizar os desejos silenciados sobre o corpo do outro homem. Mesmo para EV4, único viajante que se identifica como exclusivamente “ativo”, o desejo traduzido pelo “tesão” é capaz de alimentar a vontade de ter em outro “macho” à entrega e o gozo. Expressões como “tem que ser homem”, “homem igual a mim”, “homem rústico” ou “tem que ser macho” descritas acima, externalizam desejos de passividade, mas também de igualdade: sendo igual não há disputa de poder nem riscos de estigmas, é apenas uma maneira diferente de sentir prazer.

Nas diferenciações entre ser somente “passivo” ou “ativo”, ou ainda, “versátil”, referente as duas situações, as relações sexuais com penetração entre homens são demarcadas pelo prazer como fim extremo de um desejo sem disputas ou inferiorizações, visto que entre eles a passividade é desejada e, em alguns casos, disputada, como uma forma de inversão de poder. Salvo algumas exceções, ER1 argumenta que “todos querem ser passivos”, o que considero ser uma maneira de selecionar parceiros que minimamente garantam a troca de prazeres diferenciados dos prazeres sexuais cotidianos – pela passividade – condição essa também encontrada na “zona livre virtual”, como já demonstrei.

Ao serem questionados sobre uma possível mudança pública de suas sexualidades, eles unanimemente atestam ser essa uma condição improvável: primeiro, gostam de fazer sexo com mulheres, com quem têm uma vida sexual regular e ativa; segundo, não saem com outros homens por serem infelizes no casamento ou porque suas esposas não os satisfazem sexualmente, mas sim, por gostarem de sentir outros prazeres sexuais que não são contemplados numa relação heterossexual. Desse modo, a sociabilidade homoerótica entre homens heterossexuais é encarada como absolutamente secundária, mas intrínseca a seus desejos e plenamente ajustada à vida cotidiana.

Pensei, num primeiro momento, que os sujeitos aqui analisados externalizavam essa característica na vida cotidiana:

o ocultamento da identidade homossexual, aberta apenas durante as viagens a trabalho e que, de alguma forma, alimentava a opressão entre “iguais” ao se repudiar o homossexual “assumido” e selecionar parceiros sexuais por critérios de identificação heterossexual. Todavia, a ideia do “armário” de que tratam Sedgwick (2007) e Almeida (2009) e a homofobia relatada por Lehne (1994) parecem-me remeter a algo, em alguns momentos, acusatório: o ocultamento de uma identidade homossexual.

Ora, se os pesquisados não se reconhecem como homossexuais e vivem em plena harmonia com a heteronormatividade, como o “armário” pode dar conta de categorizá-los? Na mesma lógica, entendo que a homofobia que em determinados momentos aparece, claramente demarcada na “zona livre virtual” para seleção de pares e menos abertamente reafirmada durante as entrevistas, é um recurso de proteção que os distanciam dos estereótipos da homossexualidade e os ajudam a validar suas sexualidades hegemônicas. Antes de ser um preconceito, é um mecanismo de sobrevivência, resistência e adaptação ao meio social cotidiano e a todas as suas implicações, limites e moralizações da vida sexual.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade e o desejo vêm do ventre e do sexo, mas também podem ser atiçados pelos olhos. (...) Os prazeres podem ser uma força perturbadora, mas apenas quando estão sem rédea, sem comando (...).

Fernando Santoro, 2007.

Quando iniciei essa pesquisa e decidi pertencer à “comunidade” pesquisada, não imaginava realmente o que poderia encontrar, senão a breve ideia de que estaria lidando com homens que, de alguma forma, estivessem envolvidos em problemas pessoais e sexuais referentes à sexualidade e identidade social. Escolhi o método etnográfico justamente por entender que a sexualidade e esse movimento clandestino não era algo que precisasse ser testado, mas sim, compreendido. Minhas suspeitas estavam embasadas na experiência que tive ao estudar a homossexualidade ligada ao fenômeno turístico. Entretanto, identifiquei homens que mantêm-se heterossexuais na vida cotidiana e esporadicamente alimentam desejos e prazeres homoeróticos sem nenhum conflito pessoal ou sexual aparente que lhes cause qualquer tipo de transtorno familiar ou social. Ao contrário, percebi que minhas susposições não davam conta da complexa rede de interações que esses homens constroem a partir de suas experiências pessoais, que se assemelham e se fundem numa sintonia sutil e eficaz, sem nenhum tipo específico de pacto ou acordo que mantenha essa unidade de grupo senão pela proximidade de transgressão às normas que praticam.

A sexualidade e suas diferentes formas de representação na vida cotidiana, que em diversos momentos aparece como uma arena de disputas de poder, também é o lugar onde se manifestam as interações socioculturais e o desejo individual, fatores que impossibilitam moldes, padrões e categorizações capazes de contemplar a diversidade de comportamentos, estruturas e grupos sexuais, explícita ou implicitamente incorporados na vida cotidiana, seja por processos de repetição,

seja por ruptura das estruturas sociais que moldam o comportamento e a vida de cada pessoa.

O enquadramento da sexualidade em modelos discursivos de comportamento e análise, como a hetero, homo e bissexualidade, constituem modelos de diferenciação e identificação social que moralizam a sociedade sem considerar as múltiplas possibilidades que cada indivíduo pode ter para expressar sua subjetividade sexual, como os homens que pesquisei aprenderam a fazer, passando a realizar desejos e sentir prazeres em âmbito privado e anônimo, mantendo-se plenamente ajustados à vida pública e familiar cotidiana.

O desejo sexual, que nem sempre corresponde às convenções sociais, leva as pessoas a buscarem na completa clandestinidade a satisfação pessoal, que alimenta os guetos e cria espaços marginais em territórios densos, de intensa ocupação populacional, como os grandes centros urbanos. A grande cidade, que gera na multidão um processo de apatia, a indiferença ou a atitude *blasé*, funciona como um recurso de invisibilização, uma maneira de experienciar sociabilidades paralelas ao cotidiano; e que os sujeitos analisados utilizam constantemente, em especial aqueles que residem em cidades menores e sentem a vigilância social que a vida interiorana lhes impõe.

Neste contexto, a viagem desempenha um papel fundamental no afastamento das relações cotidianas, como um mecanismo de evasão das frustrações, opressões e descontentamentos, que envolve família e vida pública. Projeta os sujeitos, então, num campo de experiências diferentes e novas, oportunizando o encontro e a sociabilidade entre semelhantes que não possuem ligações sociais fixas ou em comum em virtude das suas limitações geográficas, sociais e culturais.

Mas, quando me refiro a viagem como um mecanismo de evasão, é preciso discernir que cada viagem atende a uma demanda específica de necessidades e possibilidades que ocasionem essa evasão, que é pessoal e mutável, referente ao desejo. Na minha análise, o trabalho que motiva a viagem leva a um afastamento do grupo social fixo, incluindo a família, de modo

consentido, moralizado e plenamente justificado na vida cotidiana, como parte da vida do homem que trabalha para manter sua família, invisibilizando quaisquer intenções de rupturas que possam acontecer durante esse período. O mesmo não aconteceria numa viagem em férias, onde esse homem normalmente viaja acompanhado de sua família e seu afastamento do grupo social é, portanto, parcial.

A viagem a trabalho se apresenta como parte do cotidiano, a todo momento ressaltado pelos entrevistados como o parêntese no tempo e no espaço em que podem desfrutar de alguma forma de liberação das imposições sociais, ao menos durante um breve período, após um dia convencional de trabalho onde, ao invés de retornarem para suas casas e famílias, isolam-se em locais que não lhes são familiares: os meios de hospedagem de grandes centros urbanos, que são, em sua maioria, impessoais e desvinculados da vida pública do viajante.

A demarcação desse distanciamento do grupo social permite ao sujeito experimentar novos prazeres e sentimentos de satisfação, contentamento e curiosidade pelo novo, mas também alimentar desejos que estão sempre presentes em seu íntimo, sufocados pela vigilância social, viabilizados por uma breve oportunidade de não ter que desempenhar o papel social rotineiro. Essa condição lhes permite assumir uma posição descompromissada frente às normas sociais, tal qual um “turista” que pode circular por muitos espaços sendo apenas “o turista”, o que já lhe dá uma identidade social momentânea e invisibiliza sua identidade cotidiana.

Mais que experimentar novos prazeres, os sujeitos que apresentei se condicionam ao “novo” no sentido que trocam de parceiro a cada prática sexual. Mas, esse recorte aponta algo mais profundo que a oportunidade de fazer algo diferenciado da rotina: identifica uma idealização do sexo como parte da viagem, como EA1 discorre sobre seus clientes que, a todo momento, relacionam uma possível atividade sexual a ser concretizada no intervalo entre o trabalho e o descanso habitual. A conversa com ele estabelecida foi essencial para a ampliação da noção de sexualização das viagens, que atesta haver, em muitos casos por ele presenciados, uma simpatia por possíveis interações

homoeróticas de seus clientes, mesmo que de maneira bastante discreta. O sexo na viagem é entendido, independente de qualquer ruptura, como um momento de lazer e relaxamento após um dia de trabalho, reforçado pela condição de homens casados que quebram a rotina sexual longe de casa.

Na mesma proporção em que a viagem constitui um espaço atrativo para se romper as regras e a vigilância estabelecida pelo grupo social fixo, residentes das grandes cidades encontram nos viajantes a oportunidade de se socializarem sexualmente com uma pessoa que não pertença a seu grupo social ou que esteja próximo a ele, não lhe oferecendo riscos de identificações futuras ou encontros indesejados em locais públicos. Para os residentes, a atitude *blasé* é extremamente importante para a segurança desses encontros, reforçada pela noção de anonimato vinculada à multidão apática, onde o sujeito mais do que agir incognito, age livremente, sem identificações. Nesse ponto, o envolvimento sexual com um “desconhecido” auxilia no processo de invisibilidade daqueles que se mantém próximos de sua origem.

O distanciamento físico e social das relações cotidianas fomenta a aproximação entre semelhantes, por vezes encontrados em outros grupos que sobrevivem paralelos às normais sociais dominantes, como acontece com os guetos; por vezes buscados separadamente, num processo individual por parceiros que compartilhem dos mesmo interesses e desejos. Durante esse distanciamento, os sujeitos pesquisados passam momentaneamente a transitar e experimentar outros prazeres sexuais a partir de um processo liminar de individualidade e autonomia, em que se extravasam as ambiguidades referentes àquilo que lhes foi convencionalmente ensinado e que é cobrado diariamente: os roteiros sexuais que aprendem desde criança e moldam toda a sua estrutura social e familiar a partir da heteronormatividade.

A viagem e o conseqüente afastamento do grupo social fixo viabilizam, então, as rupturas da norma social e a liberação da sexualidade e do desejo sexual estabelecem relações sociais precíguas, silenciosas e anônimas em meio ao grande centro

urbano, potencializando o sujeito individualizado em detrimento das convenções sociais.

O distanciamento e a conjuntura formadora de novas sociabilidades, fora do prisma moral, produzem dinâmicas sociais nas quais os sujeitos se adaptam, se transfiguram e camuflam a identidade social para a formação de um personagem que tem por finalidade encontrar e atrair o parceiro sexual. Cria-se toda uma atmosfera de encenação, de teatralidade onde são negociados os papéis sexuais e a camaradagem que horizontaliza as relações, mantendo o sigilo entre “iguais”. Jorge é a materialização dessa técnica: um personagem sexualmente atrativo criado para garantir a segurança emocional de homens semelhantes, comprometidos publicamente com um modelo de masculinidade hegemônica. Os personagens ajudam a manter a “comunidade”, legitimada por interações sexuais divergentes dos contextos morais, num acordo que garante que nenhum dos envolvidos venha a comprometer a vida cotidiana do outro.

O sentimento de proteção e proximidade entre “iguais” que legitima a existência dessa “comunidade” é emocional: pessoas que se protegem e se mantêm unidas pelo simples fato de que sabem como podem se encontrar e se relacionar dentro do espaço virtual, que se aproximaria da funcionalidade do gueto ou da tribo por ocasionar o encontro entre semelhantes, embora não estritamente segmentado. Nessa “comunidade” estabelece-se a participação exclusiva de homens com as mesmas condições sociais de identidade heterossexual comprovada pelo casamento e interesse sexual homoerótico desvinculado da vida cotidiana.

O ciberespaço desempenha um fundamental papel de socialização nessas relações, sendo o *chat* uma ferramenta de sociabilidades iniciais que viabiliza o encontro desses semelhantes, que podem escolher seus parceiros sexuais anonimamente, utilizando-se dos personagens imaginados e rompem as barreiras da mobilidade geográfica, da timidez e do risco de se expôr a constrangimentos face-a-face. O *chat* é, então, um espaço familiar para o sujeito, mas concentrado na localidade que lhe é conveniente e com pessoas que lhes são estranhas. No processo de sociabilidade virtual tem-se a oportunidade de criar um personagem sexualmente atrativo sem

a necessidade, num primeiro momento, de contato físico. Todos estão protegidos pela tela do computador, o que lhes facilita, inclusive, o processo de descarte daqueles que não lhes são atraentes, sem dissabores ou constrangimentos.

Durante o contato virtual, que é quase sempre rápido, as questões são majoritariamente relacionadas ao possível encontro sexual, onde o fenótipo representa uma das principais condições que efetivam os acordos para o encontro, convencionalmente sancionado pela aprovação da imagem de ambos transmitida via *webcam*. A imagem em tempo real legítima, não apenas a atração sexual, mas parte de outras exigências, como a exteriorização da masculinidade hegemônica, apresentada pela vestimenta, gestos, voz e postura frente ao outro que, embora semelhante, é desconhecido e pode lhe oferecer riscos públicos, caso aproxime-se da imagem do homossexual e não garanta a discricção pública que mantém a invisibilidade de ambos.

As etapas de sociabilidade que apresentei como “zonas livres” correspondem ao lugar onde esses homens concretizam seus desejos e mantêm contato, seja virtual ou presencialmente, livres das imposições da sociedade. Essas “zonas” constituem lugares de liberação moral e inclusão de divergências comportamentais, segmentadas por interesses diversos, a partir de fronteiras simbólicas de sociabilidade que geram acolhimento, segurança e prazer.

Dentro das minhas possibilidades de pesquisa, a “zona livre virtual” foi o espaço de atuação de Jorge para que eu pudesse me aproximar dessa “comunidade”, onde compreendi a dinâmica de sociabilidade desses homens. Após o esclarecimento sobre meu real interesse [acadêmico] em estar no *chat*, consegui, na “zona de transição”, efetivar as entrevistas e ter uma dimensão mais subjetiva das motivações, medos, anseios e buscas que os envolvem e motivam as rupturas da moral social. Esses relatos me oportunizaram ter dimensão das relações sexuais que se organizam em torno do segredo e da proibição social que lhes é imposta e que efetiva a “zona livre presencial” como o encontro presencial para o sexo, em locais invisibilizados pela vida urbana cotidiana.

O anonimato estabelecido para a nova sociabilidade sexual é, sem dúvidas, um critério de pertencimento e participação na “comunidade”, indissociado do cotidiano normatizador que supostamente os oprime em virtude dos critérios de legitimação dados pela noção de “normalidade” à masculinidade hegemônica heterossexual, tanto para a autoimagem como para a busca sexual. Desse modo, os homens permanecem invisíveis e salvaguardados de estigmas sexuais que possam ligá-los às questões da homossexualidade.

Há um importante código de conduta que os protege do preconceito, que é a negação de qualquer tipo de proximidade ou identificação com a homossexualidade, e consequentemente, com a bissexualidade, que leva as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo a público, o que não lhes seria conveniente. Atestam que “ser homossexual” se refere à práticas sexuais entre homens que são reconhecidas na esfera pública e não propriamente o ato sexual em si. Assim, heterossexualidade, bissexualidade e homossexualidade são apropriações identitárias do coletivo que qualificam e organizam grupos sociais diferentes, mas que não correspondem ao modo de representarem suas práticas sexuais.

Do ponto de vista dos pesquisados, a ideia do “armário”, que se refere ao ocultamento da identidade homossexual, se apresenta mais como uma categoria acusatória, que não os classifica. Já que não reconhecem a homossexualidade como expressão identitária e não experienciam crises relacionadas a uma possível mudança na ordem social de suas vidas pelo comportamento sexual, eles não reconhecem o “armário” como lugar comum ou forma de manutenção de suas sexualidades. Assumir qualquer proximidade com o “armário” remeteria à condição da homossexualidade oprimida, fato que eles negam ao manterem a vida cotidiana devidamente ajustada à normalidade de seus grupos sociais, que não questionam o modo como cada sujeito articula sua identidade heterossexual à esfera pública.

As grandes cidades, para onde suas viagens a trabalho normalmente são canalizadas, em virtude dos núcleos econômicos e financeiros de cada região, oferecerem as melhores condições sociais às rupturas sexuais. Além das

questões profissionais que imperam na ocasião da viagem, o grande centro urbano oferece maiores oportunidades de sociabilidade pelo número de habitantes, rotatividade e circulação de pessoas, bem como pela atitude *blasé* dos cidadãos, que otimiza a invisibilidade do sujeito pela indiferença e apatia dos demais.

Além do Brasil, o *chat* no exterior concretiza um espaço de relações entre brasileiros, comprovando que a condição de “nativo” não é prioritariamente atrativa ao viajante que, não liga o sexo ao “gosto pelo nativo”. A condição do afastamento do grupo social fixo que envolve a viagem já sanciona a liberação da sexualidade, que para o viajante, pode abranger nativos, residentes ou outros viajantes. Logo, um viajante brasileiro a trabalho em Lisboa não necessariamente tem como critério encontrar um par sexual português; ao contrário, identifiquei um grande movimento de articulação sexual entre brasileiros, tal qual acontece no Brasil.

O viajante está livre para efetivar sua ruptura sexual com qualquer outro homem que se adeque as condições mínimas relacionadas à heteronormatividade. A limitação geográfica é, sim, bem mais presente na perspectiva daquele que é residente e tem por prioridade máxima o encontro com um homem que não pertença a seu grupo local, qualificado como “de fora”, onde a viagem apenas é uma condição favorável, independentemente do motivo pelo qual o viajante se encontra naquele local. Nesse sentido, a viagem motivada pelo trabalho apenas otimiza as oportunidades de sociabilidade sexual por condicionarem com mais frequências os sujeitos a viajarem sozinhos.

A homogeneidade destes homens é estabelecida pelo reconhecimento de suas sexualidades como pertencentes à masculinidade hegemônica heterossexual pública e privada – considerando-se que estabelecem relações conjugais heterossexuais fixas –, mas que, no âmbito privado e secreto, experienciam o prazer sexual com outro homem sem problemas de identidade de gênero ou prejuízo a suas famílias. A satisfação pessoal e bem-estar individual é externalizada no prazer sexual anônimo como fim último de um desejo velado, sem conotações

a qualquer tipo de “desvio” social ou estigma, que eles atestam pertencer somente à esfera da homossexualidade.

Seus comportamentos sexuais refletem a perpetuação de um processo social em que foram estimulados ao aprendizado monossexual. Mantém-se, assim, um desejo que não se esgota e esporadicamente se repete, mas agora não como uma separação social entre homens e mulheres, e sim, como opção do adulto que, durante o isolamento de seu grupo social, busca sociabilidades que lhes são convenientes, sigilosamente. Como consequência, a manutenção desse sigilo exige a exclusão dos “outros”, aqueles homens reconhecidos publicamente como homossexuais, que carregam estigmas e são considerados “desviados”, implicando numa incansável busca por semelhantes em benefício e garantia de anonimato.

Ora, o que fazem, então os sujeitos aqui pesquisados senão manterem as relações de prazer sexual aprendidas na “casa dos homens”? Salvaguardada a diferença que na vida adulta eles não formam um grupo fixo que é socialmente separado para novos aprendizados, hoje eles buscam novas experiências por vontade própria, mas, ainda, secretamente.

Desejo e prazer, que corresponderem a uma plenitude, uma vida feliz quando atingidos, se apresentam como força motora das rupturas. A invisibilização social respalda o espaço liminar de experiência do novo, onde viajantes e residentes se igualam e rompem a ordem moral dominante. Entre o cotidiano e a viagem, a liberação da sexualidade e do desejo sexual configuram novas sociabilidades, salvaguardadas do julgamento moral coletivo do grupo de pertencimento de cada homem.

O desejo homoerótico se mantém à margem dos processos de sociabilidade por alimentar preconceitos e a utopia do “desejo proibido” que é plenamente excitante, mas que deve permanecer secreto, fora do alcance público. Assim, o casamento heterossexual atesta socialmente a diferença entre o “desviado” e “ajustado”. Após a seleção entre casados, o casamento funciona como um segundo atestado, agora de descontinuidade: o sexo é um momento prazeroso que não vai se repetir nem criar vínculos cotidianos, garantindo a

camaradagem e a segurança emocional entre “iguais”, sem comprometimentos ou vínculos sociais futuros. A condição de sexo entre casados gera segurança no que tange ao fato de estarem se expondo a um desconhecido: caso o “acordo” de sigilo seja quebrado, o “outro” corre o mesmo risco social frente ao casamento e pode ser igualmente prejudicado.

Como não poderia ser diferente, o pênis está consideravelmente presente nas interações estabelecidas desde a “zona livre virtual”, onde são elucidadas questões referentes ao tamanho, espessura e potência sexual, um desejo que é devidamente negociado e estimulado. O pênis ocupa um papel central na conquista e no apelo sexual como forma de demonstrar o interesse pelo outro homem, legitimando a masculinidade numa troca de prazeres “entre machos”. Entretanto, a condição exclusivamente “ativa” do pênis não contempla todas as excitações do homem que assume o gosto pela passividade sexual ao se dispor à relação homoerótica entre “ativos”. A penetração anal é entendida como o prazer sexual diferenciado do cotidiano, uma forma de prazer e gozo que não é encarada com as habituais conotação de inferioridade que estigmatizam os homossexuais e os assemelham a identidade de gênero feminina.

A passividade sexual corresponde, nesta perspectiva, há uma inversão de valor do tradicional modelo heteronormativo que atesta poder ao homem que penetra e domina. O gozo diferenciado entre dois homens cotidianamente “ativos” delimita outra esfera de poder, baseada no desejo de ser penetrado, de experienciar aquilo que a condição de “ativo” heterossexual lhe limita, como um desafio pessoal. A penetração anal é, neste recorte, a forma de prazer mais desejada, embora o contato corporal com carícias e o sexo oral sejam bastante valorizados.

Ao longo desse processo, as identidades públicas heterossexuais mantêm-se intáctas. As relações familiares e com o grupo social de pertencimento continuam iguais, bem como a vida sexual familiar e o casamento heterossexual prevalecem na vida cotidiana, onde a sociabilidade homoerótica é apenas secundária e experienciada em momentos oportunos, que surgem devido às condições do ambiente social ou profissional,

como na viagem a trabalho, e não, provocados pela necessidade individual, o que poderia levantar questionamentos por parte do grupo social sobre afastamentos da vida cotidiana que pareçam suspeitos, não-habituais, ou por não terem uma justificativa aparente e moral por parte do sujeito que constantemente presta conta de sua vida pública e privada àqueles que lhes são próximos.

A viagem efetivamente é capaz de aliviar as tensões pessoais referentes à normatização da vida, sancionando e legitimando rupturas do cotidiano na vida privada dos viajantes, o que gera prazer, uma sensação de contentamento pela liberação das amarras sociais que condicionam as sociabilidades. É, portanto, um mecanismo de inversão silenciosa de valores morais, culturais e sociais que auxilia na manutenção o controle e a ordem social ao romper, momentânea e esporadicamente, as regulamentações da sociedade.

A sexualidade deve ser pensada não de modo binário, como aparecem nas categorias homem/mulher ou “ativo/passivo”, mas sim, como um *continuum* com diferentes posições, que podem ser ocupadas pelo mesmo sujeito em diferentes momentos de sua vida. Assim, o homem “bruto”, “rustico” e “macho” estaria em um dos extremos deste *continuum*, que contém outros estilos de “ser homem”, seja como “versátil ou “passivo”; e possibilidades eróticas variadas entre eles.

Neste trabalho etnográfico encontrei homens de identidade pública heterossexual que mantém, em viagens profissionais, comportamentos sexuais transversais ao que fora até agora apresentado pelas Ciências Sociais e Humanas a respeito do perfil dos homens de negócios que buscam relações extraconjugais heterossexuais – normalmente comerciais – durante suas viagens; o que pode contribuir para um novo olhar e em estudos futuros sobre a sexualidade, o homoerotismo e as relações de liminariedade durante as viagens.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. **A chave do armário: homossexualidade, casamento, família**. Lisboa: ICS, 2009.

_____. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. 2 ed. Lisboa: Fim de Século, 2000.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUGÉ, Marc. **Los "no lugares": espacios del anonimato**. Barcelona: Gedisa, 1993.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 15 ed. rev. e atual. Campinas/SP: Papyrus, 2006 – (Coleção Turismo);

_____. Prefácio, 2005, p.09-12. *In*: SOARES DO BEM, A.. **A dialética do turismo sexual**. Campinas-SP: Papyrus, 2005. – (Coleção Turismo).

_____. **O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, 2003, p. 15-29;

_____. **Turismo “de negócios”: un concepto polémico**. Revista Estudios y Perspectivas en Turismo, vol 5, nº 3, Buenos Aires: CIET, 1996, p. 207-221.

BECKER, Howard [1963]. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas III – Charles Baudelaire: um lírico na época do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BERLANT, Laurent; WARNER, Michael. Sexo em Público. *In*: Jiménez, Rafael M. M. (editor) **Sexualidades Transgressoras**. Barcelona, Lçaria, 2002, p. 229-257.

BLANCHETTE, Thaddeus. “Fariseus” e “*gringos bons*”: masculinidade e turismo sexual em Copacabana. In: PISCITELLI, A.; ASSIS, G. O.; OLIVAR, J. M. N. (org.). **Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. Campinas/SP: UNICAMP/PAGU, 2011 – (Coleção Encontros).

BLANCHETTE, Thaddeus; SILVA, Ana Paula. “**Nossa Senhora da Help**”: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. Cadernos Pagu, n.25, 2005, p.249-280.

BOGUE, Ronald. **Deleuze and Guattari**. London: Routledge, 1996.

BOORSTIN, Daniel [1914]. **The image: a guide to pseudo-events in America**. 25ed. New York: Atheneum, 1987.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Amor, sexualidade e relações sociais de sexo na França contemporânea**. Revista Estudos Feministas, ano 3, n.1, 1995, p.122-135.

BUTLER, Judith. **Regulaciones de género**. Revista La Ventana, n.23, 2005, p.07-35.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. **Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeción**. Madrid: Cátedra, 2001.

_____. Excerpt from “Introduction” to Bodies that Matter. In: LANCASTER, R. N. and LEONARDO, M. **The Gender Sexuality Reader: culture, history and political economy**. New York: Routledge, 1997.

CABEZAS, Amalia. **Economies of Desire. Sex and Tourism in Cuba and the Dominican Republic.** Philadelphia: Temple University Press, 2009.

CANTALICE, Thiago. Turismo, sexo e romance: caça-gringas na praia de Pipa-RN. In: PISCITELLI, A.; ASSIS, G. O.; OLIVAR, J. M. N. (org.). **Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil.** Campinas/SP: UNICAMP/PAGU, 2011 – (Coleção Encontros).

CAMARGO, Wagner Xavier; RIAL, Carmen. **Competições esportivas mundiais LGBT: guetos sexualizados em escala global?** Rev. Estud. Fem. vol.19 no.3 Florianópolis, 2011, p. 977-1003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000300017>>. Acesso em 10 ago. 2012.

CHAMBERS, Samuel. **Telepistemology of the Closet or the Queer Politics of Six Feet Under.** Journal of American Culture, n.26. New York, 2003, p. 24-41.

CLARK, Kenneth. **Dark Ghetto: Dilemmas of Social Power.** 2ed. New York: Harper & Row, 1965.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Civil society and political theory.** Cambridge: Mass, MIT Press, 1994.

CONNELL, Raewyn. **Masculinities.** 2 ed. Los Angeles, California: University of California Press, 2005.

_____. **Gender.** Cambridge: Polity Press, 2002.

_____. **The men and the boys.** Berkeley: University of California Press, 2000.

D'EMILIO, John; FREEDMAN, Estelle. **Intimate Matters: a history of sexuality in America.** New York: Harper & Row, 1988.

DAMATTA, Roberto. **Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a Modernidade.** Revista Mana, n.6, v.1, 2000, p.7-29.

DAVIDA, Grupo. **Prostitutas, “traficadas” e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”.** Cadernos Pagu, n.25, 2005, p. 153-184.

DEBRAY, Régis. **Vie et mort de l'image.** Paris: Gallimard, 1992.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2, morar, cozinhar.** Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

DELEUZE, Gilles. **The logic of sense.** Trans. M. Lester and C. Stivale. London: Athlone, 1969.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia.** v.1. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. **A Thousand Plateaus.** Trans. B. Massumi. London: Athlone, 1988.

DEL-TESSO-CRAVIOTTO, Marisol. **Gender and sexual identity authentication in language use: the case of chat rooms.** Discourse Studies, v.10, n.2. SAGE, 2008, p.251-270. Disponível em: <10.1177/1461445607087011>. Acesso em 10 ago. 2012.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais.** 3ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

FEATHERSTONE, Mike. O flâneur, a cidade e a vida pública virtual. In: ARANTES, Antônio. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 29ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Lisboa: Relógio D'Água, 1994a. – (Coleção Antropos).

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Lisboa: Relógio D'Água, 1994b. – (Coleção Antropos).

_____. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Lisboa: Relógio D'Água, 1994c. – (Coleção Antropos).

FRACHER, Jeffrey.; KIMMEL, Michael. Hard issues and soft spots: counseling men about sexuality. In: KIMMEL, Michael; MESSNER, Michael (orgs.). **Men's lives**. 3ed. USA: Allyn and Bacon, 1994.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. Rio de Janeiro/RJ: José Olympio, 1951.

_____. **Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. 34ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FRÓIS, Catarina. **O anonimato em contexto de grupo: as associações 'anónimas'**. v.10, n.2. Etnográfica, 2005, p.293-312. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_09/N2/Vol_ix_N2_CFrois.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2012.

FRY, Peter. **Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GAGNON, John. **Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GAGNON, John; SIMON, Willian. **Sexual Conduct**. Chicago: Aldine, 1973.

GANDRA, Jade. **O amor nos tempos do mouse**. Internet World, v.3, 25ed., 1997. p. 16-21.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. 2ed, Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editor, 2003.

GENZUK, Michael. **A Synthesis of Ethnographic Research**. Occasional Papers Series. Center for Multilingual, Multicultural Research (Eds.). Center for Multilingual, Multicultural Research, Rossier School of Education. Los Angeles: University of Southern California, 1993.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza. **Corpos na cidade: sedução e sexualidade**. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 93-102.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

JOSEPH, Isaac. **Paisagens urbanas, coisas públicas**. Cadernos CRH. Espaço público. Questões de método. n.30/31,

Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, 1999, p. 11-40.

Disponível em:

<<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CD4QFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.caderno.crc.ufba.br%2Finclude%2Fgetdoc.php%3Fid%3D1059%26article%3D232%26mode%3Dpdf&ei=WdfLUKH8GYO68wSc3oH4BA&usg=AFQjCNFRTHUn7VfEcJbyaDFeyr6apdzhTg&bvm=bv.1355534113,d.eWU>>. Acesso em: 03 ago. 2012.

KEMPADOO, Kamala. **Sexing the Caribbean. Gender, Race and Sexual Labour**. Abingdon, Routledge, 2004.

KIMMEL, Michael. Masculinity as Homophobia. Fear, Shame and Silence in the construction of Gender Identity. In: BROD, H.; KAUFMAN, M. (org). **Theorizing Masculinities**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.

KIMMEL, Michael; MESSNER, Michael (orgs.). **Men's lives**. 3ed. USA: Allyn and Bacon, 1994.

KINSEY, Alfred; POMEROY, Wardell; MARTIN, Clyde. **Sexual behavior in the human male**. Filadélfia: Saunders, 1948.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LANZARINI, Ricardo; MACHADO, Isadora. **Masculinidades públicas: O discurso hegemônico e contra-hegemônico na construção da imagem pelos meios de comunicação de massa**. Anais do II Seminário Nacional Sociologia e Política – Tendências e desafios contemporâneos. Curitiba: UFPR, 2010. Disponível em:

<<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT12/Ricardo%20Lanzarini%20e%20Isadora%20Vier%20Machado.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2012.

LANZARINI, Ricardo; RIAL, Carmen. **Turismo gay e desenvolvimento local: o caso brasileiro da Ilha de Santa**

Catarina. Revista Turismo e Desenvolvimento. n.17/18, v.2, 2012, p. 1185-1194.

_____. Atravessando fronteiras: da heteronormatividade masculina ao prazer homoerótico na viagem. In: Actas del X Congreso Argentino de Antropología Social. **La antropología interpelada: nuevas configuraciones político-culturales en América latina.** Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2011 – ISBN 978-987-1785-29-2.

_____. **Turismo Gay na Ilha de Santa Catarina: homossociabilidades e perspectivas.** Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 – diásporas, diversidades e deslocamentos. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1290698937_ARQUIVO_artigoTartigo_Gay_na_Ilha_de_Santa_Catarina_-_completorevRial.pdf>. Acesso em 20 dez. 2011.

LAPASSADE, Georges. **L' observation participante.** Revista Europeia de Etnografia da Educação. n1, 2001, p. 9-26.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1968.

LEHNE, Gregory. Homophobia among men: supporting and defining the male role. In: KIMMEL, M. S.; MESSNER, M. A. (org.). **Men's lives.** 3ed. USA: Allyn and Bacon, 1994.

LEMOS, André. **Ciber-socialidade: tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** 5ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. – (Coleção Ciberultura).

_____. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LÉVY, Pierre. **A emergência do ciberespaço e as mutações culturais.** Palestra realizada no Festival Usina de Arte e Cultura. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1994. Disponível em:

<<http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2514.pdp>>. Acesso em: 15 out. 2012.

LIMA, Raymundo de; FREGONEZZI, Marta. **A felicidade existe? Freud, a psicanálise e a felicidade**. Revista Espaço Acadêmico, n.59, 2006, p.1-10.

LOHMANN, G. & PANOSSO NETTO, A.. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008 – (Série Turismo).

MacCANNELL, Dean. **The tourist: a new theory of the leisure class**. New York: Schocken Books, 1976.

MAFFESOLI, Michel. A comunicação sem fim: teoria pós-moderna da comunicação. In: MARTINS, Francisco; SILVA, Juremir. **A genealogia do virtual**. Porto Alegre: Sublime, 2004, p.20-32.

_____. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MAIORINO, Fabiana. **A subjetividade na era dos chats**. In: Psicologia e informática: desenvolvimento e progresso. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. – (Coleção Qualificação Profissional).

MASOTTA, Oscar. **O comprovante da falta: lições de introdução à psicanálise**. Campinas: Papirus, 1987.

MATTOS, Márcio. **Mas, afinal, por que o IRC vicia?** Internet World. Rio de Janeiro, v.2, n.17, 1997. p. 48-50.

MÁXIMO, Maria. Da metrópole às redes sociotécnicas: a caminho de uma antropologia no ciberespaço. In: RIFIOTIS, T. (*et al.*). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

MCLEAN, Jill Woloshyn. **Reading men's diaries: a discursive analysis of posts on the world sex guide**. Winnipeg: University of Manitoba, 2008.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009a, p. 150-182.

_____. **O armário ampliado: notas sobre a sociabilidade homoerótica na era da internet**. Revista Gênero, Niterói, v. 9, n. 2, p. 171-190, 2009b. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/27042011-02292814artigomiskolcirichard.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2010.

_____. **Do desvio às diferenças**. Teoria e Pesquisa. v.2, n.47, 2005, pp.9-45. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/43/36>>. Acesso em: 16 set. 2012.

MITCHELL, Gregory. **Padrinhos gringos: turismo sexual, parentesco queer e as famílias do futuro**. In: PISCITELLI, A.; ASSIS, G. O.; OLIVAR, J. M. N. (org.). **Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. Campinas/SP: UNICAMP/PAGU, 2011 – (Coleção Encontros);

MOSSE, George. **The image of man: the creating of modern masculinity**. New York/USA: Oxford University Press, 1996.

NASH, Dennison. **Anthropology of tourism**. Oxford: Pergamon, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. 3ed. São Paulo: Escala, 2009. – (Coleção grandes obras do pensamento universal).

NISSENBAUM, Helen. **The meaning of anonymity in the information age**. The Information Society, v.15, 1999, p.141-144.

OLIVAR, José Miguel. **Guerras, Trânsitos e Apropriações: políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 2010. – (Tese de doutorado).

OPPERMANN, Martin. **Sex tourism**. *Annals of Tourism Research*, v.26, n.2, 1999, p. 251-266. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S0160-7383\(98\)00081-4](http://dx.doi.org/10.1016/S0160-7383(98)00081-4)>. Acesso em: 30 fev. 2010.

PAIS, José Machado. **Lufa-lufa cotidiana: ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana**. Lisboa: ICS, 2010.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.13-28.

PERLONGHER, Nestor. [1987]. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 2005a.

_____. [1989]. Territórios marginais. In: GREEN, J.; TRINDADE, R. (org.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2005b. p. 266-290.

PÉTONNET, C.. **L'anonymat ou la pellicule protectrice**. In: *Le temps de la réflexion VIII. La ville inquiète*: 1987, p. 247-261.

PISCITELLI, Adriana. Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais. In: PISCITELLI, A.; ASSIS, G. O.; OLIVAR, J. M. N. (org.). **Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. Campinas/SP: UNICAMP/PAGU, 2011 – (Coleção Encontros);

_____. **“Gringãs ricas”:** viagens sexuais de mulheres europeias no Nordeste do Brasil. *Revista de Antropologia*, vol. 53, nº 1, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&

pid=S0034-77012010000100003&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 6 dez. 2012.

_____. **Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional.** Revista Estudos Feministas, n.15, v.3. Florianópolis, setembro-dezembro/2007, p. 717-744.

_____. **Viagens e sexo on-line: a Internet na geografia do turismo sexual.** Cadernos Pagu n.25, 2005, p. 281-326. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000200011>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. **Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo.** Cadernos Pagu, n.19, 2002, p. 195-231. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332002000200009>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

_____. **“Sexo tropical”: comentários sobre gênero e “raça” em alguns textos da mídia brasileira.** Cadernos Pagu, n.6, 1996, p. 9-34. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagp06.02.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

PONTUAL, Virgínia; LEITE, Julieta. **Da cidade real à cidade digital: a flânerie como experiência espacial na metrópole do século XIX e no ciberespaço do século XXI.** Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, v. 1, n. 30, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/502/424>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

PORTO, Sérgio (org.) **Sexo, afeto e era tecnológica: um estudo dos chats na Internet.** Brasília: UnB, 1999.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contra-Sexual.** Madrid: Pensamiento/Opera Prima, 2002.

RIAL, Carmen. **Fronteiras e zonas na circulação global dos jogadores brasileiros de futebol.** Antropologia em primeira mão

/ Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, v.109, 2009.

_____. Pesquisando em uma grande metrópole: fast-foods e studios em Paris. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K.. **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 – (Coleção Antropologia Social);

_____. **Ça se passe comme ça chez les fast-foods: etude anthropologique de la restauration rapide**. Université Paris-Descartes: Paris, 1992 – (Tese de Doutorado).

RICH, Adrienne. **Compulsory heterosexuality and lesbian existence**. Signs, 5, 1980, p.631-660.

RICHARDSON, Roberto Jarry (*et al*). **Pesquisa social: método e técnicas**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

RIFIOTIS, Théóphilos. Antropologia do Ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade. In: RIFIOTIS, T. (*et al*). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

RISSE, Thomas. Social constructivism meets globalization. In: HELD, D.; MCGREW, A. (eds.). **Globalization Theory: approaches and controversies**. Cambridge, UK: Polity, 2007.

ROSSETTO FERREIRA, Liciane. **As representações sociais do turismo sexual no jornal A Notícia**. Anais do V Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – Turismo: inovações da pesquisa na América Latina. Universidade Caxias do Sul/RS: Caxias do Sul, 2008a, p. 01-12.

_____. **O Turismo Sexual e a Comunicação – Um olhar hermenêutico sobre as relações entre visitantes e visitadas**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. v.2, n.2, 2008b, p. 84-112.

ROSSETTO FERREIRA, Liciane. & MADEIRA, Priscila . **A prostituição em hotéis executivos de Porto Alegre**. Anais do V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 01-11.

SANDERS, Teela. **M4M chat rooms: Individual socialization and sexual autonomy**. Culture, Health & Sexuality: An International Journal for Research, Intervention and Care. v.10, n.3, 2008. p.263-276. Disponível em: <10.1080/13691050701836936>. Acesso em: 16 jul. 2012.

SANTANA, Augustín. **Antropologia do Turismo: analogias, encontros e relações**. São Paulo: Aleph, 2009 – (Série Turismo).

SANTORO, Fernando. **Arqueologia dos prazeres**. São Paulo/SP: Objetiva, 2007. – (Coleção Filosófica).

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4^o ed. São Paulo: USP, 2006.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

SAVAGE, Mike; WARDE, Alan. **Urban Sociology, Capitalism and Modernity**. Londres: MacMillan, 1993.

SCHAEFFER-GABRIEL, Felicity. **Cyber-love.com: cyberbride in the Americas and the transnational routes of U.S. Masculinity**. Signs: Journal of Women in Culture and Society. v.31, n.2, 2005, p. 331-356.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. **Cultura e Urbanidade: da metrópole de Simmel à cidade fragmentada e desterritorializada**. Cad. Metrop., São Paulo, v.13, n.26, p. 395-417, jul/dez 2011. Disponível em:

<http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm26_217.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2012.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**.

Cadernos Pagu. Quereres, n. 28, 2008., p.19-54. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

SEGAL, Lynne. **Slow Motion: changing masculinities, changing men**. London: Virago, 1997.

SEIDMAN, Steven. **Beyond the Closet: the transformation of gay and lesbian life**. New York: Routledge, 2002.

SELL, Teresa Adada. **Identidade homossexual e normas sociais: histórias de vida**. 2ed. Florianópolis: UFSC, 2006.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Flávio. **Turismo e Lazer Sexual na Cidade de São Paulo**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP: USP, 2011 – (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Lídia. A Internet: a geração de um novo espaço antropológico”. In: LEMOS, A.; PALACIOS, M. (orgs). **Janelas do Ciberespaço: comunicação e cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

SIMMEL, George. **As grandes cidades e a vida do espírito (1903)**. Mana, v.11, n.2, 2005, p.577-591, Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>>. Acesso em: 2 set. 2012.

_____. **Sociología 2: estudios sobre las formas de socialización**. Madrid: Biblioteca de la Revista de Occidente, 1977.

_____. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. In: **The American Journal of Sociology**. v.9, n.4, 1905. (Tradução para circulação restrita por Simone C. Maldonado).

SOARES DO BEM, Arim. **A dialética do turismo sexual**. Campinas-SP: Papyrus, 2005. – (Coleção Turismo).

TIKKANEN, Ronny; ROSS, Michael. **Looking for Sexual Compatibility: Experiences among Swedish Men in Visiting Internet Gay Chat Rooms**. *CyberPsychology & Behavior*. v.3, n.4, 2000, p.605-616. Disponível em: <10.1089/109493100420205>. Acesso em 13 jun. 2012.

TOURAINÉ, Alain. **Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997 – (Coleção Epistemologia e Sociedade).

TRINDADE, Ronaldo. Fábio Barbosa da Silva e o mundo acadêmico de sua época. In: GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo. **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2005. p. 241-262.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual: Estrutura e Anti-Estrutura**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1974.

TYLER, Anne [1985]. **O turista acidental**. 5ed. Rio de Janeiro: IMAGO, 1987.

UNY, John. **The Tourist Gaze**. London: Sage Publications, 1991.

URBAIN, Jean-Didier. **L'idiote du Voyage**. Paris: Payot & Rivages, 2002.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 2ed. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1999 – (Coleção Megalópolis).

VANCE, Carole. **A Antropologia redescobre a Sexualidade: um comentário teórico**. Revista Physis, v.5, n.1, 1995, p. 7-31.

VELHO, Gilberto. (org.). **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. 6ed. São Paulo: Zahar, 2003a.

_____. O desafio da proximidade. In: In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K.. **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003b – (Coleção Antropologia Social).

_____. **Individualismo, anonimato e violência na metrópole**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v.6, n.13, 2000, p.15-29. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v6n13/v6n13a02.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2011.

_____. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

WACQUANT, Lóic. **O que é gueto? Construindo um conceito sociológico**. Revista de Sociologia Política, n.23, Curitiba, 2004, p. 155-164. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782004000200014>>. Acesso em: 8 set. 2012.

WARNER, Michael. **Introduction: Fear of a Queer Planet**. Social Text, n.9. New York, 1991, p. 3-17.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. *Revista Estudos Feministas*, vol.2, pp. 460-482, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2010.

WHITEHEAD, Stephen.. **Men and masculinities: key themes and new directions**. Malden/USA: Blackwell Publishers, 2002.

WIRTH, Louis. **The ghetto**. Chicago: University of Chicago Press, 1928.

YOUNG, Kimberly. **What Makes the Internet Addictive: Potential Explanations for Pathological Internet Use.** In: 105th annual conference of the American Psychological Association, 1997, Chicago, USA. *Anais.* Chicago, USA, 1997.

_____. **Internet addiction: the emergence of a new clinical disorder.** In: 104th annual meeting of the American Psychological Association, 1996, Toronto, Canadá. *Anais.* Toronto, Canadá: CyberPsychology and Behavior, 1996, p.237-244.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com viajantes

1. Dados gerais: procedência e idade.
2. Está na cidade a trabalho? Por quanto tempo?
3. Como você se identifica sexualmente na vida pública e privada?
4. O que representa o cotidiano na sua vida sexual e na viagem a trabalho?
5. Como é sua relação conjugal e sexual familiar? O que ela representa na busca homoerótica?
6. Como você interpreta o desejo que sente em fazer sexo com outros homens?
7. Desde quando essas práticas acontecem?
8. Costuma buscar sexo com outros homens em quais momentos? Somente em viagens profissionais? Por quê?
9. Qual a importância do grande centro urbano para a efetivação dessas práticas?
10. Como você interpreta a moral que direciona a vida social e sexual como predominantemente heterossexual?
11. Você considera suas práticas homoeróticas como um comportamento desviante?
12. Com que frequência busca sociabilidades sexuais na Internet? Segue sempre o mesmo modelo de busca (*chat* + encontro presencial)?
13. Quais critérios são levados em consideração na seleção de um parceiro sexual na Internet? E durante o encontro presencial pode haver descarte?
14. Onde costumam se encontrar? Por quanto tempo?
15. O que você entende por “viver no armário”?
16. Quais as relações que você estabelece com homens assumidamente homossexuais?
17. Você se sente pertencente a um “grupo” de homens que buscam semelhantes e interagem por códigos que os aproximam? Se sim, como isso acontece?
18. Conte-me algumas histórias homoeróticas que experienciou em suas viagens...

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com residentes

1. Dados gerais: procedência e idade.
2. Como você se identifica sexualmente na vida pública e privada?
3. O que representa o cotidiano na sua vida sexual e na interação com outros homens?
4. Como é sua relação conjugal e sexual familiar? O que ela representa na busca homoerótica?
5. Como você interpreta o desejo que sente em fazer sexo com outros homens?
6. Desde quando essas práticas acontecem?
7. Costuma buscar sexo com outros homens em quais momentos? Somente com viajantes? Por quê?
8. Qual a importância do grande centro urbano para a efetivação dessas práticas?
9. Como você interpreta a moral que direciona a vida social e sexual como predominantemente heterossexual?
10. Você considera suas práticas homoeróticas como um comportamento desviante?
11. Com que frequência busca sociabilidades sexuais na Internet? Segue sempre o mesmo modelo de busca (*chat* + encontro presencial)?
12. Quais critérios são levados em consideração na seleção de um parceiro sexual na Internet? E durante o encontro presencial pode haver descarte?
13. Onde costumam se encontrar? Por quanto tempo?
14. O que você entende por “viver no armário”?
15. Quais as relações que você estabelece com homens assumidamente homossexuais?
16. Você se sente pertencente a um “grupo” de homens que buscam semelhantes e interagem por códigos que os aproximam? Se sim, como isso acontece?
17. Conte-me algumas histórias homoeróticas que experienciou aqui mesmo em sua cidade com viajantes...

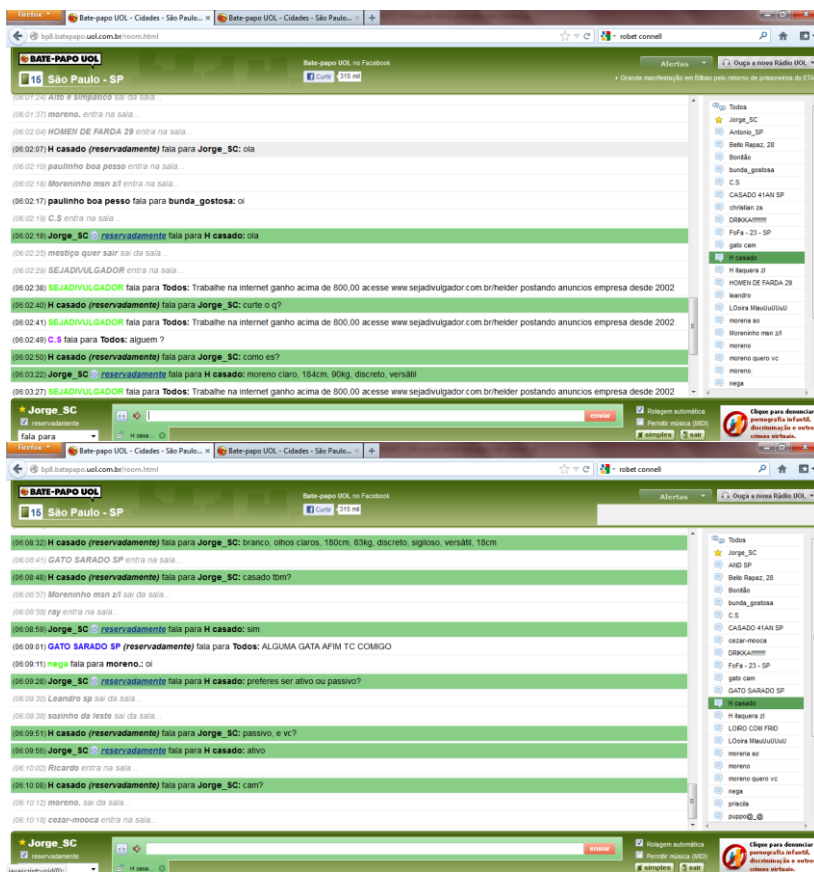
APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com proprietário de agência de viagens e turismo

1. Dados gerais: procedência e idade.
2. Como você se relaciona com seus clientes?
3. Com que frequência atende empresas que solicitam a organização de viagens a trabalho?
4. O público dessas viagens é constituído majoritariamente por homens ou mulheres? Casados ou solteiros?
5. Qual a sua percepção sobre o sexo durante essas viagens a trabalho? Com que frequência eles aparecem juntos?
6. E sobre a sexualidade, o que você percebe: buscas heterossexuais, bissexuais, homossexuais?
7. Relate-me alguns casos que marcaram seu trabalho.

ANEXO

ANEXO A

Figura 2: Chat UOL São Paulo



Fonte: Chat UOL São Paulo⁵⁶, 2012

⁵⁶ Disponível em <<http://batepapo.uol.com.br/bytheme.html?nodeid=487995>>. Acesso em 15 jan. 2012.